

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras



**Inventário Arqueológico de Cabo Verde: contributo
para uma ferramenta de gestão e valorização do
Património Cultural**

VOLUME I

Nireide Pereira Tavares

Dissertação de Mestrado em Arqueologia

2017

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras



**Inventário Arqueológico de Cabo Verde: contributo
para uma ferramenta de gestão e valorização do
Património Cultural**

VOLUME I

Nireide Pereira Tavares

Tese orientada pela Prof^ª. Doutora Mariana Diniz e Prof^ª Doutora
Maria Manuel Ferraz Torrão, especialmente elaborada para
obtenção do grau de Mestre em ARQUEOLOGIA

2017

Nota: Esta tese não foi escrita ao abrigo do novo acordo ortográfico.

“ PERFIL DI UM BERDIANU

ten pabiu di musturu

originalidadi di jeniu

erderu di des gran di paraizu

detadu na osianu atilantiku

ten kanastra bipul d’arti

tereru kotxidu’l amizadi

kriolu na lingua’l sabura

spertu na djuguta bida

é ratorku na meiu D’ÀFRICA

kandia na europa azia y merka

kristal na storia y kultura

joven di ideia brilianti

é singelu na beleza ku morabeza

kangadu’l poizia ku meludia

bistidu’l sabidesa ku mordomia

patron di djilbera migranti’l strangeru

ten briu di kamopnês na ombru’l pá

borotadu alegria na porta’l kasa

diferenti na libru’l mundu

konexedu na letra’l universu

Perfil Di Un Berdianu

é muzika na kantu’l poial

é festa na bersu’l paridu

é sodadi na familia migradu

é boita boitadu ku dizaraska

é pega fase intrega

é sabi djunta mó ku speransa

é poi fé na kebra djudjun di manhan

é sabi kanta resa na bespa’l dia

Perfil Di Un Berdianu

é vivi y ama ser Berdianu bida interu ”

Tchilac Furtado (23 - 09 - 2016)

Dedico esta tese, à minha terra:

CABO VERDE



E à

Minha Mãe: Laidã

Resumo

A inventariação do Património Cultural surge como uma iniciativa eficaz no que diz respeito ao conhecimento, gestão, preservação e valorização deste, que constitui elemento essencial da identidade de qualquer povo, e requer acções de salvaguarda para que possa ser mantido para as futuras gerações. Para isso é necessário, o seu conhecimento, algo indissociável da investigação, que para além do conhecimento científico que produz, fornece dados para sua salvaguarda e promoção.

Relativamente a área em que se incide o presente estudo Cabo Verde, a Arqueologia é uma disciplina ainda recente que necessita de maior desenvolvimento e suportes teóricos e práticos. Assim, na dissertação apresenta-se o inventário dos sítios histórico arqueológico com intervenção arqueológica no país. Os dados do inventário foram obtidos, a partir da análise bibliográfica referente aos sítios e alguns dados obtidos no campo. Os sítios inventariados encontram-se distribuídos em quatro ilhas do arquipélago, e são autênticos testemunhos da riqueza e diversidade cultural de um povo caracterizado pela miscigenação, sendo possível verificar tanto traços europeus como africanos a conviver num único espaço, que importa investigar e divulgar. Junto a este inventário, a enunciação e análise dos vários aspectos da Arqueologia no país, nomeadamente a legislação relacionada, a história das investigações arqueológicas tanto terrestres como subaquáticas, e a apresentação de casos exemplares de potenciais áreas de investigação arqueológica no país constituem o corpo desta tese.

O trabalho realizado pretende ser um ponto de partida à abordagem da Arqueologia de Cabo Verde, e mais um elemento para o conhecimento e gestão. Mas, pretende sobretudo chamar a atenção para o Património Arqueológico de Cabo Verde, um legado patrimonial pouco investigado e divulgado, com potencialidade de fornecer elementos que enriqueçam a história e a identidade do país, e um recurso turístico estratégico, por excelência.

Palavras-chaves: Cabo Verde, Arqueologia, Património Arqueológico, Inventário, Preservação Patrimonial.

Abstract

The inventory of Cultural Heritage emerges as an effective initiative with regard to knowledge, management, preservation and appreciation of it, which is an essential element of the identity of any people, and requires safeguard actions so that it can be maintained for future generations. For this it is necessary, his knowledge, something inseparable from the investigation, that in addition to the scientific knowledge that it produces, provides data for its safeguard and promotion.

Regarding the area in which the present study is conducted Cape Verde, Archeology is still a recent discipline that needs further development and theoretical and practical support. Thus, the dissertation presents the inventory of archaeological sites with archaeological intervention in the country. The inventory data were obtained from the bibliographic analysis of the sites and some data obtained in the field. The inventoried sites are distributed in four islands of the archipelago, and are authentic testimonies of the richness and cultural diversity of a people characterized by miscegenation, being possible to verify both European and African traits to live in a single space, which must be investigated and disseminated. Along with this inventory, the enunciation and analysis of the various aspects of Archeology in the country, including related legislation, the history of both land and underwater archaeological investigations and the presentation of exemplary cases of potential archeological research areas in the country constitute the body of this thesis.

The work carried out intends to be a starting point for the Cape Verde Archeology approach, and another element for knowledge and management. However, it intends to draw attention to the Archaeological Heritage of Cape Verde, a legacy that is little investigated and divulged, with the potential to provide elements that enrich the history and identity of the country, and a strategic tourist resource, par excellence.

Keywords: Cape Verde, Archaeology, Archaeological Heritage, Inventory, Heritage Preservation.

Agradecimentos

Cumpre-me agradecer um conjunto de pessoas e instituições, cujos auxílios foram importantes para a concretização deste trabalho.

À minha mãe Adelaide Pereira, pelo esforço constante, inspiração, incentivo e apoio incondicional. Por ter acreditado sempre e nunca ter desistido de mim, e encorajado em todos os momentos principalmente os de maiores dificuldades. Dizer o quanto sou grata, é insuficiente diante de tudo aquilo que representas para min. Apenas, que orgulho-me imensamente de ser sua filha. Para pessoa que considero ser uma “*segunda mãe*” minha tia Djamila Pereira, e a minha irmã Zuleica (Neiva). Muito obrigada, o vosso apoio foi imprescindível ao meu percurso de vida e percurso académico.

Agradecimento muito especial às minhas orientadoras, as principais encorajadoras do trabalho, por terem aceitado prontamente a orientação e junto comigo tê-lo desenvolvido. À Dra. Mariana Diniz, que tem acompanhado desde a licenciatura, pelos conselhos, sugestões, por indicar o norte sempre que me encontrava perdida. À Dra. Maria Manuel Torrão, também pelo acompanhamento, conselhos, sugestões e indicações, e por ter facultado e indicado material histórico importante. Fica aqui o meu profundo reconhecimento e gratidão.

Agradece-se ao Governo de Cabo Verde, por ter atribuído uma bolsa de estudos para frequência no curso de licenciatura em Arqueologia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2011-2014).

Aos professores de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pelo apoio e dedicação.

À Dra. Ana Catarina Sousa, à Sra. Ana Carvalho Dias e Sra. Maria Antónia Amaral, pela ajuda com a documentação dos trabalhos arqueológicos da Sé Catedral (Cidade Velha), ao Dr. João Luís Cardoso, pela documentação dos trabalhos do Concheiro de Salamansa, (ilha de São Vicente). Ao Dr. António Carvalho, por ter despertado em mim o interesse pela arqueologia subaquática de Cabo Verde.

À Sociedade de Geografia de Lisboa e Arquivo Histórico Submarino, pelo acolhimento e apoio.

Ao Instituto de Investigação do Património Cultural (Cabo Verde), na pessoa do seu então presidente SR. Humberto Lima.

Ao Sr. Jair Fernandes, pelas conversas e *emails* trocados, documentos facultados, desde a licenciatura, altura que o tema de tese não estava ainda definido, mas aquele “bichinho” sobre a arqueologia de Cabo Verde sempre esteve presente.

Ao Sr. Jailson (responsável de arqueologia da IIPC), um muito obrigado, por colocar à disposição todo o suporte documental arqueológico, e pelas informações.

Ao pessoal do Museu de Arqueologia da Praia, pelo simpático acolhimento. Sra. Maria Eugénia, Sr. Carlos, em especial Sr. Adilson Dias e Sr. José Lima, pelo apoio, e pelas conversas. Pelo fornecimento de documentação sobre os trabalhos arqueológicos subaquáticos e pelo contacto com as peças.

À Curadoria de Cidade Velha, pelos documentos, e ao pessoal do Arquivo Histórico Nacional pelo acolhimento.

Aos meus familiares: os avós Fernando e Bia. Os Tios: Mário, Maria da Luz, Paula. Primos: Júnior, Rider, Laurienne, Joseane, Rosana, Eliseu, Helder, Elisandro, Anilton, Lilian, Silvana, Paulo. À Martina, minha avó de coração e seus familiares, obrigada pelo amor.

À memória da minha tia, Maria Fernanda que deixou a todos surpresos com a sua partida inesperada, e do tio José Mário.

Aos meus amigos em Cabo verde, que mesmo longe nunca deixaram faltar o incentivo e apoio moral, particularmente os meus padrinhos: Danielson e Celeste, e amigas: Jéssica, Evelise, Leny.

Às pessoas que acolheram-me em Portugal e fizeram-me sentir em casa: Leida, Dyra, Maria Santa, Guga, em especial Eric e Ellen, sem esquecer do meu amigo Cláudio Sena.

Aos colegas de arqueologia, que acompanharam desde início o meu percurso académico. Os que junto comigo partiram de Cabo Verde para uma aventura académica em Portugal: Francisco, Eliane, Edlise, Joceline, Zuleica, Hélder, Cátia, Leinisa, Ednilson. Embora, sediados em cidades diferentes, obrigada pela amizade.

À Associação dos Escuteiros de Cabo Verde (AECV), ao Agrupamento nº 1 dos Escuteiros de São Domingos, por ter contribuído imensamente na pessoa que tornei hoje, realmente o escutismo deu um novo alento à minha vida. Na pessoa da chefe Olívia de Lima e todos irmãos escutas, um muito obrigado e Sempre Alerta Para Servir!

À Banda “Herderus” e amigos: Janice, Wilson Lima, Gerson, Fanny, Marco, Agilson, Manú, Bruno, Edy e Wilson Barros, pela amizade, especialmente Anilton Carvalho (Dpala) que tem apoiado muito nestes últimos tempos, a quem sou muito grata.

Ao Tchilac Furtado autor da poesia “*Perfil de um berdianu*”, muito obrigada por ter respondido prontamente as minhas solicitações.

Enfim, a todos cujos nomes não se encontram acima referidos, igualmente sou muito grata!

Abreviaturas

AECID - Agencia Espanhola de Cooperación Internacional (Espanha)

AHN – Arquivo Histórico Nacional (Cabo Verde)

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal)

Alt. - Altitude

ARQUEONAUTAS S.A – Arqueonautas South Atlantic (Portugal)

ARQUEONAUTAS WW – Arqueonautas World Wide (Portugal)

BO – Boletim Oficial de Cabo Verde

CMP – Cartografia Militar de Portugal

CNCDP - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (Portugal)

CAFPAS - Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Prospecção Arqueológica Subaquática (Cabo Verde)

CEHCA – Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga (Portugal)

CPAS – Centro Português de Actividades Subaquáticas

CORP. DOC. – Corpo Documental da História Geral de Cabo Verde

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural (Portugal)

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural (Cabo Verde)

FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Portugal)

HPIP – Património de Influência Portuguesa

IACV – Inventário Arqueológico de Cabo Verde

ICOMOS - International Council on Monuments and Sites

IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical (Portugal)

IIPC – Instituto de Investigação do Património Cultural (Cabo Verde)

INAC – Instituto Nacional da Cultura (Cabo Verde)

IPATIMUP - Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto (Portugal)

IPPC – Instituto Português do Património Cultural (Portugal)

IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico (Portugal)

JNICT - Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (Portugal)

Lat. – Latitude

Long. - Longitude

MMA – Monumentae Missionária Africana

MPD – Movimento para Democracia

OCPM – Organização das Cidades Património Mundial

ONU – Organização das Nações Unidas

PAICV – Partido Africano para Independência de Cabo Verde

PAIGC – Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde

PDM – Plano do Director Municipal

RSF – Restauradores Sin Fronteras (Espanha)

SPAS – Sociedade Portuguesa de Actividades Subaquáticas

SCE – Serviço Cartográfico do Exército (Portugal)

SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (Portugal)

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo (Portugal)

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

WWF – World Wide First

Índice (Volume I)

Dedicatória	4
Resumo	5
Abstract	6
Agradecimentos.....	7
Abreviaturas	9
Índice de Figuras	15
Índice de Tabelas	16
1. Introdução	17
1.1. Escolha de tema e objectivos	17
1.2. Metodologias e práticas de investigações	18
1.2.1. Metodologia de recolha dos dados e trabalhos realizados	18
1.2.2. Metodologia de inventário dos sítios	20
1.3. Alguns limites da análise	20
1.4. Fontes e bibliografias	21
1.5. Organização do trabalho	23
2. Património Cultural: importância da sua preservação	24
2.1. Importância do Património Cultural e da sua preservação	24
2.2. O inventário como elemento de conhecimento e meio de preservação patrimonial	25
3. Área de estudo – Cabo Verde	27
3.1. Cabo Verde: Introdução geográfica e descrição física	27
3.2. Cabo Verde: Breve descrição Histórica	30
3.3. Cabo Verde: o Povo, a Cultura e factos marcantes para a história do país	34
4. Arqueologia em Cabo Verde	36
4.1. Documentos legislativos relativos ao Património Arqueológico em Cabo verde	36
4.1.1. Transição e independência (1974/1975)	36
4.1.2. Os anos 90	37
4.1.3. Os anos 2000	38
4.2. Legislação referente ao Património Arqueológico Subaquático	39
4.2.1. Os primeiros decretos	39
4.2.2. Os anos 40	39
4.2.3. Dos anos 80 à actualidade	40
4.2.4. Uma Leitura em Conjunto	40
4.3. História das investigações arqueológicas Terrestres em Cabo Verde	42
4.3.1. Conjunto Patrimonial de Cidade Velha (Ribeira Grande, ilha de Santiago)	43

4.3.1.1. Cidade Velha - Património Mundial da Humanidade	43
4.3.1.2. Sé Catedral	44
4.3.1.3. Fortaleza Real de São Filipe	47
4.3.1.4. Convento de São Francisco	47
4.3.1.5. Colégio dos Jesuítas, Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Igreja/Hospital da Misericórdia	48
4.3.1.6. Outras intervenções na Cidade Velha	49
4.3.1.7. Forte e Capela/Ermida de Santo António	50
4.3.2. Intervenções arqueológicas na Baía (Antiga Alcatrazes – Cidade de São Domingos)	50
4.3.2.1. Igreja de Nossa Senhora da Luz	51
4.3.3. Região da Trindade (Cidade da Praia)	51
4.3.4. Concheiros de Salamansa e João D´Évora (Ilha de São Vicente)	52
4.3.5. Outras intervenções: Forte Duque de Bragança (ilha de Boavista) e Forte da Preguiça/Príncipe Real (Ilha de São Nicolau)	53
4.3.6. Algumas considerações sobre a história das investigações arqueológicas terrestres	54
4.4. Arqueologia Subaquática em Cabo Verde	54
4.4.1. Naufrágios em Cabo Verde	56
4.4.2. Relação e envolvimento da população com os naufrágios	61
4.5. História das Investigações arqueológicas subaquáticas em Cabo Verde	63
4.5.1. Antes da Independência de Cabo Verde (1975)	64
4.5.2. Da independência até ao período da primeira exploração arqueológica subaquática (1975-1993)	67
4.5.3. Do período da primeira exploração arqueológica subaquática até o final das intervenções (1993 a 2002)	74
4.5.4. Após intervenções arqueológicas (2002) até hoje	78
4.5.4.1. Leilão dos artefactos recuperados no decorrer das intervenções arqueológicas subaquáticas	79
4.5.5. Uma leitura de conjunto das intervenções arqueológicas subaquáticas em Cabo Verde	81
4.6. Outros dados sobre a arqueologia subaquática em Cabo Verde	82
4.7. Naufrágios em Cabo Verde com intervenção arqueológica	85
4.7.1. Naufrágios com intervenção arqueológica (Embarcações)	85
4.7.1.1. Cidade Velha (Ribeira Grande – ilha de Santiago) – O ancoradouro	87
4.7.1.2. Naufrágio de São Francisco	87
4.7.1.3. Princess Louisa	88
4.7.1.4. Dromadaire	88
4.7.1.5. Leijmuden	88
4.7.1.6. Earl Ernest Shimmilmman	89
4.7.1.7. Hartweel	89
4.7.1.8. Lady Burges	90
4.7.1.9. Urania	90
4.7.1.10. York Town	91
4.7.1.11. Santo André	91

4.7.1.12. Guadalupe IV	92
4.7.1.13. Naufrágio da Varandinha	92
4.7.2. Uma leitura de conjunto	92
5. Património arqueológico de Cabo Verde: uma proposta de Inventário	93
5.1. Metodologia de inventário	93
5.1.1. Ficha de inventário dos sítios e base de dados	94
5.2. Leitura e análise do inventário – uma proposta inicial	97
5.2.1. Tipologia dos sítios inventariados	98
5.2.1.1. Estruturas religiosas	99
5.2.1.2. Estruturas Domésticas e de Habitat	100
5.2.1.3. Estruturas Militares e defensivas	100
5.3. Cronologia dos sítios inventariados	101
5.4. Estado de Conservação dos sítios inventariados	102
5.5. Representação cartográfica dos sítios inventariados	103
5.5.1. Ilha de Santiago	104
5.5.1.1. Ribeira Grande (Cidade Velha)	105
5.5.1.2. Baía (Antiga Alcatrazes – Cidade de São Domingos)	106
5.5.1.3. Região da Trindade (Cidade da Praia)	107
5.5.2. As outras ilhas (São Vicente, São Nicolau, Boavista)	108
6. Potenciais áreas de Interesse de investigação arqueológica em Cabo Verde.....	109
6.1. Os limites da análise	109
6.2. Potenciais áreas: os antecedentes	110
6.3. Potenciais áreas.....	111
6.3.1. Ilha de Santiago	111
6.3.1.1. Ribeira Grande (Cidade Velha)	113
6.3.1.2. Baía (Antiga Alcatrazes – Cidade de São domingos)	119
6.3.1.3. Cidade da Praia (Centro Histórico, Porto e Baía envolvente)	122
6.3.1.3.1. Ilhéu de Santa Maria	125
6.3.1.4. Região dos Engenhos (Santa Catarina)	127
6.4. Ilha do Fogo	129
6.4.1. Cidade de São Filipe	129
6.4.2. A indústria de algodão da ilha do Fogo	131
6.5. Ilhas Salineiras	131
6.5.1. Ilha do Sal	132
6.5.2. Ilha de Boavista e ilha do Maio	133
6.6. Ilha de São Vicente	134
6.6.1. Porto Grande e Cidade de Mindelo	135
6.7. Potenciais áreas: algumas considerações	136
7. Património arqueológico de Cabo Verde: uma ferramenta científica e patrimonial	138
7.1. Cidade Velha	141

7.2. Algumas medidas gerais de Salvaguarda e Preservação Patrimonial	141
8. Bibliografia	144
9. Webgrafia	161

Índice de Figuras

Fig. 1 – Arquipélago de Cabo Verde no oceano atlântico	27
Fig. 2 – Cidade de Ribeira Grande (Cidade Velha).....	31
Fig. 3 - Farol D. Maria Pia (Ponta Temerosa – Cidade da Praia – Ilha de Santiago)	59
Fig. 4 - Distribuição aproximada dos naufrágios intervencionados arqueologicamente em Cabo Verde	91
Fig. 5 – Distribuição dos sítios inventariados por ilhas.	98
Fig. 6 – Tipologia dos sítios inventariados.....	99
Fig. 7 – Cronologia dos sítios inventariados.....	101
Fig. 8 – Estado de conservação dos sítios inventariados	102
Fig. 9 - Distribuição dos sítios inventariados por áreas dentro da ilha de Santiago: Cidade Velha, Trindade e Alcatrazes, localizados no Google earth	104
Fig. 10 - Distribuição dos sítios intervencionados arqueologicamente em Cidade velha.....	105
Fig. 11 – Distribuição dos sítios intervencionados arqueologicamente em Cidade Velha	106
Fig. 12 – Distribuição dos sítios intervencionados arqueologicamente em Baía.....	106
Fig. 13 – Distribuição dos sítios intervencionados arqueologicamente em Trindade.	107
Fig. 14 – Distribuição dos sítios intervencionados arqueologicamente nas outras ilhas.....	108
Fig. 15 - Potenciais áreas de interesse de investigação arqueológica na ilha de Santiago	112
Fig. 16 - Potenciais áreas de interesse de investigação arqueológica na ilha de Santiago com localização aproximada	112
Fig. 17 – Estruturas militares e defensivas na Cidade de Ribeira Grande (Cidade Velha))	116
Fig. 18 – Estruturas militares e defensivas na Cidade de Ribeira Grande (Cidade Velha)	116
Fig. 19 - Artefactos cerâmicos identificados nos arredores da Igreja de Nossa Senhora da Luz (Alcatrazes - Baía).....	120
Fig. 20 - Capela de Nossa Senhora de Nazaré	120
Fig.21 - Ruínas da Capela.....	121
Fig. 22 – Planta do Porto da Praia	123
Fig. 23 – Ruínas no Ilhéu de Santa Maria.	126
Fig. 24 – Representação da região dos Engenhos em Cartografias antigas.....	128
Fig. 25 – Potenciais áreas de interesse de investigação arqueológica na Ilha do Fogo	130
Fig. 26 – Potenciais áreas de interesse de investigação arqueológica: as Ilhas salineiras.....	132
Fig. 27 – Potenciais áreas de interesse de investigação arqueológica: ilha de São Vicente.....	135
Fig. 28 – Algumas situações de descaso sobre edifícios patrimoniais	140

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Lista de faróis das ilhas de Cabo Verde e seus alcances em 1892	58
Tabela 2 - Lista de Naufrágios ocorridos na ilha de Boavista entre 1842 e 1900	60
Tabela 3 - Anúncios de concurso de explorações subaquáticas em Cabo Verde (de 1952 a 1967)	66
Tabela 4 - Concessões de autorizações de exploração em destroços submarinos de Cabo Verde (1955 e 1967)	66
Tabela 5 - Registo de naufrágios e achados isolados nos mares de Cabo Verde, no Portal do arqueólogo (DGPC – Portugal)	83
Tabela 6 - Síntese dos naufrágios escavados em Cabo Verde	86
Tabela 7 - Sítios históricos arqueológicos na Cidade Velha com e sem evidência Física	114

1. Introdução

A Arqueologia, na sua definição geral é uma ciência que estuda o passado humano através dos vestígios materiais tanto móveis como imóveis, permitindo descobrir e decodificar o modo de vida e a cultura dos nossos antepassados. Estes vestígios fazem parte do património cultural, que constitui para qualquer povo um elemento de grande valia, porque serve para sua identificação e ao mesmo tempo, de diferenciação perante outras culturas. Portanto, investigar, conhecer, conservar, salvaguardar e divulgar, são acções que devem ser levados a cabo, a fim de preservar e fomentar a identidade e o património cultural.

A presente dissertação intitulada de “Inventário arqueológico de Cabo Verde: contributo para uma ferramenta de gestão e valorização do Património Cultural” surge nessa perspectiva de dar mais um contributo no que diz respeito à investigação e conhecimento, do património arqueológico do país. Tendo sempre em consideração, a importância da investigação e estudo dos bens culturais para melhor conhecer o património, o inventário surge como uma ferramenta chave no conhecimento, gestão e salvaguarda deste.

1.1. Escolha do tema e objetivos

A área geográfica escolhida, Cabo Verde, possui uma grande riqueza cultural resultado do cruzamento e da miscigenação entre portugueses (colonizadores) e diversos povos da costa ocidental africana (colonizados), sendo que, a sua cultura engloba aspectos dos dois contingentes humanos. Revela-se como um potencial laboratório de estudo de caso, devido sua trajetória histórica e à sua cultura miscigenada, que terão dado origem a um património que importa conhecer, salvaguardar e divulgar.

No que concerne à arqueologia, em Cabo Verde ainda nesta é uma disciplina pouco desenvolvida, conhecida e divulgada, apesar da potencialidade que apresenta o seu estudo, principalmente nos aspectos referentes aos primórdios da expansão marítima portuguesa, e da importância que esta paragem possuía para a navegação, em busca de novos destinos, e no período do tráfico negreiro (sécs. XV-XVIII). O país conserva ainda, muitos testemunhos desse passado que necessitam de ser estudados, recuperados e valorizados sob uma gestão patrimonial eficiente, que desenvolva estratégias indispensáveis à preservação patrimonial. Assim, revela-se necessário valorizar o que faz parte do património cultural nacional, quer aspectos materiais como imateriais, o que está construído e visível no terreno, o que faz parte da oralidade, e que não é palpável.

Para que isso aconteça, é necessário conhecer o que existe e o que sobreviveu, o susceptível de ser visto ou encontrado, o que já se perdeu, quais os trabalhos já realizados em relação ao Património, os que estão em curso, e determinar acções futuras. Mas, desenvolver qualquer acção patrimonial é necessário estudos e investigações a fim de obter-se conhecimentos patrimoniais de qualidade, para que desse modo, sejam desenvolvidos acções pertinentes de preservação e valorização, sem esquecer que só se valoriza aquilo que se conhece.

No último século, têm-se registado no país a realização de alguns trabalhos arqueológicos, demonstrando-se o potencial de estudo e investigação a este nível, mas é possível fazer ainda muito mais.

Em Cabo Verde, ainda não existe um inventário do Património Arqueológico Nacional. Tendo em conta que este elemento é de grande utilidade como ferramenta de apoio ao discurso científico e à gestão patrimonial, revela-se prioritário a realização do referido inventário. O primeiro passo será reunir, investigar e caracterizar, a informação arqueológica da área, atendendo à importância da catalogação e estudo dos sítios conhecidos ou já identificados, para que haja uma melhor gestão das novas incorporações e para melhor perceber a realidade arqueológica de um país ou região. Seguindo esta linha de raciocínio, surgiu a ideia de organizar e construir um primeiro inventário arqueológico de Cabo Verde, que resultou na presente dissertação. Esta foi realizada, com o intuito de dar a conhecer todos os trabalhos realizados, e que se conhece arqueologicamente no país e fornecer sugestões do que pode-se realizar futuramente a este nível e que se considera necessário para o desenvolvimento cultural de Cabo Verde.

Assim, este trabalho tem como objectivo, reunir num único suporte todos os dados referentes a arqueologia de Cabo Verde. Um inventário onde se inclua todos os sítios intervencionados e investigados, com a indicação da bibliografia referente. Pretende-se assim contribuir para o conhecimento a nível do património arqueológico nacional, através do estudo dos sítios, e para a gestão e organização dos trabalhos, e servir de base, para um futuro levantamento e realização da carta arqueológica nacional, sendo um documento de referência neste campo, tendo em consideração a diminuta bibliografia arqueológica do país.

1.2. Metodologias e práticas da investigação

1.2.1. Metodologia de recolha dos dados e trabalhos realizados

Para realizar o presente trabalho, adoptou-se um conjunto diversificado de metodologias. Efectuou-se uma recolha bibliográfica ampla a nível do património de Cabo Verde. Neste

caso, o conceito de património que melhor se adapta ao tipo de recolha realizada é o conceito de património histórico – arqueológico, por constituir um termo abrangente e os dois termos encontrarem-se intimamente ligados que integram todos os sítios que receberam investigações arqueológicas, e outros que apesar de não receberem intervenções a este nível, representam potencialidades de estudos e análises arqueológicas.

Optou-se por dividir o trabalho por pontos que passo a descrever:

Um primeiro ponto de recolhas e pesquisas documentais, selecção da bibliografia a consultar, e a elaboração de um primeiro modelo de ficha de sítio, e dos critérios a incluir na base de dados de descrição dos mesmos.

No segundo ponto, de pesquisa e análise da documentação bibliográfica, envolveu duas vertentes de recolha: a bibliografia histórica e bibliografia arqueológica sobre Cabo Verde, com o intuito de reunir o máximo de informação possível sobre a história e arqueologia do país, sempre atenta no cruzamento dos dados das duas fontes para uma melhor compreensão das realidades factuais. A pesquisa revelou-se complexa, porque algumas fontes encontram-se dispersas. Assim a recolha e reunião de documentação realizou-se em bibliotecas e arquivos, tanto portugueses (Sociedade de Geografia de Lisboa, Torre do Tombo, Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca da FLUL), como cabo-verdianos (Arquivo Histórico Nacional, Biblioteca Nacional, Museu de Arqueologia da Praia, Arquivos IIPC).

Sobre a bibliografia histórica, focou-se o trabalho essencialmente em obras gerais de referência, as descrições antigas e corográficas sobre Cabo Verde, para além da análise da cartografia histórica referente. Elevado foi o manancial de informação recolhido e analisado. Quanto à bibliografia arqueológica, a situação é diferente na medida em que esta é diminuta consistindo em projectos e relatórios de intervenções, documentações fotográficas e gráficas, algumas publicações, e informação oral. Devido aos poucos trabalhos arqueológicos realizados, os dados obtidos nesta primeira fase a nível arqueológico, revelaram-se escassos. Após a análise da bibliografia recolhida, fez-se a selecção da informação mais importante, e separação por casos e sítios específicos.

No terceiro ponto, a construção da base de dados, que segue nas suas linhas gerais a base de dados Endovélico (DGPC – Portugal). Sobre as fichas individuais dos sítios, o modelo pré-concebido foi sofrendo alterações de acordo com o avanço das pesquisas e recolhas bibliográficas. Estas serão objectos de análise adiante.

Nesta fase, realizou-se também um pequeno trabalho de reconhecimento dos sítios no campo, com o objectivo da descrição das suas características actuais, do estado de conservação e registo fotográfico. Nesse ponto há que se referir que nem todos os sítios incluídos no inventário foram visitados, desses optou-se por não se descrever o estado actual de conservação, e ao nível de ameaças, referindo-se apenas as ameaças gerais que

se preveem, em função da área geográfica em que se inserem. Assim, tendo recolhido o máximo de informação possível acerca dos sítios e preenchido a ficha de inventário, os dados obtidos foram integrados numa base de dados informático, numa folha de Excel. A construção deste inventário num Sistema de Informação Geográfico é algo que se espera no futuro.

No quarto ponto, a representação cartográfica dos sítios na sua área geográfica, realizada a partir do Google Earth. Nos pontos seguintes, os dados disponíveis foram interpretados e analisados tendo em vista a identificação de áreas preferências de trabalhos arqueológicos futuros.

1.2.2. Metodologia de inventário dos sítios

Como referido, o inventário incide sobre os sítios histórico - arqueológicos intervencionados arqueologicamente, em meio terrestre. Este inventário inclui a catalogação e descrição pormenorizada dos mesmos, e suas representações cartográficas. A nível da descrição dos sítios, realizaram-se pesquisas a fim de recolher o máximo de informação possível, por exemplo: a descrição física e principais características, os trabalhos realizados, a bibliografia referente, o estado de conservação, as ameaças que colocam em risco a sua preservação, a enunciação de algumas medidas de salvaguarda, o registo fotográfico, etc. Todos estes itens e critérios serão devidamente descritos no capítulo do inventário. Devido a alguma dificuldade de acesso à informação cartográfica, utilizou-se o Google Earth como ferramenta.

1.2.2.1. Alguns limites de análise

Desde logo, atenta às dificuldades e limitações encontradas ao realizar um trabalho deste nível, num país onde a Arqueologia encontra-se a dar os seus primeiros passos. Nomeadamente, dificuldade em reunir os dados bibliográficos, sobre os sítios de interesse histórico-arqueológico, principalmente, bibliografia relativa aos trabalhos arqueológicos. Isto deve-se à sua escassez, e à sua dispersão que reflecte o pequeno número de investigações arqueológicas realizadas em Cabo Verde. Acresce o facto de algumas intervenções realizadas não possuírem relatórios nem publicações, o que representa uma dificuldade acrescida. Desse modo, a informação sobre os sítios aqui apresentada, será desigual, em resultado da desigual produção de conhecimento em termos arqueológicos registada nas diferentes áreas de Cabo Verde.

Dos dados recolhidos durante as pesquisas, optou-se por apresentar a história da investigação arqueológica em Cabo Verde, desde os primórdios até a presente data, tanto

a terrestre como a subaquática, a fim de perceber-se os tipos, os procedimentos e a evolução dos trabalhos realizados, e a partir daí perspectivar o futuro. Muita informação sobre a história da investigação arqueológica aqui apresentada é inédita recolhida no Museu de Arqueologia da Praia, principalmente os dados sobre a arqueologia subaquática. Para além destes, incluí também uma proposta de potenciais áreas de interesse de investigação arqueológica futura, baseada, sobretudo em informações que nos são transmitidas pelas fontes históricas, e dados visíveis no terreno. O critério utilizado para avaliar potencial interesse arqueológico baseia-se na inclusão de sítios/ruínas visíveis no terreno sem intervenção arqueológica, sítios com referência nas fontes escritas, que hoje não estão visíveis no terreno, mas que podem ser detectados em prospecção e por fim, regiões onde decorreram actividades que foram decisivas para a economia local e poderão ainda preservar elementos materiais dessa época.

Este trabalho apresenta algumas insuficiências, em relação ao reconhecimento dos sítios no terreno, uma vez que, não foi possível visitar todos os sítios incluídos no inventário. De realçar também que não se realizaram ainda prospecções em busca de novos sítios, por ausência de tempo e meios para tal. O presente inventário, não representa um inventário acabado do património arqueológico de Cabo Verde, mas sim uma pequena contribuição, que pode vir a ser enriquecida e preenchida com novos dados vindos de futuros trabalhos de prospecção e escavação.

No essencial com este trabalho pretende-se impulsionar e chamar atenção para o património arqueológico de Cabo Verde, uma riqueza cultural ainda mal conhecida.

1.2.2.2. Fontes e bibliografias

Um conjunto amplo de referências bibliográficas foram seleccionadas e consultadas, para construção do trabalho. Estas foram divididas entre históricas e arqueológicas, sendo que se complementam na informação que apresentam.

A bibliografia histórica representa o grosso da bibliografia, e é fundamental para o enquadramento e melhor percepção dos factos e dados do terreno. Utilizaram-se obras gerais de referência, caso dos três volumes da História Geral de Cabo Verde (1991, 1995, 2002), da coordenação de Maria Emília Madeira Santos e Alexandre Albuquerque, com a participação de muitos autores ligados ao IICT e ao INAC (Cabo Verde). “*Monumentae Missionaria Africana*” de António Brásio, uma compilação de documentos oficiais referentes à história de Cabo Verde (1960, 1962, 1963). Algumas descrições corográficas de referência sobre o país como a “*Corografia Cabo-Verdiana ou descrição geográfico-histórica da província das ilhas de Cabo Verde e Guiné*”, da autoria de José Conrado Carlos de Chelmicki, com dois volumes (1841 e 1843), o segundo com a participação de Francisco Adolfo de Varnhagem, os trabalhos de José Joaquim Lopes de Lima e Francisco Tavares Valdez, o primeiro com o seu “*Ensaio sobre a statistica das possessões*

portuguezas” (1844), e o segundo com *“Africa ocidental. Notícias e considerações”* (1864), e ainda, os trabalhos de Cristiano José Senna Barcellos, como o *“Roteiro do archipelago de Cabo verde”* de 1892, e o *“ Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné”* (1989), para além das várias representações e documentações cartográficas sobre o país, sob a sua autoria, como os vários estudos de António Carreira, referentes a diversos aspectos do país. Obras essenciais para descortinar vários aspectos e elementos interessantes e relevantes sobre a história, geografia física, economia, etc., de Cabo Verde desde os primórdios do povoamento.

Os dados da cartografia histórica de Cabo Verde foram de grande utilidade, principalmente as cartografias realizadas pelo Centro de Estudo de Historia de Cartografia Antiga (CEHCA). Em muitos casos, o levantamento e identificação de topónimos, antigos e actuais, foram importantes na identificação de sítios de elevado potencial de investigação arqueológica. Sobre o assunto, o *“Dicionário corográfico de Cabo Verde”* de Álvaro Lerenó (1952), um compilado de todos os nomes de sítios, cidades, lugares de Cabo Verde, com a sua localização exacta, representou mais uma fonte importante no enriquecimento das pesquisas.

Relativamente à bibliografia arqueológica, desde logo, deparou-se este trabalho com o problema da sua diminuta existência, acrescido da dispersão e desorganização da informação existente. A documentação sobre a arqueologia terrestre utilizada centra-se em projectos e relatórios de intervenções arqueológicas, artigos em revistas científicas e em livros. Verificou-se alguns casos de ausência de relatórios de intervenções, devido a sua não realização ou extravios. Das intervenções arqueológicas realizadas, destaque para os trabalhos, relatórios e publicações da equipa da Universidade da Cambridge (Inglaterra), em diferentes sítios arqueológicos da Ribeira Grande (Cidade Velha), e Baía (Alcatrazes - São Domingos). Os trabalhos na Fortaleza Real de São Filipe, Convento de São Francisco e Trindade, realizados pela equipa espanhola (AECID). Os vários trabalhos na Sé Catedral, realizado pelo IPPAR (Portugal) com diferentes coordenações arqueológicas.

Sobre a arqueologia subaquática, toda a informação que aqui apresenta-se, foi obtida com base em documentos inéditos dos Arquivos da Arqueologia Subaquática, existentes no Museu de Arqueologia da Praia, com a informação complementar de duas referências importantes o livro de Emanuel Charles D’Oliveira *“Cabo Verde na Rota dos Naufrágios”* de 2005, e *“Catálogo do Museu de Arqueologia da Praia”* de 2011 (IIPC). Estes incluem informações úteis, relativas aos naufrágios: com identificação, descrição, descobertas e alguns aspectos das intervenções. Toda a bibliografia arqueológica utilizada encontra-se devidamente especificada, no volume II da tese (Vol. II, pag. 95 - 98), intitulado de Bibliografia arqueológica sobre Cabo Verde, disposta por ordem cronológica.

Utilizou-se também, um conjunto de fontes complementares, nomeadamente o Boletim Oficial de Cabo Verde, artigos publicados em jornais, e muita informação oral, que foi de

grande utilidade para o enquadramento da informação. A dissertação incorpora, ainda, alguns trabalhos de seminários realizados pela autora, no âmbito de cadeiras do Mestrado de Arqueologia.

1.2.2.3. Organização do trabalho

O presente trabalho comporta dois volumes: o Volume I e o Volume II.

O volume I encontra-se organizado e dividido em partes distintas, dos quais passo a descrever de forma resumida:

Uma primeira parte introdutória, onde aborda-se a questão do Património Cultural e a importância do inventário, na sua gestão e preservação.

A segunda parte, a caracterização da área geográfica em estudo: Cabo Verde. A descrição dos principais aspectos físicos, climáticos, geográficos, geológicos e históricos.

A terceira parte, a questão da arqueologia em Cabo Verde, com a indicação e análise da legislação patrimonial histórica e vigente, o historial das investigações terrestres e subaquáticas.

A quarta parte é dedicada a análise ao inventário dos sítios intervencionados arqueologicamente, a apresentação da leitura geral acerca dos sítios, da distribuição das intervenções, as tipologias, as cronologias, e estado de conservação dos mesmos, acrescido das suas representações cartográficas.

A quinta parte, a indicação de algumas potenciais áreas potenciais de realização de trabalhos arqueológicos em Cabo Verde.

E por último, algumas considerações gerais sobre o património histórico arqueológico de Cabo Verde.

No volume II encontra-se o inventário de todos os sítios intervencionados arqueologicamente, descritos de acordo com a ficha de sítios. Também a descrição de um caso de intervenção arqueológica de emergência na Cidade Velha (2009); uma proposta de um modelo de ficha de sítios possível de ser utilizado em prospecções em Cabo Verde; e a indicação da bibliografia arqueológica sobre Cabo Verde, por ordem cronológica.

2. Património Cultural

2.1. Importância do Património Cultural e da sua Preservação

O património cultural é o conjunto de bens, costumes tradições materiais e imateriais, transmitidos pelos nossos antepassados, que são de reconhecida importância para a memória, a identidade e a cultura. Este deve ser permanentemente preservado, para que tenha continuidade e usufruto entre as diferentes gerações (MENDES, 2012, p. 11-13).

A legislação patrimonial Cabo-verdiana define como Património Cultural Cabo-verdiano *“o conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo povo cabo-verdiano ao longo da história, com relevância para a formação e o desenvolvimento da identidade cultural cabo-verdiana. Estes integram todos os elementos móveis e imóveis, que pelo valor histórico e bibliográfico, artístico, arqueológico, científico fazem parte do património cultural de Cabo Verde e imateriais que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados como de interesse relevante para a preservação da identidade e a valorização da cultura cabo-verdiana através de tempo, bens criados ou integrados pelo povo”* (Lei nº 102/III/90 de 29 de Dezembro, artigos 2º e 3º).

Tendo em conta, que o património cultural é relevante para a identidade de qualquer povo ou cultura e este está permanentemente em risco, é fundamental a sua preservação, para garantir a integridade e permanência dos traços culturais herdados e para que permaneça viva a memória sua entre as gerações. Assim, a mesma legislação prevê que a preservação, defesa e valorização do património cultural de Cabo Verde é um direito do Estado, autarquias locais e de todos os cidadãos, sendo estes últimos associados às dinâmicas e medidas de salvaguarda bem como da sua dignificação e da sua fruição (artigos 5º e 7º). Nota-se, a referência ao envolvimento da população nas iniciativas de preservação patrimonial, o que representa um aspecto muito importante, uma vez que o património cultural é um bem de todos, e deve ser, assim preservado e usufruído por todos. A preservação patrimonial surge como um conjunto de acções e medidas tomadas pelo Estado, ou entidades culturais, com o objectivo de legalmente inviabilizar a destruição dos bens culturais, quer materiais quer imateriais, utilizando alguns meios como: o tombo, os inventários dos bens materiais e imateriais, a conservação e restauro, etc., como forma de defesa do património nacional.

A preservação patrimonial não passa somente pelas iniciativas tomadas pelo Estado, ou entidades culturais responsáveis, mas sim deve contar com o envolvimento de todos na sua execução, o que requer uma consciencialização generalizada acerca da importância

da sua preservação. Desse modo, a educação patrimonial surge como um meio fundamental de preservação, na medida que, representa o elemento chave na consciencialização da população da importância da preservação do património. Este conhecimento permite criar uma relação mais próxima entre as comunidades e o património, desenvolver a consciência da necessária valorização da herança cultural, para um usufruto de melhor forma dos bens culturais (SURYA, MEDEIROS, 2009, p. 6, 7). Neste sentido, uma efectiva educação patrimonial pode fornecer instrumentos que proporcionam a percepção do espaço cultural por parte da população em geral, constituindo assim uma acção estratégica no processo de valorização patrimonial, ao mesmo tempo que contribui para o desenvolvimento de turismo cultural, a valorização das culturas locais e desenvolvimento social. O conhecimento patrimonial, a consciencialização da sua importância e preservação, a sua apropriação por parte das comunidades constituem elementos cruciais no processo de preservação, salvaguarda e promoção da sua continuidade. Desse modo, é essencial uma consciencialização junto da população no que diz respeito a este tópico, e neste processo as entidades culturais, as escolas, os museus, etc., assumem papéis fundamentais como meios de educação e transmissão de conhecimento. É no entanto, condição obrigatória para haver uma educação patrimonial de qualidade existir um conhecimento científico sobre o património cultural existente, o que requer estudos e investigações destinados a produzir conhecimentos patrimoniais, promover a sua preservação e valorização para que este possa ser disfrutado pela comunidade consolidando a identidade nacional.

2.2. O Inventário como elemento de conhecimento e meio de Preservação Patrimonial

Um dos instrumentos fundamentais utilizados como meio de conhecimento e preservação patrimonial, são os inventários dos bens patrimoniais. Neste ponto, parafraseando Matias *et al.*, (2002, p. 142), inventariar exige “ ... *investigar, analisar, congregar, gerir e disponibilizar a informação estruturada que descreva a configuração física do objecto em momentos determinados do tempo visando a compreensão do seu valor material e simbólico, a sua relação com o meio a que pertence e as alterações físicas verificadas ao longo do tempo ...*”.

Deste modo, os inventários representam o levantamento sistemático e catalogação dos bens patrimoniais de um país ou região, com o objectivo de sua identificação e salvaguarda. Para realizar o processo de inventário é essencial um amplo estudo e investigação em torno dos bens a serem inventariados, principalmente pesquisas e levantamentos documentais de forma sistemática, organização da informação recolhida, que deve depois ser disponibilizada e divulgada, para que haja um conhecimento

patrimonial por parte da comunidade em geral, o que auxilia na definição e compreensão da identidade cultural. Assim, o inventário representa uma documentação, uma base de informação estruturada do bem inventariado, serve para a sua identificação, caracterização e conhecimento, ao mesmo tempo, fornece dados para a gestão patrimonial, permite o desenvolvimento de medidas preventivas e de valorização e contribui para a educação e sensibilização patrimonial. Pelas suas funções múltiplas necessita de constante actualização.

O inventário como um meio de registo do património cultural é essencial, na medida que, o registo é uma das principais vias de reconhecimento do bem. Assim, é importante que cada trabalho sobre o património seja sempre acompanhado de um rigoroso registo, como prevê a Carta de Veneza (*Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios*, 1964) no seu artigo 16º, que recomenda que qualquer trabalho de intervenção sobre o património: escavação, conservação, restauração, etc., deva ser sempre acompanhada pela compilação de desenhos, fotografias e outras documentações precisas e referentes a todas as fases do trabalho realizado, e deva ser guardado em arquivo público, à disposição de quem o queira consultar sendo recomendada a sua publicação. Neste ponto, por exemplo, para o registo dos bens materiais imóveis, a legislação internacional prevê um conjunto de medidas a serem seguidas para registar de melhor forma o bem, expressas em “*Os princípios para o registo de monumentos, grupos de edifícios e sítios*” (ICOMOS, 1996). Esta legislação assume que o registo do património cultural é essencial e deve ser realizado com um nível de pormenorização adequado, delineado de forma especial prioritariamente quando se compila um inventário nacional, local ou regional, nas actividades de investigação e conservação, com detalhe nas diferentes fases das obras de reparações ou outras intervenções, etc., enfim deva ser realizado sempre um rigoroso registo em qualquer acção sobre o património, de forma sistemática e tendencialmente actualizada (ICOMOS, 1996, 6p.). Este registo, por sua vez é de grande importância no processo do inventário dos bens.

Como referido, o inventário é um dos principais meios de conhecimento do património cultural de um país ou região. Para Cabo Verde, os inventários dos bens patrimoniais tanto materiais como imateriais, representam mais uma valia e são de extrema relevância para o conhecimento dos referidos bens. Sendo assim, deve-se apostar fortemente no registo e catalogação de todos os elementos parte do património cultural de Cabo Verde, por constituírem elementos essenciais da identidade nacional, que sendo elementos herdados devem ser perpetuados entre as gerações. Sublinha-se a ideia da necessidade de desenvolver medidas e acções de preservação, o que só acontece após um efectivo conhecimento sobre o património existente.

3. Área em Estudo: Cabo Verde

3.1. Cabo Verde: Introdução geográfica e descrição física

Cabo Verde localiza-se na região tropical do Atlântico Norte, a aproximadamente 500 km da Costa Ocidental Africana. Constituindo, um arquipélago formado por dez ilhas e treze ilhéus, que juntos ocupam uma superfície de 4033 km². O espaço marítimo exclusivo ultrapassa 600 000 km² (Fig. 1).

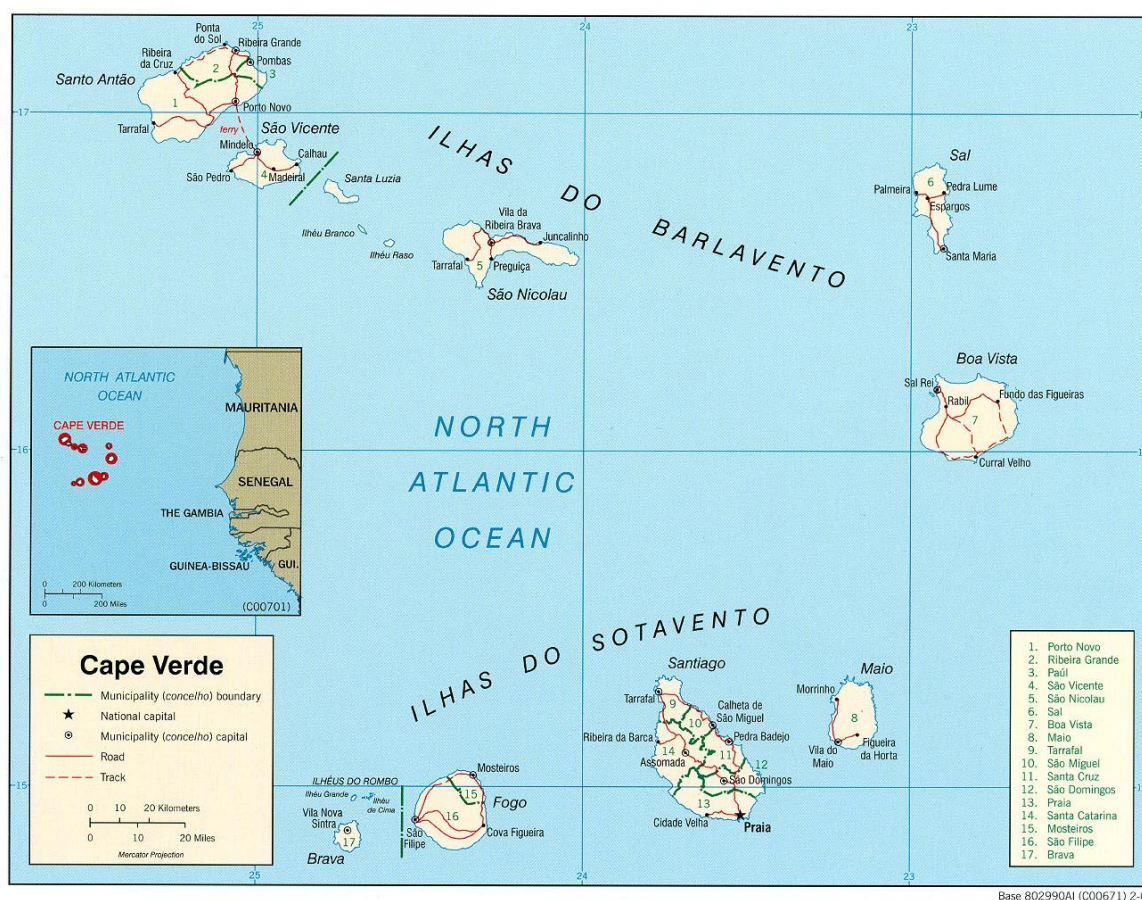


Fig. 1 – Arquipélago de Cabo Verde no oceano atlântico (<http://www.africa-turismo.com/mapas/cabo-verde.htm>).

O arquipélago encontra-se dividido em dois grupos administrativos conforme a sua posição em relação ao vento dominante que sopra do Nordeste, e conforme a tradição náutica:

- O grupo do Barlavento, com as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista. Os ilhéus desabitados Branco e Raso, situados entre Santa Luzia e São Nicolau, o ilhéu dos Pássaros, em frente à cidade de Mindelo, na ilha

de São Vicente e os ilhéus Rabo de Junco, na costa da ilha do Sal e os ilhéus de Sal Rei ou do Baluarte, na costa da ilha de Boa Vista.

- O grupo do Sotavento, com as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava. O ilhéu de Santa Maria, em frente à cidade de Praia, na Ilha de Santiago; os ilhéus Grande, Rombo, Baixo, de Cima, do Rei, Luís Carneiro e o ilhéu Sapado, situados a cerca de 8 km da ilha Brava e o ilhéu da Areia, junto à costa dessa mesma ilha.

A ilha de Santiago é a maior de todas, com 991 km², onde também, localiza-se Praia a cidade capital, e os principais órgãos administrativos e do governo.

De origem vulcânica, as ilhas tiveram a sua formação em consequência de erupções submarinas registadas ao longo de vários milhões de anos. Os materiais expelidos ao longo do tempo foram-se acumulando debaixo do nível do mar, até que formaram ilhas com a emersão destas (CARDOSO, 2006, p. 12; FILHO, 2003, p. 67). Concretamente, estas ascendem de um soco submarino situado a uma profundidade da ordem de 3.000 metros, emergindo três pedestais bem distintos:

- O pedestal Norte, que inclui as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia e São Nicolau e os ilhéus Pássaros, Branco e Raso;
- O pedestal Leste e Sul, incluindo as ilhas de Sal, Boa Vista, Maio e Santiago e os ilhéus
- O pedestal Oeste compreende as ilhas do Fogo e da Brava e os ilhéus Grande, Luís Carneiro e de Cima (BEBIANO, 1932, p. 12)

Biogeograficamente encontram-se inseridas na Macaronésia¹. As ilhas de Cabo Verde, apesar de serem todas de origem vulcânica, apresentam particularidades diversas, principalmente a nível da topografia: nas ilhas orientais ou rasas (Sal, Boavista e Maio), o relevo é suave, dominado de pequenas altitudes, com extensas praias aplanadas. Pelo contrário, as restantes ilhas são montanhosas com vales profundos, principalmente, Santiago, Santo Antão e São Nicolau. O vulcão da ilha do Fogo constitui o ponto mais alto do arquipélago, com a altura de 2829m, correspondendo também, a segunda maior elevação da Macaronésia ultrapassado pelo Teide em Tenerife.

A geologia do arquipélago é caracterizada, principalmente, pela presença de rochas ígneas, com estruturas vulcânicas e detritos piroclásticos, próprias da parte superior de uma área vulcânica parcialmente submersa, com uma superfície aproximada de 165.000 km². Segundo Bebiano (1932 *apud* CARDOSO, 2006, p. 13) a nível de afloramentos

¹ O termo Macaronésia é referente ao conjunto dos cinco arquipélagos próximos das costas africanas que partilham muitos factores em comum (regiões ultraperiféricas dos países ou continentes a que pertencem, clima agradável durante o ano, fauna, flora e origem vulcânica). São os arquipélagos das Canárias, Cabo Verde, Madeira, Açores e Ilhas Selvagens. A palavra “Macaronésia” provém do grego e significa “ilhas afortunadas”. [Consultado em Setembro de 2016] Disponível em: <https://ptmac.webs.ull.es/pt-blog/2015/08/03/macaronesia-as-ilhas-afortunadas/>.

rochosos, 80% da superfície das ilhas é composta por rochas basálticas; 0,9% por rochas fonolíticas; 0,5% por rochas calcárias, e 0,6 % por depósitos sedimentares e outros.

A localização do arquipélago na extremidade ocidental da faixa do Sahel faz com que este apresente um clima característico da região: árido ou semiárido. A temperatura média anual raramente ultrapassa os 25 °C e não desce abaixo dos 20 °C. A temperatura da água do mar varia entre 21 °C em Fevereiro e 25 °C em Setembro.

Duas estações distinguem-se no arquipélago, resultantes da convergência intertropical:

- Estação seca ou “*das brisas*” de Novembro a Junho. Esta é caracterizada pela presença de ventos constantes durante todo o ano, ventos do nordeste, que influi fortemente no clima, fazendo com que apresente temperaturas amenas;

- Estação húmida ou “*das águas*” de Julho a Outubro. Com chuvas irregulares, na sua maior parte de fraca pluviosidade (BEBIANO, 1932, p. 13; CARDOSO, 2006, p. 18- 21; FILHO, 2003, 67; AMARAL, 1991, p. 4-5).

O solo, no país, constitui um recurso raro, devido ao alto nível de erosão provocado pelo relevo vulcânico, topografia montanhosa, e acelerado pelo clima árido sujeito a chuvas torrenciais. Assim, apenas 10% do total da superfície das ilhas são áreas cultiváveis, e grande parte destas constituem declives ou encostas de grande inclinação. A vegetação das ilhas corresponde à aridez do clima (CARDOSO, 2006, p.21, 23). Ao que consta, quando os portugueses aportaram às ilhas, apenas identificaram urzelas e vegetação bravia, que cobria a superfície (vegetação característica da área), estes terão então introduzido outras plantas da Europa, África, Ásia e América (RIBEIRO, 1960, p. 85). Portanto, a raridade do solo e o clima característico da região, constituem factores condicionantes à obtenção de recursos necessários para a satisfação das necessidades básicas da população aí estabelecida.

Esta situação é-nos relatada por Senna Barcellos (1904, p.40) “... *A formação dos solos dessas ilhas, a brisa reinante e o sol ardente, são causas que impedem toda vegetação quando as chuvas sejam fracas e irregulares. Outro não sucede em Portugal onde chove de setembro a maio, em São Tomé quase todo ano. Nestes 2 países, se o povo morre de fome é por que quer, então é indolente, Em Cabo Verde, não, porque o povo vive debaixo de um céu ingrato ...*”

A nível faunístico, a fauna terrestre é pobre, constituída principalmente por animais domésticos, muito dos quais introduzido nas ilhas através da colonização: aves, pequenos répteis, insectos endémicos, besouros. As aves são diversificadas, aliás é notável a biodiversidade, entre espécies marítimas e terrestres, residentes e migratórias. A fauna marinha é a mais diversificada devido a localização das ilhas em pleno Atlântico, à limpidez e à temperatura amena da água do mar.

3.2. Cabo Verde: Aspectos de uma trajectória histórica (Os primórdios do povoamento)

A história de Cabo Verde está intimamente ligada a expansão marítima portuguesa. Oficialmente, o arquipélago foi descoberto na segunda metade do século XV, concretamente em 1460, por navegadores portugueses, no decurso das suas viagens de expedição, que iniciou em 1415 com a conquista de Ceuta, no Norte de África. Aquando da chegada dos portugueses, as ilhas encontravam-se desertas. 1460, é o ano em que se regista o primeiro documento oficial referente às ilhas, concretamente uma carta do Infante D. Henrique doando a D. Afonso V, a temporalidade das ilhas de Cabo Verde e dos Açores, e à ordem de Cristo a sua espiritualidade, carta esta, datada de 18 de Setembro de 1460 (Silva Marques, vol. I, p. 583 *apud* Corp. Doc. Vol. I, p. 13-14).

Desde cedo, constatou-se a excelente posição geográfica e estratégica que Cabo Verde ocupava: no meio do oceano, dando a possibilidade de aí aportar, fazer escala e prosseguir para destinos mais longínquos. A sua situação geoestratégica foi desse modo responsável pelo seu rápido povoamento (PEREIRA, 2005, p. 32). A ilha de Santiago foi a primeira a ser povoada e colonizada. Concretamente na parte Sul, que despertou a atenção dos colonizadores aquando da sua chegada à ilha, por possuir uma ribeira verdejante, cheio de árvores de muitas espécies, na base de uma arriba protegida dos ventos dominantes na região a maior parte do ano, e em frente de um ancoradouro apetecível para paragem de navios. A estas razões, junta-se o facto de a ribeira ser alimentada por abundante nascente de água, o que não só permitia a agricultura, mas também a satisfação de outras necessidades básicas. Deste modo, escolheu-se primeiramente colonizar e povoar a dita região que ficou inicialmente conhecida por Ribeira Grande de Santiago (Fig. 2).

Na vila, estabeleceu-se o primeiro polo de ocupação que serviu de ponto de escala para os navios provenientes de, e com destinos diversos. A ilha de Santiago foi dividida em duas capitánias, a Capitania do Sul, com sede na Ribeira Grande, doada a António da Noli, e a Capitania do Norte com sede em Alcatrazes (Freguesia de Nossa Senhora da Luz na cidade de São Domingos), doada a Diogo Gomes, esta última, ao contrário da primeira não teve muita prosperidade. Para colonizar a sua região, António da Noli trouxe colonos do Alentejo e do Algarve (DOMINGUES, 1991, p. 47 - 50).



Fig. 2 – Cidade de Ribeira Grande (Cidade Velha) (fotografia: Nireide Tavares, 2016).

É de referir que inicialmente esse povoamento não foi frutífero, devido a inexistência de riquezas naturais que atraíssem os colonizadores. Desse modo, como forma de criar condições propícias para exercer a função de entreposto marítimo e comercial, a coroa portuguesa incentiva o povoamento transferindo para Ribeira Grande estruturas características e inerentes as cidades do reino. Através de uma carta régia datada de 12 de Junho de 1466, como forma de incentivo à imigração, a povoação da Ribeira Grande foi dotada de um conjunto de privilégios comerciais atraentes, estes poderiam comercializar na Costa da Guiné, com a excepção da zona de Arguim, por constituir monopólio real. Produtos, como escravos e outras mercadorias que quisessem, excepto armas, navios e seus apetrechos, ferramentas, sendo que as mercadorias adquiridas podiam ser vendidas em Portugal e nos seus domínios, e também fora do reino, após recolha de impostos. Estes privilégios incentivaram a imigração e permitiram a instalação na Ribeira Grande de uma camada de “*moradores armadores*” que viriam a formar a elite local. Mas, foram limitados 6 anos depois, através de uma carta de 8 de Fevereiro de 1472, delimitando-se a área de actuação na Costa da Guiné, e reduzindo-se a capacidade de compras aos produtos produzidos na ilha de Santiago (CORP DOC, vol. I, p. 19-22, 25-28; BRÁSIO, 2ª série VOL I, p. 431-435, 446-450; SANTOS, CABRAL, 1991, p. 371 - 409).

Desse modo, estavam assentes as primeiras bases para o desenvolvimento do povoamento, também com a construção dos primeiros edifícios públicos de carácter religioso, político e administrativo. Nos tempos que seguiram, a vila cresceu e adquiriu importância económica e administrativa, somada à importância geográfica e estratégica que possui. À vila de Ribeira Grande chegavam navios e pessoas de culturas e nacionalidades diferentes, esta serviu como centro de adaptação de espécies vegetais e

animais, antes da sua introdução noutras regiões do mundo tropical. Ali também, serviu como ponto importante de paragem e reabastecimento de navios comerciais, de expedições de descobrimentos, navios negreiros, etc., provenientes da Europa e de outras áreas, com víveres frescos.

Com o desenvolvimento do tráfico negreiro, o arquipélago transformou-se num dos vértices do triângulo, em que decorria o tráfico de escravos formado por: Guiné – Cabo Verde – Américas. A ilha de Santiago representava um interposto, onde os escravos eram reexportados para diversas regiões, e onde eram adquiridos os panos de algodão, utilizados como moedas de troca na obtenção de escravos. Este interposto tornou-se atractivo em primeiro lugar devido à forte vocação para o comércio externo, e também porque os estrangeiros, à época, estavam proibidos de negociar na Guiné, mas podiam fazê-lo em Santiago (FILHO, 1989, p.37). Desse modo, serviu de placa giratória à navegação do Atlântico, por aí passaram as naus dos célebres descobridores que tanto viajaram para as Índias como também para as Américas, o que reflecte a movimentação do seu porto. Nessa altura, a importância e relevância de Ribeira Grande era tanta, que André Rodrigues, um contador, escreveu ao rei D. João III, numa carta de 27 de Março de 1549, informando - o que excepto a cidade de Lisboa, nem duas cidades do reino rendiam tanto como ela (CABRAL, 2001, p. 225).

A vila foi sede da primeira diocese da Costa Ocidental Africana, criada através da bula papal de 31 de Janeiro de 1533 de Clemente VII – a pedido do rei de Portugal D. João III. Criou-se a Diocese de Santiago de Cabo Verde e Guiné e a respectiva sede do bispado. Assim, foi elevada à categoria de Cidade, em 1533: a Cidade de Ribeira Grande de Santiago, constituindo assim na primeira capital de Cabo Verde (BRÁSIO, Vol II, 2ª série p. 249-254).

A importância económica e estratégica da Ribeira Grande teve muito interesse para a coroa portuguesa. Atenção que se reflecte na edificação de edifícios públicos, administrativos, religiosos, militares, dos quais cito alguns exemplos: Igreja de Nossa Senhora de Rosário (1495); Pelourinho da Picota (1512); Igreja/Hospital da Misericórdia (1556); Início da edificação da Sé Catedral (1556 e concluído somente em 1770); construção do Palácio Episcopal situado nas cercanias da Sé; edifício da Câmara Municipal; Fortaleza Real de São filipe (1587), etc. A arquitectura religiosa e militar destacam no conjunto. Sobre a religiosa, há relatos de que a Ribeira Grande na sua mais opulenta fase, chegou a possuir cerca de duas dezenas de edifícios de carácter religioso, algo extraordinário, tendo em conta o tamanho da cidade, e da população alojada em de cerca de 500 fogos. Nesta, localiza-se duas das mais antigas igrejas de Cabo Verde: a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, datado da segunda metade do século XV (entre 1466 e 1470) e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1495). Os edifícios de cariz religiosos, construídos na Ribeira Grande, foram realizados em concordância com as tipologias pré-existentes no reino, e nas outras ilhas atlânticas, em concordância também

com o gosto das épocas em que foram concretizados. Muitos dos materiais constituintes destes foram trazidos pré-fabricados das oficinas do reino, posto que, o acabamento dos edifícios em si e a riqueza dos detalhes sejam de uma execução mais pobre e simples (RICHTER, 2009, Vol. I p. 296-297 *apud* RICHTER, 2011, p. 6-7).

O grande desenvolvimento de Ribeira Grande, como centro de convergência das grandes rotas comerciais atlânticas, tornou-a alvo de cobiça por parte de piratas e corsários, que por diversas vezes atacaram a vila, depois cidade. Assim, a metrópole viu-se obrigada a organizar uma defensiva militar, para a proteger dos referidos ataques, acompanhados de assalto e pilhagem. Nos primeiros tempos, a defesa era feita por pequenos e simples bastiões e fortes, que se revelaram insuficientes perante os constantes ataques. No reinado Filipino (1560-1640), foi organizada uma defensiva militar mais complexa, que se reflectiu na construção de vários edifícios militares encabeçados pela Fortaleza Real de São Filipe, erguida a partir de 1587, numa plataforma rochosa que domina a cidade e o porto e o caminho para a vila de Praia. A este sistema ainda, pertenciam, vários fortes ao longo da baía.

Este período, florescente e de grandeza da Ribeira Grande é no entanto de curta duração. Pouco tempo depois a cidade encontrava-se em decadência, devido ao desvio das rotas do comércio dos escravos e a abertura dos portos da Guiné ao comércio por estrangeiros, e ao nível de insegurança que reinava na cidade. Estas e outras causas estiveram na base do abandono e transferência da capital para cidade da Praia, na segunda metade do séc. XVIII. A mudança da capital da província, foi determinada pelo alvará de D. João IV datado de 1652, mas na prática, só se verificou tal facto em 1769, após ordem de Marquês de Pombal, e a transferência definitiva ficou oficializada².

Do património construído na cidade restam muitos edifícios, principalmente os religiosos e os militares, alguns bem destacados na paisagem. Estes serão objectos de análises no inventário (Vol. II, p. 5 – 54); e no capítulo de potenciais áreas de interesse de investigação arqueológica em Cabo Verde, no caso Ribeira Grande (Cidade Velha – Ilha de Santiago) (Vol. I Cap. 6).

O povoamento das restantes ilhas de Cabo verde desenrolou-se em períodos diferentes. As ilhas de Santiago e de Fogo, no séc. XV e XVI representam a primeira vaga de povoamento, impulsionada sobretudo, pelo tráfico de escravos. A segunda vaga, decorreu em meados do século XVII, e prolongou-se até aos anos 80, do Séc. XIX. No decorrer desse período, destaca-se o povoamento das ilhas montanhosas e com alto potencial agrícola, complementadas por actividades piscatórias: Santo Antão, São Nicolau e Brava, que se transformaram em espaços com alto nível de fixação humana. Dentro desse período, regista-se ainda uma outra fase, referentes ao povoamento das ilhas de

² Oficializada através da circular nº 195-a de 28 de Abril de 1856, publicada no Boletim Oficial, nº 68 do mesmo ano (BO nº 68 de 1856; FILHO 1989, p. 38).

Sal, Boavista e Maio, fortemente impulsionado pela abertura dos portos das referidas ilhas à navegação inglesa e norte – americana, no séc. XVIII, principalmente para o comércio do sal, e pastorícia (SILVA, 2002, p. 1-17).

Uma das últimas ilhas do arquipélago a ser povoada foi a ilha de São Vicente, no séc. XIX. Através do estabelecimento de um depósito de carvão (1838) para o abastecimento dos navios em rota pelo Atlântico, foi na baía do Porto Grande, que a população se começou a fixar, fundando-se a cidade do Mindelo. Na segunda metade do séc. XIX, a ilha teve um desenvolvimento sem precedentes, devido à expansão do vapor, passou a dispor de diversos depósitos de carvão ingleses, em actividade que abasteciam dezenas de navios que aportavam no porto de Mindelo para se reabastecerem. Assim, tornou-se escala obrigatória, em pleno Atlântico, para navios de todo o mundo e marinheiros de muitas nacionalidades, tornando-se num centro cultural importante. Este período de prosperidade, durou apenas algumas décadas, pois, no início do século seguinte o carvão foi substituído pelo *diesel* como combustível para os navios (LIMA, 1844, p.67 - 69; VALDEZ, 1854, p.107, 108; BARCELLOS, 1892, p.59 – 61; SILVA, 2000, p. 15,16, 87, 97, 102-104), tornando obsoletos estes depósitos.

3.3. Cabo Verde: o Povo, a cultura e factos marcantes na história do país

Os habitantes que habitaram Cabo Verde nos séculos XV - XVI, encontram-se: brancos europeus, na sua maioria portugueses e negros trazidos da costa africana na condição de escravos. Apesar da relação, muitas vezes conflituosas que existiam entre estes dois grupos, salienta-se o fenómeno de miscigenação entre esses dois contingentes étnicos, em grande parte resultantes de relações entre homens brancos e mulheres negras. Desta miscigenação, resultam os pardos, população verdadeiramente cabo-verdiana, que se foi desenvolvendo nos séculos que seguiram, juntamente com a economia e sociedade. Assim, na história de Cabo Verde destacavam-se três grupos sociais distintos: Os brancos europeus, os negros livres e forros, e por último os escravos que constituíam a maioria da população. À margem desta sociedade estratificada, registam-se outro grupo, designados de “*escravos fujões*”, que viviam na condição de foragidos (BALENO, 1991, p.148-157).

A população cabo-verdiana é descendente de escravos africanos, principalmente da costa ocidental, e também de vários povos europeus na sua grande maioria portugueses mas também franceses, italianos, espanhóis. Existem ainda cabo-verdianos de origem judaica, principalmente do norte de África, nas ilhas de Santo Antão, Santiago e Boavista, e a estes juntam-se também descendência de árabes, sendo a população cabo-verdiana maioritariamente mestiça. Segundo, estimativas de investigadores do Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto (IPATIMUP), 57% dos genes

dos cabo-verdianos são de origem africana e 43% têm origem europeia, o que faz da população cabo-verdiana das populações que representam maiores percentagens de miscigenação na Terra³. Actualmente a população atinge um número total de 523 374 habitantes.

Todo este fenómeno de mistura e convivência de povos de origens e culturas num novo espaço diferente das suas origens resultou numa nova e miscigenada cultura: a cultura cabo-verdiana. Esta traduz-se pela herança de traços culturais europeus e africanos, sendo que, desta última é mais evidente, mas, a cultura cabo-verdiana possui traços próprios que a distinguem de outras. Da convivência entre europeus e africanos nasceu o dialecto crioulo: dialecto materno cabo-verdiano, que possui variantes em todas as ilhas do arquipélago.

Durante a trajectória histórica de Cabo Verde, algumas situações marcaram e condicionaram profundamente a vida da população local, que importa aqui referir. Em primeiro lugar, os vários períodos de crise e fome que assolaram a população insular. Muitas destas crises dizimaram quantidades excessivas de população. Esta situação, deriva da condição saheliana do arquipélago, que provoca frequentemente grandes e graves períodos de seca, acompanhada das suas consequências: fome, impacto negativo na economia e na saúde pública, tornando o país palco e alvo de muitas doenças. Relativamente a esses fenómenos recorrentes em Cabo Verde, apresentam-se alguns exemplos: ao longo do tempo, desde a descoberta e colonização de Cabo Verde, até ao séc. XIX estão assinaladas 27 períodos de crise (sendo duas em cada um dos séc. XVI e XVII, onze no séc. XVIII e doze no séc. XIX, e no séc. XX foram registadas mais nove) (CARREIRA, 1983, p. 207 -216; AMARAL, 1991, p. 12-13; LIMA, 1997, p. 186).

Outro fenómeno, frequente desde sempre em Cabo Verde, e que resulta do quadro anterior é a emigração. A falta de recurso, a natureza e a condição natural do país, levou a que muitos emigrassem, em busca de condições melhores de vida. Estima-se que actualmente o número de cabo-verdianos vivendo em outros países seja bem maior do que o de habitantes no arquipélago. A emigração é um facto tão característico do país que é comum chamar à comunidade na diáspora de “11ª ilha de Cabo Verde”.

Cabo Verde foi colónia Portuguesa até 5 de Julho de 1975, data que recebeu o estatuto de país independente, governando-se a si próprio, constituindo este um dos principais acontecimentos na história deste país.

³ Segundo o estudo realizado por Jorge Rocha, do IPATIMUP (Universidade do porto), intitulado de: “A diversidade genética de Cabo Verde”. [consultado em Julho de 2016] Disponível em: <http://www.cienciahoje.org.br/>.

4. Arqueologia em Cabo Verde

Em Cabo Verde, a arqueologia é uma disciplina que se encontra a dar os seus primeiros passos. O país não possui uma tradição arqueológica vincada comparada com outros, o que faz com que haja pouco conhecimento do panorama arqueológico nacional. Apesar disso, alguns trabalhos arqueológicos vêm sendo desenvolvidos, principalmente nos últimos tempos, tanto a nível terrestre como subaquático.

Como é objectivo deste trabalho, apresentar um ponto de situação sobre a arqueologia em Cabo Verde apresentam-se seguidamente elementos que se consideram ser essenciais para a compreensão da actividade arqueológica no país.

4.1. Documentos legislativos relativos ao Património Arqueológico em Cabo Verde

4.1.1. Transição e Independência (1974/1975)

Em Cabo Verde, a preocupação com o património cultural, existe antes de este se constituir como um país independente. Aquando da dominação colonial portuguesa já existiam algumas leis patrimoniais, ainda que escassas. Após a independência, foi mantida e fomentada essa preocupação, na medida que, desde muito cedo percebeu-se a relevância da conservação, salvaguarda e divulgação do património cultural, o que mereceu maior atenção por parte das autoridades.

Antes da independência, a lei nº 13/74, de 17 de Dezembro, que cria o Ministério de Educação e Cultura, serviu de base para o Governo de Transição, criar algumas leis culturais. Assim, o Governo de Transição promulga o Decreto-Lei nº 45/75, de 24 de Maio, que cria a Comissão de Investigação e Divulgação Cultural, no âmbito do Ministério de Educação e Cultura, com as seguintes competências:

Inventariar o património cultural de Cabo Verde e divulgar os resultados, lançar bases para um intercâmbio cultural com outros povos. Tendo em conta que “... *como todos os aspectos da vida do povo de Cabo Verde, a cultura cabo-verdiana foi durante a longa noite colonial reprimida e desvirtuada... Uma das medidas utilizadas na alienação cultural foi por um lado a marginalização das massas populares e por outro a repressão das*

manifestações populares e autenticamente caboverdeanas ... ” (artigo 1º) (BO, decreto-lei, nº 45/75).

As autoridades passaram então a incentivar, promover e preservar os diferentes elementos parte da cultura do país, criando comissões de apoio, tanto nacionais como locais, de modo a concretizar estes objectivos, demonstrando uma preocupação acrescida, em resgatar os valores da cultura do país, reprimidos durante o período colonial. Por exemplo, em 1986 foi criado o Ministério da Informação Cultural e Desporto, com o arranque da Direcção Geral do Património Cultural, cujo principal fim, era a preservação dos bens culturais nacionais.

4.1.2. Os anos 90

A partir dos anos 90, surgem decretos e nova legislação relativos ao património cultural. Através do Decreto-Lei nº 99-A/90 de 27 de Outubro, cria-se o Instituto Nacional da Cultura (em substituição da Direcção Geral da Cultura), com o objectivo de promover a defesa e a consolidação da identidade cultural. A preservação, a valorização e a divulgação do património histórico e cultural de Cabo Verde, eram algumas das suas competências, para além, de servir como núcleo de dinamismo, fomento e apoio de desenvolvimento de todas as manifestações do povo cabo-verdiano (Artigo 1º).

É também no final do ano de 1990, que se publica a lei de Base do Património Cultural Cabo-verdiano: Lei nº 102/III/90 de 29 de Dezembro, baseado na lei patrimonial portuguesa e vigente até hoje.

Tendo como objectivos a preservação, a defesa e valorização do património cultural do país, a lei define como património Cultural Cabo-verdiano todos os bens materiais e imateriais que, por seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a preservação da identidade e a valorização da cultura cabo-verdiana através do tempo (Artigos 1º, 2º). Segundo a legislação, a questão da defesa, preservação e valorização do património cultural de Cabo Verde, fica sob responsabilidade do estado, das autarquias locais e também dos cidadãos nacionais, ou seja, prevê o envolvimento de todos na salvaguarda da identidade nacional.

Concretamente, sobre a arqueologia na sua secção VI (Património e pesquisas arqueológicas), a legislação prevê que a realização de qualquer pesquisa arqueológica fica sujeito à autorização por parte do Conselho de Ministros, através da proposta do membro do governo responsável pela cultura. Estas intervenções só podem ser realizadas por quem solicitou e obteve a autorização, tornando-se assim responsável, pelos trabalhos em concordância com as condições estabelecidas na autorização, e sob a fiscalização dos serviços do património cultural. A propriedade dos achados subaquáticos e despojos

históricos, recolhidos dentro da área de jurisdição do país é propriedade do Estado (Artigos 52º, 53º, 54º, 55º).

Esta legislação é aplicável de uma forma geral a todo património cultural nacional. Existem também alguns quadros legislativos para sítios específicos. Temos o caso da Cidade Velha (Ribeira Grande de Santiago), que por constituir um conjunto histórico arqueológico importante para o país, estatuto desde cedo reconhecido, também por constituir o berço da nação cabo-verdiana, foi objecto de medidas específicas, com o intuito de salvaguardar os testemunhos do passado, sobretudo para que seja desfrutada por gerações actuais e futuras. Assim, temos o Decreto nº 31/90 de 5 de Maio, que aprova o protocolo de cooperação entre Portugal e Cabo Verde para a recuperação da Cidade Velha. Segundo a assinatura de um protocolo, anteriormente assinado em Mindelo (ilha de São Vicente) a 13 de Junho de 1988, através do Decreto no qual se afirmava que Portugal se encarregaria, de fornecer apoio a nível patrimonial a Cabo Verde, concretamente na Cidade Velha, com a consolidação da Sé catedral, a consolidação da Porta da Cidade Velha, do Arco de Forte S. Veríssimo, dos restos da Torre de Misericórdia e da fachada com restos da janela gótica; do levantamento topográfico e da execução da maqueta da cidade (Art.1º.2º.a; b; c e d).

Esta atenção materializa-se ainda no decreto nº 121/90, de 8 de Dezembro, que através do artigo único declara Cidade Velha - sítio histórico - Património Nacional de Cabo Verde.

O decreto nº 11/97, de 21 de Abril aprova o protocolo adicional ao acordo cultural entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa, na área do património arquitectónico e recuperação do património histórico. Comprometeram-se as duas partes, a estabelecer formas conjuntas de actuação, com vista à reabilitação, em geral, do património de Cabo Verde e, em particular, da Cidade Velha na ilha de Santiago, designadamente no que respeita à consolidação e restauro das ruínas, às escavações arqueológicas da Torre da Misericórdia e à recuperação da réplica da Torre de Belém na cidade do Mindelo (Art. 1º e 2º).

4.1.3. Anos 2000

Regista-se neste milénio uma resolução importante para Cidade Velha, a Resolução N° 5/2009, de 16 de Março, que promulga a ampliação dos limites da zona de tampão, zona *non aedificandi* da Cidade Velha (anteriormente estabelecidos em 1990, através do decreto nº 121/90), protegendo agora: 1795,6ha e a Zona protegida 209,1ha. Isto, em preparação da Cidade Velha Património Mundial.

4.2. Legislação referente ao Património Arqueológico Subaquático

Relativamente ao património arqueológico subaquático, que constitui uma componente decisiva do património arqueológico do arquipélago, durante um longo período, a legislação apesar de precoce foi rudimentar. Cronologicamente apresentadas, as medidas legislativas que permitiram e permitem controlar os arrojados e achados são as que se seguem.

4.2.1. Os Primeiros Decretos

A acção legislativa inicia-se com o decreto de 4 de Julho de 1907, “*Regulamento para a exploração dos valores abandonados em águas profundas nos mares do arquipélago de Cabo Verde provenientes de cascos e cargas de navios naufragados*” (publicada no BO 31/907). O regulamento apresentava medidas que acautelassem a percentagem a arrecadar pela Fazenda Real, nos seus artigos 2º e 3º: “ ... Para fiscalização da percentagem (para a fazenda, sobre o produto bruto dos objectos explorados), são os concessionários obrigados a irem sucessivamente declarando na delegação aduaneira, da respectiva zona em que exercem a exploração, os objectos explorados, com designação do seu valor, tendo mesmo de os apresentar, quando seja master à avaliação ou assim o julgue necessário a delegação da alfândega. Os empregados das alfândegas fiscalizarão este serviço em consideração para todos os efeitos, como descaminhos a direitos ou contrabando, conforme os casos, os objectos captados ou tirados do fundo do mar, e de que se não tenha feito a competente declaração.”

O objectivo deste decreto, como transparece do excerto, parece ser exclusivamente económico, na medida que o principal propósito da legislação é garantir a percentagem sobre os achados, devida à Fazenda Real.

4.2.2. Os anos 40

O Contencioso Aduaneiro (aprovado pelo decreto nº 33.531, de 21 de Fevereiro de 1944), no seu artigo 304º, prevê que em relação aos objectos achados no mar, ou por eles arrojados, os seus achadores teriam de os comunicar à Estância Aduaneira ou posto fiscal mais próximo. Os objectos achados ficariam sob fiscalização e posteriormente, o responsável da estância implementaria medidas para salvaguarda dos interesses do Estado. Relativamente à questão da procura destes objectos submarinos, esta carecia de licenças das competentes autoridades marítimas, a qual só poderia produzir efeito depois de visada pela autoridade aduaneira.

O Estatuto Orgânico das Alfândegas de Cabo Verde, que de acordo com o artigo 110º, o cartório dos processos fiscais e administrativos, incumbia a par de outras actividades, o

registo de processos de carácter propriamente administrativos e que sejam relativos a mercadorias que se encontrem abrangidas por diversos casos, incluindo o das arrojadas do ar pelo mar, as que tiverem sido achadas e salvas de naufrágios⁴.

4.2.3. Dos anos 80 à Actualidade

O Decreto-lei nº 48/II/84, de 31 de Dezembro declara, os achados e os despojos históricos submarinos como propriedade do Estado. Este decreto-lei representa uma mudança muito importante, na medida em que, a partir desta data, o Estado de Cabo Verde, passou a ser responsável, e proprietário de todos os achados localizados na área e nas águas da sua jurisdição.

Com o surgimento da Lei base do Património Cultural de Cabo Verde, o decreto/lei Nº 102/III/90, de 29 de Dezembro de 1990, implementaram-se novas medidas relativas ao património arqueológico subaquático. O Estado de Cabo Verde continua como proprietário de todos os despojos e achados dentro da sua área de jurisdição. A lei prevê ainda que as pesquisas e fiscalização dos serviços do património cultural far-se-ão com a colaboração de outros serviços do Estado com jurisdição na área (Secção VI, artigo 52º, 54º).

Em 2009, através da resolução Nº 14/2009, a zona subaquática do Sítio Histórico da Cidade Velha, passou a ser igualmente objecto de protecção especial.

4.2.4. Uma leitura de Conjunto

Sobre a legislação patrimonial de Cabo Verde, ainda há a acrescentar, que em todos os programas dos governos e dos partidos políticos, previam e preveem sempre, medidas e acções relativas ao património cultural em geral, baseada no reconhecimento da importância destas acções para a identidade nacional (MARTINS, 2011, p. 45-51). Ideias como protecção e valorização do património cultural nacional, destacando o caso da recuperação dos monumentos de Cidade Velha, da criação de um museu nacional, da inventariação patrimonial, etc., sempre estiveram em voga. Mas como é previsível de se esperar, alguns destes propósitos foram cumpridos, outros esperam por outro momento para concretização.

No geral, a protecção legal do património cultural em Cabo Verde, revela-se insuficiente, necessitando de actualização em alguns aspectos, para melhor se adaptar às exigências da preservação e salvaguarda do património cultural. A criação da Lei de Base do

⁴ Fonte: Documento sobre as Previsões de Controlo sobre os achados subaquáticos da Direcção-Geral das Alfândegas de Cabo Verde. Assinado pelo então Director Geral: Daniel Andrade Sousa a 26 de Março de 1985.

Património, em 1990, representou um avanço importante, no que diz respeito à protecção, salvaguarda e divulgação cultural garantida pela referida legislação. Mas partilhando a opinião de Verónica Freire (FREIRE, 1993, p. 67), para que esta seja aplicada, tem que se ter o conhecimento dos bens existentes, sendo necessário uma prévia inventariação e classificação desses bens. Têm sido desenvolvidos trabalhos de recolha e classificação dos bens existentes, tanto os materiais como imateriais, mas ainda há muito por fazer e desenvolver na área do património.

Um aspecto que tem que ser levado em consideração quando se discute a salvaguarda do património prende-se com o nível de ignorância da legislação patrimonial existente, e conseqüentemente o pouco cuidado na salvaguarda do património nacional. A maioria dessa legislação é desconhecida da população em geral que, muitas vezes, por ignorância das leis e fraco sentido patrimonial, corre o risco de praticar actos inapropriados contra o património em geral e cultural em particular. Ainda se verifica a escassa fiscalização no que diz respeito ao cumprimento destas leis. Deste modo, revela-se tarefa importante a da divulgação em primeiro lugar, do património cultural informando que este é um bem de todos e deve por isso ser usufruído, conservado e sobretudo, que existe uma legislação, que é necessário cumprir.

Relativamente ao património arqueológico, as leis e decretos existentes foram durante muito tempo rudimentares, a implementação da lei de base patrimonial, representou avanços, a este nível. Embora reconhecendo a sua importância, esta lei vigente até hoje, para o caso arqueológico revela-se insuficiente necessitando de ser actualizada.

Em Cabo Verde, a Arqueologia é uma área coordenada pelo actual Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas através do seu órgão executivo: Instituto do Património Cultural. A realização das pesquisas arqueológicas, de acordo com a Lei de Base Patrimonial de Cabo Verde (Lei 102 /III/90 de 29 de Dezembro), está sujeita a autorização do Conselho de Ministro sob a proposta do Membro do Governo Responsável pela cultura. Estas só podem ser realizadas por quem obteve a referida autorização, que torna-se responsável directo por elas. Serão executadas em conformidade com as condições estabelecidas na autorização, e sob a fiscalização dos serviços do Património Cultural. Para o património arqueológico subaquático, em termos legislativos, verifica-se uma certa preocupação em relação aos achados. A realização das pesquisas, igualmente às terrestres, está sujeita ao aval do governo para sua execução, com a supervisão dos serviços do património cultural em colaboração com outros serviços do Estado com legislação na área. Não se permite aventuras subaquáticas em torno do património submerso, sem autorização da entidade competente. Mas infelizmente é o que tem vindo a acontecer, com muitos casos de mergulhos e aventuras sem autorização, em busca de artefactos submersos. A ignorância da lei, a incapacidade de fiscalização por parte das autoridades e a fraca consciencialização da preservação patrimonial, estão entre os principais desafios a serem superados, para que não aconteçam actos prejudiciais contra o património. No momento,

Cabo Verde, ainda não aderiu à Convenção Geral de UNESCO, sobre a protecção do património arqueológico subaquático, de 2001. Julga-se de extrema importância para o património subaquático nacional, esta adesão, uma vez que a convenção reconhece a importância do património cultural subaquático, como parte integrante do património cultural e relevante para história, incentivando prioritariamente a sua protecção. Dentre as demais medidas asseguradas pela convenção destaque para o incentivo à valorização dos achados subaquáticos, a não exploração comercial, o acesso ao património subaquático de forma responsável e não intrusivo por parte do público, com incentivo a sensibilização e educação destes. Os estados aderentes são responsáveis pelas autorizações das intervenções, mas tem que ser de acordo com a convenção, devendo estes sancionar de forma severa qualquer acto de violação, com o intuito de cumprir a convenção e desencorajar práticas de infracções. Estes, para além de tudo, possuem a vantagem de cooperar entre si, no que diz respeito a formação em arqueologia subaquática, em técnicas de conservação, e de procederem nos termos acordados à transferência de tecnologias relacionadas com o património cultural subaquático (UNESCO, 2001). Todos estes aspectos assegurados pela convenção seriam de extrema importância para o caso de Cabo Verde. O estudo, investigação, gestão e valorização eficiente destes, trariam benefícios a nível histórico e cultural, e aspectos relacionados com a identidade do povo. Cabo Verde por possuir ainda pouca experiência nestes assuntos, ao cooperar com outros estados mais experientes, por exemplo, na formação de pessoal nacional especializado na área, seria uma mais valia para o conhecimento, gestão, e valorização do seu rico património subaquático.

4.3. História das investigações arqueológicas terrestres em Cabo Verde

A trajectória da investigação arqueológica terrestre, em Cabo Verde iniciou-se recentemente, nas últimas décadas do século XX, quando registam-se os primeiros tímidos passos. Para perceber melhor o historial das investigações arqueológicas em meio terrestre no país, há que se ter em consideração dois aspectos importantes: os projectos de cooperações por parte de organismos estrangeiros, que o país recebeu a nível patrimonial, e a centralidade geográfica das investigações. Estes primeiros referem-se concretamente, aos projectos de investigação arqueológicas e outras de cariz patrimonial os quais incluíam estudos arqueológicos, realizados através de protocolos e cooperação entre Cabo Verde e países como Portugal, Espanha e Inglaterra, que contribuíram fortemente, para o que se conhece hoje a nível arqueológico no país. Em relação à geografia das investigações, esta no momento, apresenta-se centralizada, na medida em que, a maior parte das intervenções foram realizados no sul da ilha de Santiago,

concretamente na Cidade de Ribeira Grande (Cidade Velha), e as outras são situações concretas e pontuais, fora desta cidade.

4.3.1. Conjunto Patrimonial de Cidade Velha (Ribeira Grande, ilha de Santiago)

Datam de 1960, as primeiras intervenções arqueológicas, na Cidade Velha, incluídas em projectos de restauro arquitectónico. Estas foram realizadas pelo Governo Colonial Português. Desconhece-se as circunstâncias dessas intervenções, por ausência de registos científicos (FERNANDES, s/d).

Já nos finais da década de 80, nasceu um protocolo de cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde para a recuperação de Cidade Velha⁵, assinado a 13 de Junho de 1988 (Mindelo – Ilha de São Vicente) pelos primeiros-ministros dos dois países. Através do protocolo, Portugal encarrega-se de fornecer apoio a nível patrimonial a Cabo Verde. Assim, IPPC/IPPAR desenvolveram várias missões de reconhecimento arquitectónico e arqueológico no país. Estes trabalhos tiveram continuidade, principalmente nos finais da década de 90, coordenados pelo arquitecto Álvaro Siza Vieira e sua equipa ao serviço do IPPAR, cujo objectivo último era a candidatura da Cidade velha a Património Mundial.

4.3.1.1. Cidade Velha – Património Mundial da Humanidade

Em Junho de 2009, a UNESCO classifica o Centro Histórico de Ribeira Grande - Cidade Velha (ilha de Santiago), como Património da Humanidade através da decisão 33 COM 8B.10, num congresso que teve lugar em Sevilha. No mesmo ano, a Cidade Velha ingressou na Organização das Cidade Património Mundial⁶ (OCPM), primeiro na sua secção para África, passando depois a integrar a secção para o Mediterrâneo e Sul da Europa.

A UNESCO reconhecendo a autenticidade e integridade do Centro histórico de Ribeira Grande, utilizou os seguintes critérios para a sua classificação: a verificação de que os vestígios, os monumentos e as paisagens presentes ainda na Cidade Velha (Critério II) são testemunhos do papel importante que esta paragem outrora representou, e da organização das primeiras trocas marítimas intercontinentais; (Critério III) testemunho das origens e o desenvolvimento do tráfico atlântico, sendo um local importante para a sua organização comercial e experiência precoce de valorização escravagista de um

⁵ Projecto de cooperação publicado no Boletim Oficial de Cabo verde, nº 18 de 5 de Maio de 1990.

⁶ A OCPM (Organização das Cidades Património Mundial) é uma organização internacional voltada às cidades que possuem sítios classificados como Património Mundial declarados pela UNESCO. Foi fundada em 1993 em Fez (Marrocos). [consultado a 14 de janeiro de 2017] Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_das_Cidades_do_Patrim%C3%B4nio_Mundial

território colonial; (Critério VI) a Cidade Velha como um local de encontro de culturas africanas e europeias, dando origem à primeira cultura crioula, e lugar de partida para difusão da referida cultura, que foi-se adaptando a diferentes contextos coloniais das Caraíbas e das Américas - a cidade como um ponto decisivo de reunião de um património imaterial compartilhado pela África, as Américas, e pela Europa (Critério VI)⁷.

Essa promoção só foi possível devido aos esforços e trabalhos por parte da Comissão de Candidatura da Cidade Velha a Património da Humanidade, constituída por profissionais de diversas áreas ligadas ao património. No entanto, esta não foi a primeira vez que foi apresentada uma candidatura neste sentido, uma vez que, em 1990 (ano em que se declara internamente a Ribeira Grande como Património Nacional de Cabo Verde), deu-se início ao primeiro processo de candidatura da Cidade Velha a Património Mundial. Mas, esta foi negada em 1992, na medida que o Dossier técnico de candidatura apresentado, não cumpria as condições exigidas pela referida instituição.

Hoje para a Cidade Velha, cidade com o estatuto de Património da Humanidade, é decisiva, uma gestão eficaz que promova a sua valorização e promoção, e principalmente a sua preservação contínua, tendo em conta a fragilidade destes vestígios.

Os trabalhos que estão associados a estes processos são abaixo apresentados:

4.3.1.2. Sé Catedral (VOL.II, Fig. 1-3, p. 6 -7)

Dentro do conjunto patrimonial da Cidade Velha, a Sé Catedral, pela sua monumentalidade e o estado de ruína em que se encontrava, foi o monumento que mais interesse despertou. Desse modo, foi prioritariamente intervencionada (BO,1990, nº 18). No âmbito do protocolo estabelecido com Portugal, com o objectivo de reabilitação da Sé catedral, nasceu um projecto de arquitectura, realizado pelo arquitecto João Bento de Almeida. Este tinha o propósito de (re) construir o edifício religioso baseado num novo programa arquitectónico, que seria adaptado às funções culturais, mas, por decisão dos responsáveis Cabo-verdianos, o projecto não chegou a ser executado, porque a forma como pretendia actuar, alteraria a ruína (DIAS, 2000, p. 8).

Dentro do mesmo projecto, realizaram-se escavações arqueológicas sob a direcção do arqueólogo Clementino Amaro, na altura chefe da Divisão de Salvaguarda do Departamento de Arqueologia do IPPAR que também financiou os trabalhos. As intervenções iniciaram-se em 1989, e contaram com a participação de técnicos cabo-

⁷ UNESCO – World Heritage List: Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande. [consultado a 14 de Janeiro de 2017] Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/1310>

verdianos ligados à arqueologia, nomeadamente Verónica Freire e Carlos de Carvalho. A mesma equipa realizou outros trabalhos, como o levantamento do restante património arqueológico de Cidade Velha (ÉVORA, 2015 p. 22).

Clementino Amaro coordenou três campanhas arqueológicas na Sé Catedral. A primeira campanha data de Outubro de 1989 a Fevereiro de 1990. Nesta, realizou a escavação integral do interior da Sé, com a recuperação da planta original e da organização espacial da mesma. Detectaram-se áreas de enterramentos antigos e modernos e escavou-se um pequeno conjunto de sepulturas. A cultura material identificada era diversa tipológica e quantitativamente: cerca de 11500 peças, entre cerâmicas de diversas tipologias, moedas, peças em cobre, pulseiras de prata e coral, que foram tratadas em laboratório (AMARO, 1995, p.85-87; FREIRE, 1993, p. 65-73). A segunda campanha arqueológica decorreu de 23 de Junho a 4 de Agosto de 1991, a terceira de 7 de Julho a 6 de Outubro de 1993. Basicamente deu-se a continuidade dos trabalhos iniciados em 1989⁸. Em Abril de 2011, Clementino Amaro, apresenta os resultados das intervenções acima referidas, num congresso internacional: Velhos e Novos Mundos – Congresso Internacional de Arqueologia Moderna (AMARO, 2012, Vol. I p. 451 – 464).

Ainda, no âmbito do protocolo entre Portugal e Cabo Verde, decorreram acções de formação de dois técnicos superiores e de um técnico do Instituto Nacional da Cultura (INAC), em Portugal, nas áreas da arqueologia de campo, inventário, conservação e restauro de materiais arqueológicos. Estes visitaram sítios arqueológicos, e a acção de formação, decorreu no claustro da Sé de Lisboa e no Laboratório do Museu Nacional de Arqueologia⁹.

Nos finais dos anos 90, o IPPAR desenvolve outro projecto arquitectónico, este numa nova perspectiva de intervenção patrimonial, sobre a sé da Cidade Velha. Um projecto dirigido pelo arquitecto Alexandre Braz Mimoso, que propôs uma nova abordagem para a intervenção, em que dá primazia ao tratamento e valorização do monumento como ruína (DIAS, 2000, p. 9; MIMOSO, 2013, p.1- 57). O projecto arquitectónico incluía intervenções arqueológicas, dirigidas pela Dra. Ana Carvalho Dias (arqueóloga do IPPAR e coordenadora técnico-científica dos trabalhos arqueológicos¹⁰). Estes trabalhos tinham

⁸ Fontes: Relatórios de escavação de Clementino Amaro na Sé Catedral:

- “Missão Arqueológica em Cabo Verde, escavações arqueológicas na Cidade Velha – Sé. Ponto de situação (1990)”

- “Missão Arqueológica em Cabo Verde, Escavações arqueológicas na Cidade Velha – Sé. Relatório Síntese 1990”

- “Missão Arqueológica em Cabo Verde, Escavações arqueológicas na Cidade velha – Sé, 2ª fase – 23 de Junho a 4 de Agosto de 1991”

- “Missão Arqueológica em Cabo Verde, Sé – Cidade Velha, 3ª Campanha Arqueológica, 7 de Julho a 6 de Outubro de 1993”

⁹ Fonte: Documento de trabalho do IPPAR “Cooperação com a República de Cabo Verde no âmbito da salvaguarda do património arqueológico da cidade velha para o biénio de 1997/1998” assinado por Clementino Amaro a 14 de Novembro de 1996.

¹⁰ Através do despacho nº1/DE/99 do IPPAR.

como principal fim, parafraseando Ana Carvalho Dias (2000, p. 4) “ ... o estudo exaustivo da Sé, cruzando a informação escrita com o levantamento minucioso dos dados arqueológicos obtidos através da conjugação da análise estratigráfica dos sedimentos com a análise estratigráfica murária (estruturas pré-existentes e muros /paredes da Sé) ”.

Para a realização dos trabalhos, a responsável da área arqueológica propôs a participação de uma equipa de topografia e fotogrametria, que veio a ser constituída por elementos do IPPAR, da Universidade da Beira Interior e profissionais liberais. Os trabalhos topográficos decorreram de 17 de Outubro a 4 de Novembro de 1999 (HOCK, FERNANDES, 2000, 10 p.). Da equipa de Arqueologia, faziam parte também, a Dra. Isabel Inácio (arqueóloga liberal, que desempenhou o papel de responsável pelo sector A e C e pela caracterização do espólio), a Dra. Sandra Lopes (arqueóloga liberal e responsável pelo sector B). Da parte cabo-verdiana, o Dr. José Évora participou nas escavações, para além do pessoal contratado localmente para auxiliar nas intervenções. Os resultados da intervenção foram considerados satisfatórios (DIAS, 2000, 98 p.).

No ano seguinte, o projecto arquitectónico e arqueológico na Sé teve continuidade. Da parte arqueológica, entra em cena uma nova coordenadora, a arqueóloga Maria Antónia Amaral, também colaboradora do IPPAR. Deu continuidade aos trabalhos anteriores, tendo realizado relatório e fichas descritivas dos materiais descobertos nos trabalhos (Informação oral facultada por Maria Antónia Amaral).

Dos trabalhos acima referidos, somente os de Clementino Amaro foram publicados, dos dois restantes existem apenas relatórios, conservados na DGPC (Portugal).

A partir de 1999, nasce um novo projecto de salvaguarda do património histórico e arqueológico de Cidade Velha, entre a Agencia Espanhola de Cooperación Internacional (AECID) e o Ministério da Cultura de Cabo Verde, com o patrocínio do governo espanhol. O programa denominado de “*Programa de intervención para al recuperación del patrimonio histórico y el desarrollo turístico y agrícola de Cidade Velha*”, que foi executado pela empresa Informes e Proyectos S. A (INYPSA). O objectivo principal do protocolo era dar um novo impulso ao sector turístico de Cabo Verde, principalmente da Cidade Velha, criando e dotando a cidade de estruturas necessárias para o seu desenvolvimento. A equipa constituinte do projecto foi pluridisciplinar, integrava historiadores de arte, arqueólogos, arquitectos, engenheiros agrónomos e especialistas em turismo (ÁRES, CÁCERES, 2002, p.209). Relativamente aos trabalhos arqueológicos, realizaram-se intervenções, nalguns edifícios monumentais da cidade.

4.3.1.3. Fortaleza Real de São Filipe (Vol. II – Fig. 5, 6 – p. 10 e 11)

Ainda antes da realização do projecto espanhol, a Fortaleza Real de São Filipe foi alvo de alguns trabalhos. Nos anos 60, foi objecto de restauro arquitectónico, entre 1995 e 1996, uma equipa de técnicos Cabo-verdianos do IIPC, ligados à arqueologia, trabalharam no sítio, descobrindo, pavimentos de divisões dos diferentes compartimentos localizadas no interior da fortaleza, e realizando uma limpeza geral de cascalho e pedras que as cobriam.

Os trabalhos realizados na Fortaleza Real de São Filipe, em 1999 no âmbito do projecto da AECID, tinham por finalidade a sua consolidação e reabilitação. As escavações decorreram nos meses de Maio e Junho, foram dirigidas por arqueólogos espanhóis: Jorge Juan Silva Ares e Yasmina Cáceres, sendo que da parte Cabo-verdiana, participou o Dr. José Évora. Estes dividiram a escavação em várias áreas, dentro e fora do monumento. As intervenções puseram à descoberta várias estruturas e compartimentos, dentro da fortaleza, e contribuíram para melhor compreensão do funcionamento do edifício. Foram diversos os artefactos arqueológicos identificados principalmente as cerâmicas, tanto finas como comuns, de cozinha e armazenamento. Exemplos de porcelana chinesa do período Ming (cuja cronologia é contemporânea da fortaleza), fragmentos de majólicas de loiça estanífera, cerâmicas comuns, vidros, diversas tipologias de metais, moedas cunhadas, etc., testemunhos da relação que a vários níveis Cabo Verde, no caso específico a Cidade Velha mantinha com diversas áreas do globo (ÁRES, CÁCERES, 2000 p. 133-163; ARES, CÁCERES, 2001, p. 765-778).

4.3.1.4. Convento de São Francisco (Vol. II – Fig. 13 e 14 – p. 20 e 22)

Dentro do mesmo projecto, realizaram-se intervenções no Convento de São Francisco, com objectivo principal da reabilitação do monumento, e tornando-o num espaço visitável. Na altura, encontrava-se muito degradado e abandonado, utilizado como zona de cultivo, e muitos dos materiais foram extraídos e reutilizados noutras construções. Portanto, reabilitá-lo e conservá-lo, e realizando uma musealização *in situ*, eram as acções propostas para, dar uma nova vida ao convento. Várias áreas foram escavadas, concretamente na parte Este incluindo a igreja, o presbitério, o claustro, a sacristia, o locutório, capela Manuel Correia, etc. Destas intervenções, vários materiais arqueológicos foram recuperados. As escavações foram dirigidas, pelos mesmos arqueólogos que trabalharam na fortaleza (ÁRES, CÁCERES, 2002, p.209-229).

4.3.1.5. Colégio dos Jesuítas, Igreja Nossa Senhora da Conceição, Igreja/Hospital de Misericórdia (Vol. II – Figs. 16, 17, 18, 19, 21 e 22 - p. 25, 27, 31)

No início dos anos 2000, através do projecto internacional do Fórum UNESCO – “Universidade e Património: O itinerário dos Jesuítas pelas Ilhas Atlânticas” nasce um projecto de recuperação do espaço do Colégio dos Jesuítas na Cidade Velha, tendo como Investigador responsável Konstantin Richter¹¹. Neste projecto de colaboração estiveram envolvidos Universidades de Portugal continental, da Madeira e dos Açores, do Brasil e de Cabo Verde. Visava identificar as evidências físicas, da passagem dos Jesuítas pela Cidade Velha, na primeira metade do séc. XVII, e pretendia desenrolar-se por vários anos de escavação, o que efectivamente se veio a verificar.

Os trabalhos de recuperação do Colégio dos Jesuítas incluíam também a recuperação da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, por encontrar-se na mesma área de intervenção, e por ter sido o primeiro edifício religioso construído nos trópicos por europeus. Esta última, dos finais do séc. XV, foi identificada, através de alguns vestígios visíveis no terreno, complementados com a documentação cartográfica e histórica contemporânea (RICHTER, S/d¹²).

Em 2005, deu-se o início da primeira fase do projecto de escavação na igreja de Nossa Senhora de Conceição, Convento de Jesuítas e Hospital/Igreja de Misericórdia, estas coordenadas por profissionais da universidade de Cambridge Inglaterra, em parceria com a IIPC e Universidade Jean Piaget de Cabo verde. Estas intervenções tiveram continuidade no ano seguinte. Foram escavadas 3 sondagens na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no Hospital/Igreja de Misericórdia foram escavados duas sondagens. Em ambos os sítios, foi possível recuperar artefactos similares. Dentre esses destacam-se: azulejos decorados, cerâmicas vitrificadas, metais, vidros, porcelana chinesa, faiança portuguesa e de outras partes da Europa, e muitos fragmentos de cerâmicas grosseiras, que se presumem ter uma produção local (EVANS, SORENSEN, RICHTER, HILL, 2006, 37 p.).

No ano de 2007, realizou-se outra campanha de investigação arqueológica, dirigidos também por arqueólogos da Cambridge com colaboração de técnicos cabo-verdianos e da Universidade Jean Piaget. Estes completaram o programa experimental de “concepção da igreja” de Nossa Senhora da Conceição, nomeadamente estabelecer a sua existência e sua extensão, e definir as características do Seminário Jesuíta e do Hospital/Igreja da Misericórdia. Estas investigações incluíram várias outras de menor vulto, principalmente

¹¹ Director do Fórum UNESCO em Cabo Verde, entre 2003 e 2006, docente na Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

¹² Projecto de investigação – Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, Fórum UNESCO recuperação do espaço do Colégio dos Jesuítas na Cidade Velha, por Konstantin Richter [consultado em Fevereiro de 2016] Disponível em: <http://www.unipiaget.cv/index.php?pshow=mnu2&file=inprojfur>

de reconhecimento, dentro e fora das imediações da área urbana de Cidade Velha, de habitações antigas dentro da cidade, como a Casa da Companhia Grão Pará e Maranhão. Através de fotografias aéreas (imagens verticais) na área, identificaram-se vários assentamentos abandonados, ao longo do cumprimento superior do vale principal. A partir destas imagens, pôde-se registar no terreno, antigas habitações abandonadas, que se presumem ser do séc. XVIII-XX, com identificação de artefactos arqueológicos (EVANS, et al, 2007, 70 p; RICHTER, 2011, p. 1-12).

À equipa que trabalhou em 2006 e 2007, pertenciam arqueólogos de Cambridge sob orientação do director executivo Christopher Evans e de Marie Louise Stig Sorensen do Departamento de Arqueologia, o curador arqueológico do Museu Britânico, JD Hill, técnicos do IIPC/Ministério da Cultura de Cabo Verde, assim como Konstantin Richter, com participação dos estudantes da Universidade Jean Piaget e de trabalhadores contratados localmente. Estes últimos receberam formação contínua no terreno, aspecto importante, porque tinham duas vertentes de aprendizagem: a teórica e a prática.

4.3.1.6. Outras intervenções arqueológicas na Cidade Velha (Vol. II - Figs. 31 a 36 - p. 45, 47, 48)

Em 2009, realizou-se outra intervenção, esta de emergência. Na via principal da cidade, no decorrer de um projecto de saneamento (implantação de redes sanitárias), levado a cabo pela edilidade local. A partir das trincheiras abertas, apareceram muitos vestígios, móveis e imóveis, da época de maior desenvolvimento da Cidade de Ribeira Grande, nomeadamente séc. XVI-XVII (EVANS, 2009, 7p.). Estes trabalhos tiveram continuidade, no início do ano seguinte (EVANS, SORENSEN, 2009-2010, 18 p.).

Recentemente, em 2014, decorreu uma nova campanha arqueológica na Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Teve a coordenação de Christopher Evans e Marie Sorensen, com a colaboração de Richard Newman, Tânia Manuel Casimiro, e trabalhadores contratados localmente. Esta intervenção focou-se principalmente, em pôr ao descoberto a Igreja para que possa ser exibida ao público. Foram identificados várias estruturas e compartimentos, de diferentes fases de construção desta e muitos enterramentos. A igreja conservava ainda partes com piso original, para além de azulejos azuis e brancos *in situ* em ambos os lados do altar. Tânia Casimiro realizou um estudo sobre os azulejos, focado principalmente nos diversos padrões de decoração. Outros edifícios importantes na história de Cidade Velha, nomeadamente: o Forte de São Brás e Parede do mar (quebra-mar), Igreja de São Roque e a capela de Santa Luzia/São Miguel, foram estudados pela equipa. Esses trabalhos tiveram um carácter de reconhecimento preliminar (EVANS, et al, 2014, 261p).

Os trabalhos arqueológicos na Cidade Velha, sob a coordenação dos profissionais da Universidade de Cambridge em parceria com a IIPC e a Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago, não se encontram ainda concluídos, mas os resultados tem sido muito satisfatórios, uma vez, que têm posto a descoberto muitos aspectos antes desconhecidos sobre os sítios, identificação de novos sítios e muitos artefactos, para além da forte componente de aproximação do público aos trabalhos, nomeadamente o envolvimento da população local nos trabalhos, abertura dos trabalhos à visita de vários públicos, contribuindo para a educação patrimonial necessária a uma salvaguarda efectiva.

4.3.1.7. Forte e Capela/Ermida de Santo António (Vol. II – Fig. 37 a 40 – p. 51, 53, 54)

Entre Maio e Junho de 2015, outro monumento da Cidade Velha, foi alvo de intervenção arqueológica: o forte de Santo António. Incluído no projecto de requalificação do Forte, realizado pela Escola Al-Sud, de Mértola (Portugal) sob a coordenação do arqueólogo Virgílio Lopes, auxiliado pelo Sr. Francisco Morreira e por mais cinco alunos da referida escola profissional de arqueologia. Inicialmente tinham o objectivo de realizar o levantamento e estudo arqueológico do Forte, para melhor compreensão das estruturas do mesmo, mas, devido a aproximação que este tinha com a capela/ermida de Santo António, o estudo arqueológico foi alargado, à capela. Através do estudo arqueológico, foi possível identificar as estruturas fundacionais e as plantas tanto do Forte como da Capela/Ermida. Relativamente à cultura material identificada, no forte encontraram-se *in situ* quatro canhões de ferro, mas nas sondagens realizadas não se identificou nenhum artefacto, em contexto arqueológico. Apenas, algumas peças de ferro em níveis superficiais, tanto do Forte como da Capela (LOPES, 2015, 86 p.).

Estas intervenções acima referidas foram realizadas exclusivamente na Cidade Velha. Passo agora a enunciar, outras intervenções arqueológicas realizadas em outras áreas da ilha de Santiago e noutras ilhas.

4.3.2. Baía (antiga Alcatrazes, Cidade de São Domingos – Ilha de Santiago)

Na ilha de Santiago, Alcatrazes foi a sede da Capitania do Norte, e apesar da sua curta existência como sede de capitania, conserva ainda alguns vestígios dessa época. A Igreja de Nossa Senhora da Luz, datada dos inícios do séc. XVI, portanto, das mais antigas de Cabo Verde, é o vestígio mais imponente daquela paisagem, por isso despertou interesse suscitando trabalhos de investigação.

4.3.2.1. Igreja Nossa Senhora da Luz (Vol. II – Figs. 43 e 44 – p. 60)

Em 2011, realizaram-se escavações arqueológicas na Igreja de Nossa Senhora da Luz, pela equipa da universidade de Cambridge (Christopher Evans, Richard Newman, Marie Louise Stig Sorensen com a contribuição de Joanna Appleby, Cynthia Larbey e Konstantin Richter) em parceria com a IIPC – Cabo Verde (tendo participado os técnicos Jair Fernandes e José Lima). Entre Janeiro e Março, procedeu-se às sondagens de reconhecimento de base, em Junho e Julho decorreram escavações arqueológicas no sítio. Estes trabalhos tinham o propósito de identificar e analisar a história arquitectural da igreja, primeiramente, e posteriormente, definir a extensão da actividade sepulcral do sítio. Identificaram-se as estruturas fundacionais da igreja, e as diversas fases construtivas da mesma. No interior da igreja registou-se enorme quantidade de enterramento, bem como a presença de alguns espólios a eles associados. Trinta e dois deles foram analisados antropologicamente, estando presentes restos de homens, mulheres e crianças: *“A minimum of ten phases of interment were identified, and their density suggests a total population of c. 1000 individuals.”* (EVANS, et al, 2011, 46 p.).

Estes trabalhos tiveram continuidade em 2012, pela mesma equipa (Christopher Evans, Marie Louise Stig Sorensen, e Richard Newman, com a contribuição de Mike Allen e Charles French). Tinham como objectivo, encontrar mais vestígios da antiga capitania do Norte, e identificar o modelo do uso de terreno na dita região. Realizaram investigações extensas na área do redor da igreja, na Baía em geral, e partes acessíveis dos vales e rio envolvente, com algumas sondagens, pesquisas geomorfológicas e paleoambientais, estes últimos realizados por Mike Allen e Charles French. Os trabalhos foram bem-sucedidos, e foi possível identificar 14 novos sítios. De realçar a importância da informação oral fornecida pela população local na realização dos trabalhos, e melhor compreensão dos factos, principalmente aspectos sobre a antiga povoação de Alcatrazes que permaneceram na memória da população local (EVANS, et al 2012, 60 p.).

4.3.3. Região da Trindade (Cidade da Praia – ilha de Santiago) (Vol. II – Figs. 41 e 42 – p. 56 e 57)

Outro conjunto histórico e arqueológico, na ilha de Santiago, onde decorreram intervenções, localiza-se na região da Trindade, situada a 14 Km da Cidade da Praia. O monumento de principal destaque do conjunto é a Capela da Trindade, do século XVII, uma estrutura de época Filipina. A capela possui características singulares e interessantes, principalmente a sua estrutura octogonal, sendo a única do seu estilo em Cabo verde. Em 2011, investigadores espanhóis (cooperação espanhola), realizaram trabalhos de

conservação, restauro e escavações arqueológicas. Essas Intervenções arqueológicas foram coordenadas pela arqueóloga Ana Maria Lopez Perez. Identificaram algumas moedas (séc. XIX), vestígios de outro edifício religioso ali fundado, associado a uma capela funerária, onde se encontrava um túmulo de um bispo no seu interior. Esse trabalho teve um impacto considerável no que diz respeito à inclusão do público não especializado para a sua concretização. Concretamente contrataram indivíduos da localidade para auxiliar nos trabalhos de campo, os técnicos espanhóis proporcionaram aos alunos, do ensino básico da Trindade, aulas relacionadas com o património e ainda foi possível formar jovens a nível da conservação e restauro, com estágios, em outros edifícios reabilitados pelos técnicos da mesma equipa. Assim, foi materializada um dos principais objectivos do projecto, que era reabilitar para o usufruto da população local (RSF¹³).

4.3.4. Concheiros de Salamansa e João D'Évora (ilha de São Vicente) (Vol. II - Figs. 60 a 63 - p. 84 e 86)

Os concheiros de Salamansa e João D'Évora, na ilha de São Vicente foram identificados em 1913, por um cidadão inglês, Osbert Guy Stanhope Crawford¹⁴ tendo este recolhido alguns materiais arqueológicos. Desconhecem-se as razões pelo qual, a descoberta ficou esquecida (RODRIGUES, 2000, p. 250). Em 1993, Francisco Reiner e António Guerreiro, através dos estudos da fauna de moluscos marinhos da Ilha que estavam a desenvolver, localizaram fortuitamente na Baía de Salamansa uma acumulação de concha de origem antrópica. O achado foi apresentado na exposição "*Cabo Verde Profundo*" organizado pelo Centro Português de Actividades Subaquáticas (CARDOSO, SOARES, 2010, p. 169).

Os concheiros foram objectos de dois projectos de investigação arqueológica. O primeiro dirigido por Maria Conceição Rodrigues (investigadora do IICT), no final de Março e início de Abril de 1998. A equipa integrou elementos da CPAS, da Universidade Nova de Lisboa, e do IICT.

A autora dividiu o seu projecto em duas fases: trabalhos de campo, no concheiro de Salamansa e estudos do espólio recuperado pelo cidadão inglês em 1913, do concheiro de João D'Évora. A primeira fase iniciou-se com uma prospecção na baía de Salamansa, para

¹³ Relativamente à bibliografia ou relatório destas intervenções desconhecem-se ou desapareceram. Estas informações foram adquiridas através de informação oral facultada por técnicos cabo-verdianos que participaram na escavação, e projectos dos Restauradores Sin Fronteiras, equipa que trabalhou no local : RSF – Proyecto de consolidación de la Ermita de Trindade, en la isla de Santiago (Cabo Verde) – 2010 RSF – Programa de capacitación técnica y sensibilización social en torno a la puesta en valor de la capilla de trindade, Isla de Santiago (Cabo Verde) 2010-2011.

Desdobrável do conjunto histórico e arqueológico da Trindade, 2011.

¹⁴ Osbert G. S. Crawford – arqueólogo britânico e pioneiro na fotografia aérea. Este realizou uma autobiografia, editada nos anos 50. Relativamente à ilha de S. Vicente refere às dificuldades da vida da população, a menção aos concheiros por ele identificados ao longo da costa, e o tipo de material por ele recolhido (assinala o local de recolha, apresentando fotografias dos mesmos a preto e branco). [consultado em Julho de 2016] Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/O. G. S. Crawford](https://en.wikipedia.org/wiki/O._G._S._Crawford).

analisar a zona envolvente do concheiro situado na orla marítima. Posteriormente, este foi alvo de escavação arqueológica tendo dividido a área identificada em sectores, onde se recuperaram abundantes materiais arqueológicos. Quanto à segunda fase do projecto, o estudo do espólio recuperado pelo arqueólogo inglês no concheiro de João D'Évora, um conjunto composto por 41 recipientes cerâmicos, 6 artefactos metálicos e 16 conchas, foram devidamente estudados e publicados (RODRIGUES, 2000-2001, p. 249-280).

Outro projecto de investigação foi desenvolvido no concheiro de Salamansa. Este dirigido por João Luís Cardoso e António Manuel Monge Soares, apoiado pelo Governo de Cabo Verde, através do IIPC e a Câmara Municipal de São Vicente. Contou ainda com o apoio da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, do então Ministério da Ciência e da Tecnologia (Portugal), e do CPAS. Decorreram duas campanhas arqueológicas, a primeira em 1998, em que se confirmou o interesse arqueológico do sítio, com o registo da sua extensão estratigráfica. Muito espólio foi recuperado, com destaque para grande acumulação de conchas e cerâmicas manuais africanas. Em 2005, foi possível identificar, restos de derrubes de uma cabana. Quanto ao material arqueológico exumado, recolheram-se cerâmicas manuais africanas com predomínio de formas globulares, alguns materiais de sílex (rocha desconhecida na região), artefactos de ferro, garrafas de vidro, cachimbos, cerâmicas exógenas (ex.: porcelana da china), e muitos restos de fauna mamalógica, devendo ser destacados alguns vasos depositados ritualmente nas cabanas. Este concheiro possui uma datação por radiocarbono, que aponta para sua formação no Séc. XVII, XVIII, com possibilidade de ter iniciado no séc. XVI. A principal conclusão desta classificação cronológica é classificar Salamansa como um dos primeiros locais a ser habitado na ilha de São Vicente (CARDOSO, et al 2002, p. 221-231; CARDOSO, SOARES, 2010 p.164-214; SOARES, CARDOSO, 2011, p. 289-296).

4.3.5. Outras intervenções: Forte Duque de Bragança (Ilha de Boavista) e Forte da Preguiça/Príncipe Real (Ilha de São Nicolau) (Vol. II – Figs. 64 a 66 – p. 88, 89 e 90)

Para além destas intervenções arqueológicas propriamente ditas, ocorreram algumas pontuais noutras ilhas, como o caso do Forte da Preguiça (Ilha de São Nicolau), e o Forte de Duque de Bragança (Ilha de Boavista), ambos construídos no início do séc. XIX, em resposta aos frequentes ataques de piratas, às ilhas. Foram alvos de prospecções arqueológicas por parte da equipa da Universidade de Cambridge, realçando estes a sua importância estratégica.

Em relação ao Forte da Preguiça/ Forte do Príncipe Real, anteriormente, em 1991 e 1992, com o objectivo de perpetuar a memória da passagem de Pedro Álvares Cabral pela ilha, através da colocação de um padrão, realizaram-se trabalhos de recuperação e consolidação do forte. A recuperação aconteceu no âmbito do protocolo assinado, em 1990, entre a CNCDP e o Ministério de Informação e Cultura e Desporto de Cabo Verde, com o apoio da IPPC posteriormente IPPAR, que na altura desempenhava trabalhos arqueológicos nas ruínas da Sé catedral da Cidade Velha. Os trabalhos de recuperação e consolidação foram realizados por Clementino Amaro e Vítor Santos, técnicos do IPPAR, com a participação de Carlos Carvalho, da parte cabo-verdiana (AMARO, SANTOS, 2001, p. 10-12). O Forte Duque de Bragança, também foi objecto de trabalhos de recuperação, em 1994, e de acções posteriores, que contaram com o apoio da CNCDP e da equipa do IPPC, então a intervir em Cidade Velha (AMARO, SANTOS, 2002, p. 10).

4.3.6. Algumas considerações sobre a história das investigações terrestres em Cabo Verde

Os trabalhos arqueológicos realizados em meio terrestre, foram realizados sempre por investigadores estrangeiros envolvidos em projectos de cooperação com Cabo Verde, salvo algumas pequenas intervenções pontuais realizados por técnicos nacionais ligados à área. Os sítios escavados, todos eles, são testemunhos do período colonial. Apesar da legislação cultural pós-independência, que dá primazia o engrandecimento de valores puramente cabo-verdianos reprimidos durante a colonização, a Arqueologia que se realizou em Cabo Verde é claramente colonial. Apesar da intenção, a história dos trabalhos arqueológicos não traduz uma concretização efectiva desse plano demonstrando, portanto, uma separação efectiva entre política e a realidade, o que se regista frequentemente na relação entre a legislação e as práticas sociais.

4.4. Arqueologia Subaquática em Cabo Verde

A expansão marítima portuguesa, nos inícios do séc. XV conduz à descoberta de várias regiões do globo entre as quais se inclui Cabo Verde. Na altura, o meio de transporte mais utilizado entre países eram as embarcações marítimas, que serviam de meio de contacto com o conhecido e o desconhecido. Cabo Verde, depois de descoberto, povoado e colonizado, serviu de ponto de paragem e escala aos navios, provenientes da Europa com destino a outras paragens (África, América, Oriente). Isso fez com que este arquipélago se tornasse num ponto de elevada importância nas rotas marítimas e comerciais, entre

continentes. Consequentemente registou-se uma maior frequência e circulação dos navios entre as ilhas, com diversas finalidades, principalmente no acesso à cidade de Ribeira Grande (Cidade Velha) no período de colonização, e mais tarde (Séc. XIX) ao Porto Grande de Mindelo, ilha de São Vicente.

Há registos de passagem de personalidades pelo arquipélago como: Vasco da Gama e sua armada, no momento em que partia para a descoberta do caminho marítimo para Índia, em 1497; Cristóvão Colombo, na sua terceira viagem para as Américas, em 1498; Pedro Álvares Cabral, na sua viagem ao caminho da descoberta do Brasil, Francis Drake e Jacques Cassard, duas personagens conhecidas no mundo da corsaria, que por várias vezes assaltaram e pilharam navios e algumas povoações costeiras das ilhas (FILHO, 1989, p. 37). Padre António Vieira, também passou pela ilha de Santiago (Ribeira Grande), tendo celebrado missas e elogiado os clérigos nativos. Charles Darwin, na sua viagem à volta do mundo no navio inglês H. S. S. Beagle em 1832, passou pela mesma ilha tendo realizado muitos levantamentos em diversas localidades a nível da flora e da fauna local, para além de muitos dados etnográficos.

A grande circulação marítima necessitava de estruturas, costeiras e portuárias, para melhor facilidade de acesso e controlo. Todas as ilhas possuíam portos, cada um com as suas características, uns principais e mais frequentados capazes de albergar grandes navios, outros pequenos, que suportavam apenas pequenas embarcações, para além de ancoradouros, ao longo das costas. Todos serviram de apoio à circulação marítima, e às actividades a elas inerentes, como o comércio, pesca, etc., sabendo que, perto dos portos, pelo menos nos principais, havia sempre alfândegas e outros órgãos comerciais, importantes para o controle da circulação e das actividades marítimas (PUSICH 1808 *apud* CARREIRA 1987 p. 84 -121; CHELMICHI, 1841, 301 p.; LIMA, 1844, parte p. 1 – 127, II parte p. 1 - 81; VALDEZ, 1864, p. 105-264).

Pelo país localizado na confluência das rotas atlânticas passaram pessoas e produtos de diversas nacionalidades com destinos também diversos. Produtos como: escravos, artefactos ligados a escravatura (manilhas, crucifixos, etc.), moedas, marfins, bebidas, loiças, etc. estão entre os exemplares dos que circulavam nos portos de Cabo Verde. O desenvolvimento do tráfico negreiro e do comércio triangular impulsionaram muito neste processo, contribuindo para que haja uma maior frequência de navios nos portos das ilhas.

4.4.1. Naufrágios em Cabo Verde

“... A bordo vinham contentes porque dançavam na câmara em a noite da fatal catástrofe ... Quando o capitão percebeu o perigo, mandou fechar à chave a porta da Câmara. Foi um grande erro! ...

Lá dentro era um verdadeiro horror! ... a dança da vida transformou-se em macabra dança da morte! ...

A única esperança era acabar, acabar depressa! ...”¹⁵

Num país com vocação marítima, e com todo o cenário de ligação ao mar que se desenhou desde a sua descoberta, na história de Cabo Verde, uma realidade sempre presente, são as catástrofes marítimas: naufrágios, encalhes, destruição de embarcações, etc. A circulação, por via marítima nem sempre ocorreu da melhor forma, por diversas vezes houve situações catastróficas até, contribuindo para que no país, se registre uma extensa lista de naufrágios, na sua maioria navios de passagem, provenientes da Europa para destinos diversos.

A navegação entre as ilhas de Cabo Verde é condicionada pela própria natureza e condição física do arquipélago. A reduzida distância entre as ilhas, a direcção dos ventos, as correntes marítimas e os diversos baixios, muitos deles desconhecidos na altura, a visibilidade conturbada, a perturbação magnética causada pela constituição geológica das ilhas, estão entre as principais causas de desastres marítimos. Estas causas, relacionadas com o ambiente físico do país, conjugadas a outras de ordem mais técnica, tais como: mapas imprecisos, falta de equipamentos de elevada precisão, insuficiência e falta de sinalização (ausência de faróis), pouco conhecimento da área por parte dos navegadores, baixios desconhecidos e outros mal cartografados, a acrescentar ainda, os diversos ataques, invasões e pilhagens, por parte de piratas e corsários estrangeiros, que por muitas vezes assolaram a pacata população das ilhas, contribuíram para o cenário subaquático que actualmente se verifica em Cabo Verde (CABRAL, 1804 p. 7; PUSICH, 1808 *apud* CARREIRA, 1987, p. 93, 95, 97, 98, 119; D’OLIVEIRA, 2005,p.28; LIMA, 1997, p. 195-206).

Sobre os mapas antigos, neste caso, imprecisos, vários são os que apresentam mais ilhas, outras menos ilhas do que as existentes, ilhas deformadas, com distâncias erradas entre elas, sem referência aos recifes, e sem pormenores de portos, ilhéus e penedos. Para além dessas causas, de ordem mais técnica e de ordens relacionados com a natureza marítima do arquipélago, registam-se também, situações de pirataria forjadas pela

¹⁵ Relato de um naufrágio na ilha de Boavista, a 5 de Novembro de 1863, de uma barca italiana de nome Cicília, que tinha partido de Génova com destino a Montevideo, carregada de emigrantes (LOPES, J. in Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação nº 90, ano VIII, Imprensa Nacional, Praia, Março de 1957, *apud* LIMA, 1997, p. 199).

própria população local, principalmente na ilha de Boavista¹⁶, com a simulação da existência faróis, fazendo os barcos deslocarem ao longo da costa, com consequentes erros nas manobras e posterior naufrágio e saque dos mesmos (LIMA, 1997, p. 195).

Passo a transcrever uma passagem de António Pusich¹⁷, na sua “*Descrição Hidrográfica das ilhas de Cabo Verde*” de 1808 (oferecida à Real Academia das Ciências de Lisboa, em 1831), que retrata bem os aspectos acima referidos:

“ ... na minha demora de oito anos como intendente da marinha e, ultimamente, quando fui governador general delas, que nos vários mapas que tive presentes, assim como no roteiro de Pimentel relativamente a situação das referidas ilhas não estavam neles marcados vários baixos e que outros que existem eram mal situados, e que por essa causa se perderam neles vários navios, e outrossim que alguns baixos que nos vários mapas estão descritos não existem ... Nestes meses, principalmente de Dezembro ate Abril, sucede muitas vezes haver muitas fumaças, que não deixam ver a terra, em distância de uma milha; e pelo que, é necessário muita cutela na aterragem, porque, havendo névoas, ou fumaças, navio algum deve procurar a terra mas ir esperar que o tempo esclareça para evitar naufrágios...” (PUSICH, 1808 apud CARREIRA, 1987, p. 81;)¹⁸.

Relativamente a sinalização costeira, elemento de grande utilidade no processo de circulação marítima servindo como ponto de orientação, em Cabo Verde o sistema de sinalização durante muito tempo foi rudimentar e insuficiente. Poucas eram as áreas sinalizadas, e as que possuíam sinalização, eram feitas por farolins (luz fixa). A ausência de uma boa sinalização, num país com vocação marítima como Cabo Verde, constituiu desde sempre um problema para a navegação, porque com o desconhecimento da área, que se encontrava mal sinalizada, era elevada a probabilidade de acontecimento de desastres marítimos. De facto, foi o que aconteceu no país, ao longo do tempo. Sabe-se, por exemplo que “ ... em Agosto de 1863 a metrópole mandou levantar as áreas do reino com maiores naufrágios para proceder a sua sinalização, mesmo assim os faróis tiveram um desempenho insuficiente, devido ao funcionamento deficiente e acções criminosas por partes de habitantes...” (D’Oliveira, 2005, p. 29). A ocorrência de naufrágios era frequente, daí a atitude tomada por parte da metrópole. E só a partir da segunda metade do Séc. XIX começaram a surgir os primeiros faróis, nas ilhas com a intenção de reduzir os acidentes com as embarcações.

¹⁶ Relativamente a esse assunto, Germano Lima transmite-nos de que na origem dos naufrágios, existe a lenda de que antigamente os Boavistenses, em épocas de crise, amarravam ao rabo de um burro uma lanterna e, conduzindo o animal para junto dos recifes e cascalhos, os barcos iam ali ter, encalhando-se.

¹⁷ António Pusich – foi Intendente da Marinha e Governador das ilhas de Cabo Verde de 1818 a 1822. Foi responsável pela construção dos fortes de São Nicolau (Forte da Preguiça) e Boavista (Forte Duque de Bragança).

¹⁸ Descrição Hidrográfica das Ilhas de Cabo Verde - “*Preambulo à descrição hidrográfica das ilhas de Cabo Verde, que ofereci à academia das ciências de Lisboa*” António Pusich 19 de Maio de 1831.

Ilhas	Localização dos Faróis	Alcance
Santiago	Ponta da Temerosa (Praia)	15´ Milhas
Santiago	Ponta E (perto de S. Francisco)	7´ Milhas
Santiago	Ponta Preta (Tarrafal)	9´ Milhas
Santiago	Ponte-cais (Praia)	3´ Milhas
Maio	Forte de S. José (Porto Inglez)	7´ Milhas
Fogo	Fortim Carlota (Porto da Vila)	2´ Milhas
Brava	Ponta Jalunga (Furna)	2´ Milhas
Boavista	Ilhéu de Sal Rei	9´ Milhas
São Nicolau	Porto Velho (Preguiça)	9´ Milhas
São Nicolau	Ponte-cais (preguiça)	2,5´ Milhas
São Vicente	Ilhéu dos Pássaros (Porto Grande)	15´ Milhas
São Vicente	Ponte-cais (Porto Grande)	3´ Milhas
Santo Antão	Lombada de Boi (Canal Norte)	27´ Milhas
Santo Antão	Ponta do Sol (Vila Maria Pia)	3´ Milhas
Entre Boavista e Maio	Baixo de João Valente (uma boia de apito sonoro)	

Tabela 1 - Lista de faróis das ilhas de Cabo Verde e seus alcances em 1892 (In: BARCELLOS, 1892, p.100, modificado por Nireide Tavares 2016)

A Tabela 1 ilustra os faróis existentes em Cabo Verde, no ano de 1892. Segundo BARCELLOS (1892, p. 100), quase todas as ilhas possuíam faróis, ou alguma outra forma de sinalização. É possível constatar, o quanto rudimentar era a sinalização costeira, em algumas ilhas chega-se a registar apenas um farol, o que é extremamente diminuto, tendo em conta a frequente circulação marítima. De todas as ilhas, somente a do Sal e de Santa Luzia não estão inscritas na lista: Santa Luzia por ser desabitada, e ilha do Sal, porque na altura estava em construção o Farol da Ponta de Sinó. Estava também em projecto, construir mais sete faróis no país: duas na ilha de Santiago, duas na ilha de São Nicolau, um para Maio, um para Sal, e um para os ilhéus Rombos. Note-se, que somente um baixo: o baixo de João Valente, localizado entre as ilhas de Boavista e Maio, encontrava-se sinalizado na altura. Actualmente existem um total de 74 faróis, entre costeiros e portuários.



Fig. 3 - Farol D. Maria Pia (Ponta Temerosa – Cidade da Praia – Ilha de Santiago) (Fotografia: Nireide Tavares, 2016).

Localizado na Ponta Temerosa no Porto da Praia (ilha de Santiago), o Farol D. Maria Pia (Fig.3), foi construído durante o reinado de D. Luís, o Popular, e inaugurado pelo governador capitão-de-fragata António do Nascimento Pereira Sampaio, a 13 de junho 1881. O farol é tido como o primeiro da província de Cabo Verde.

Os faróis no país, alguns são excepcionais do ponto de vista arquitectónico, outros mais simples. Estes apesar da sua importância na navegação entre as ilhas, que representa e representou ao longo do tempo são pouco divulgados como património histórico. Muitos encontram-se degradados, necessitando de acções de preservação patrimonial e valorização.

Portanto, a conjugação de factores relacionadas com a natureza do arquipélago e algumas falhas técnicas estiveram na origem de naufrágios, com perdas de vidas e de pertences e cargas dos navios. Em determinadas áreas do arquipélago registam-se maiores números de naufrágios em detrimento de outras, por exemplo: a zona Este de Boavista e norte da ilha do Maio, por constituírem áreas de percursos dos navios com destino à Ribeira Grande (Cidade Velha- ilha Santiago), há registos de muitos naufrágios, muitos deles sobrepostos, devido à existência de baixos temíveis, daí ser a zona conhecida por “*cemitérios de barcos*” (COSTA, 1939 p.14; D’OLIVEIRA 2005, p.24).

Navios naufragados (Nacionalidade)	Nº de navios
Alemães	3
Austríacos	3
Belgas	1
Espanhóis	2
EUA	1
Franceses	10
Gregos	1
Holandeses	1
Ingleses	21
Italianos	2
Noruegueses	2
Portugueses	3
Total	50

Tabela 2 - Lista de Naufrágios Ocorridos na ilha de Boavista entre 1842 e 1900 (In COSTA, 1939, p. 14; modificado por Nireide Tavares, 2016)

A título de exemplo, na ilha de Boavista entre 1842 e 1900, há um registo de 50 navios naufragados, como pode verificar-se de diferentes nacionalidades, na sua maioria navios de passagem, com finalidades comerciais (Tabela 2). Este exemplo reporta a grande circulação marítima que existia em Cabo Verde, principalmente feita por Ingleses e Franceses, já que da lista pertencem a estes países os maiores números de naufrágios, os primeiros com registo de 21, e os últimos com 10, em 50 anos. É de acrescentar, que os naufrágios na área, não limitam-se a estes números, e a estas nacionalidades.

Ribeira Grande de Santiago (Cidade Velha) constitui outra paragem onde são abundantes destroços de navios naufragados. Esta situação deve-se ao facto, referido anteriormente, de que a cidade foi durante muito tempo o principal porto de Cabo Verde, e paragem obrigatória de navios provenientes da Europa. Este porto foi alvo de muita cobiça por parte de piratas, que por várias vezes pilharam a cidade e os navios, acabando por afundá-los no sítio, acrescentando-se os navios naufragados por acidentes que aconteceram por outros motivos, referidos acima.

Um baixo referenciado, em todas as descrições antigas sobre Cabo Verde, é a do Pico de João Leitão ou baixo de João Valente, localizado entre a ilha de Boavista e a ilha do Maio, por ser traiçoeiro, muito temido pelos navegadores, e por terem acontecido muitos acidentes no sítio. Só em 27 de Agosto de 1890, foi implantado uma boia de apito automático (sinal sonoro audível a grandes distâncias sob o efeito do vento, que também pode ser vista), existindo hoje uma sinalização moderna.

Cabo Verde, devido à sua localização geográfica estratégica, e o importante papel que desempenhou na era da expansão marítima e durante o período do tráfico negro, e devido aos aspectos acima referidos, possui por isso nas suas águas territoriais uma enorme quantidade destes naufrágios, constituindo estes destroços um valioso património arqueológico subaquático, de valor universal que adiante será apresentado (pontos 4.5. e 4.7).

4.4.2. Relação e envolvimento da população local com os naufrágios

Perante o cenário frequente de catástrofes marítimas, a população das ilhas não se mostrou indiferente e por isso os naufrágios e seus salvamentos marcaram muito, os seus traços socioculturais.

Esse impacto, reflecte-se em histórias, contos, poesias, música principalmente mornas¹⁹, que são provas do envolvimento das comunidades a diversos níveis com os naufrágios, por todo o país, principalmente na ilha de Boavista. Facto que surge como mais uma evidência de que os desastres marítimos eram acontecimentos frequentes e por consequência muito populares, por causa das “móias”²⁰ que lhes sucediam. A oportunidade de um posto de trabalho temporário para pescadores e mergulhadores, a possibilidade de recuperação dos salvados para o consumo próprio e para fins comerciais constitui uma fonte de lucro significativa. Deste modo, os naufrágios eram sempre acontecimentos relevantes na vida da população insular, principalmente para a população costeira.

Cito aqui o exemplo de um encalhe/naufrágio com grande impacto para a população, neste caso específico, a população do Sudoeste da ilha do Sal. Um cargueiro dinamarquês, de nome *Damfjord*, de 7.000 toneladas, partiu de Dakar com destino à ilha de São Vicente onde ia abastecer e posteriormente prosseguir para a Europa. Encalhou em 1948, na Praia da Fragata (Sudoeste da ilha do Sal), que ficou posteriormente conhecida por Praia de *Danfior*, devido ao naufrágio. Carregava diversas tipologias de óleos, café, zinco enriquecido, e quatro toneladas de cacau. Na altura Cabo Verde atravessava uma das mais graves crises da sua história: a crise de 1947, popularmente conhecida na linguagem crioula “ *Fomi 47* ”²¹, que dizimou drasticamente a sua população. A ilha do Sal, não dependia essencialmente de agricultura, mas a sua indústria salinera estava paralisada devido à crise e a pouca comercialização, em parte causados pela decorrência da II Guerra Mundial. A situação social estava crítica e vivia – se com extrema precariedade económica. No dia 9 de Março de 1948, o navio amanheceu

¹⁹ Morna – género de música tradicional de Cabo Verde.

²⁰ “Móias” – resgate dos bens dos naufrágios ou encalhes. Segundo José Lopes (1957 - in Cabo-Verde: Boletim de propaganda e Informação nº 90, ano VIII, imprensa nacional, Praia, Março de 1957) provavelmente o termo é uma corruptela do termo boia – boia.

²¹ “Fomi 47” crise económica e fome geral em Cabo Verde, decorrido no ano de 1947.

encalhado, tendo os oficiais da alfândega da ilha, procedido ao resgate dos tripulantes e das cargas do navio. Este resgate constituiu uma oportunidade de trabalho para muitos. O empreendimento demorou 4 meses (Março a Junho), depois de tudo recuperado, grande parte da carga foi transferida pela companhia do navio, mas o restante serviu para dar um rumo diferente à crise, ajudando a população a enfrentar tal situação, ao adquirirem os produtos a preços baixos e venderem posteriormente de forma a retirarem lucros. O acontecimento repercutiu fortemente na vida local. Neste caso, uma criança nascida na altura recebeu o nome de *Caqueja*, querendo com isso dizer Dinamarquesa em homenagem ao barco encalhado. Os tripulantes do navio permaneceram por volta de uma semana na ilha, e no momento do repatriamento destes houve até choro, algo típico dos cabo-verdianos, e reflecte a forma intensa com que a população viveu o naufrágio (RAMOS, 2014, s/p).

Por diversas vezes, os salvados de naufrágios constituíram para a população, um meio de obter recursos para a satisfação das suas necessidades básicas. Note-se que apesar da tragédia dos naufrágios, alguns com perdas humanas e comerciais irreparáveis, ironicamente, o seu posterior salvamento e resgate constituiu um meio de aquisição de recursos de importância para a economia e uso da população local, ainda que, existem algumas situações de apoderamento impróprio de alguns deles. Quando, os salvados eram de pouca importância, estes eram alvos de troca²².

Outras situações recorrentes dos naufrágios, são as inúmeras zonas costeiras, com nomes adaptados a partir de navios encalhados ou naufragados. Exemplos como: Baixa do Galeão, Baixo da Varandinha, Carqueja, Chã de Corveta, Chã de Navio, Costa Caravela, Costa da Fragata, Leme Velho, Ponta Moia-Moia, Ponta do Navio Quebrado, Praia de Atalanta, Cabo de Santa Maria, Praia de Danfjord, Baixa de Hartwell, ilhéu Holandês, Ponta da Fragata, Mória-Mória, são algumas nomenclaturas relacionadas e sugestivas, destas adaptações (LERENO, 1952, p.50, 53,94,109,118,144, 278,393, 394).

Parafraseando Senna Barcellos (1982, p. 35), que justifica o porquê do nome de Ponta do Galeão (ilha do Maio) “... *Ponta do galeão, nome primitivo dado pelos portugueses foi Sant’Anna e o nome galeão que ainda conserva, foi dado pelos naturais da ilha por ter perdido nesse sítio o galeão conceição que fazia parte da armada portuguesa, que ia reaver a bahia de todos os santos, tomado pelos holandezes no dia 8 de Maio de 1624.*” Neste exemplo específico, a zona tinha inicialmente um nome, mas devido ao naufrágio, passou a ter uma nova nomenclatura referente ao acontecimento. Estas adaptações de

²² A frequência e a popularidade dos naufrágios levaram a que a população esperasse sempre tirar grandes proveitos destes. Quando isso não acontecia, ou seja, quando os navios naufragados ou encalhados não tinham cargas que fossem do agrado e uso comum das populações (géneros alimentícios, bebidas, objectos preciosos, etc), criavam-se sempre situações cómicas e caricatas relativas a estes naufrágios. Segundo MONTEIRO (1964, s/p, *apud* LIMA, 1997, p. 195-196), que transmite o retrato do significado dos naufrágios para a população: “... *o povo, na sua maior parte ignorante, considerando os carregamentos e destroços dos navios naufragados como uma esmola do céu, julga tudo aquilo nosso e dá-lhe assim o conhecido nome de moia-moia...*” (MONTEIRO, F. in *Ponto e Virgula* nº 12, Nov. / Dez. de 1984)

nomes, não estão apenas associados a zonas ou regiões, mas existem situações, em que também são adaptados ao próprio nome de pessoas.

Todo esse cenário, comprova a importância de Cabo Verde devido à sua localização geográfica estratégica, como ponto de passagem e abastecimento de embarcações que passaram pelo país, ao longo de séculos, com diferentes origens e destinos, nas primeiras formulações de uma economia global.

4.5. História das investigações arqueológicas subaquáticas em Cabo Verde

A realidade arqueológica subaquática em Cabo Verde, desde cedo atraiu personalidades e empresas, inclusive caçadores de tesouros, com o intuito de recuperar destroços e possíveis artefactos de valor nos seus mares. Esse interesse justificado pela riqueza patrimonial subaquática, tinha como requisito básico um certo cuidado por parte das autoridades competentes na concessão de autorizações de exploração, e principalmente na criação de soluções e condições para protecção desse rico património.

Com base em pesquisas realizadas em algumas fontes, principalmente nos arquivos da arqueologia subaquática existentes no Museu de Arqueologia da Praia, apresento seguidamente, o historial das investigações e de todo aparato técnico, diplomático, administrativo e contratual, que esteve envolvido na história da arqueologia subaquática em Cabo Verde.

No decorrer da pesquisa, percebeu-se que para melhor compreensão dos factos, o ideal seria dividir este historial por fases, encontrando-se este dividido em quatro fases diferentes:

- Antes da independência de Cabo Verde até (1975);
- Da independência até ao período da primeira exploração arqueológica subaquática moderna (1975-1993);
- Do período da primeira exploração arqueológica subaquática até o final das intervenções (1993 a 2002);
- Após as intervenções subaquáticas de 2002 até hoje.

4.5.1. Antes da Independência de Cabo Verde até (1975)

No período anterior à independência, poucas são as informações sobre a arqueologia subaquática. O primeiro documento relativo ao património arqueológico subaquático de Cabo Verde, atrás referido data de 4 de Julho de 1907, intitulado de “*Regulamento para a exploração dos valores abandonados em águas profundas nos mares do arquipélago de Cabo Verde provenientes de cascos e cargas de navios naufragados*”²³, também conhecido, por Decreto de 4 de Julho de 1907. Documento este, que como o próprio título enuncia foi elaborado com o intuito de implementar alguma legislação, no caso de haver futuras explorações subaquáticas. Possui 12 artigos, alguns interessantes, que revelam que as autoridades no caso colonial, já tinham a consciência da existência de muitos naufrágios, e que através das explorações destes, poderiam tirar algum benefício económico no arquipélago.

O documento possui algumas cláusulas relevantes:

“ mediante concurso público poderá ser concedido, com exclusivo nas águas profundas dos mares do arquipélago de Cabo Verde, exploração em zonas determinadas, dos objectos abandonados, pertencentes a navios ou cargas aí naufragados. ... os concorrentes deverão declarar nas suas petições ... a percentagem que oferecem para a fazenda, sobre o produto bruto dos objectos explorados.” (Artigos 1º e 2º)

De logo, constata-se o modelo projectado para a entrega de concessão das explorações. A ideia de um “*concurso público*”, onde a administração poderia receber diversas propostas, e escolher a que beneficiava mais. Outro dado relevante trata-se da concessão da “*exploração em zonas determinadas*”, ou seja, o exclusivo só poderia ser concedido em áreas específicas e seleccionadas pelas autoridades. Assim, os concorrentes deviam apresentar “*quais os meios ou aparelhos*” a utilizar, estes seriam avaliados pelas autoridades competentes, toda a intervenção seria sob a legislação portuguesa vigente na província (artigo 8º). Verifica-se que as autoridades estavam interessadas nos lucros que iam obter com as explorações, de modo que numa das condições é expresso que, os interessados teriam de apresentar uma percentagem de lucro a oferecer à Fazenda. Vê-se o pouco ou nenhum destaque dado à questão patrimonial, mas esse aspecto tem que ser visto à luz da época, quando era comum retirar artefactos do mar estritamente para fins comerciais.

O surgimento de uma lei como esta, numa época em que pouco se falava da Arqueologia subaquática, revela alguns aspectos decisivos, como o conhecimento da existência de muitos destroços na região e portanto, com várias empresas e individuais interessados em explorá-los. Provavelmente esse grande interesse levou a várias incursões

²³ Documento realizado e assinado a 4 de Julho de 1907 por António Carlos Coelho de Vasconcelos (Porto - Portugal).

subaquáticas clandestinas, ao ponto das autoridades promulgarem um regulamento, com regras a serem cumpridas nas explorações dos naufrágios detectados.

A primeira, ou uma das primeiras autorizações de exclusivo de exploração dos destroços subaquáticos nos mares de Cabo Verde, data de 1913. Esta concessão feita a um comerciante de nome Raul Barbosa, residente na cidade da Praia, através do despacho do Ministro das Colónias, a 3 de Abril de 1913. Garante o exclusivo de exploração de seis milhas ao mar das costas das ilhas do Fogo, Maio, Brava, Sal, S. Nicolau, São Vicente e respectivos portos, sob as condições estabelecidas no regulamento de 4 de Julho de 1907 (BO nº19, de 10 de Maio de 1913; FILHO, 1989, p. 41- 42).

Desse período até 1975, poucas são as informações relativas a questões de exploração subaquática. Analisando os Boletins Oficiais de Cabo Verde, de 1950 a 1975²⁴, encontram-se alguns anúncios de concursos de exploração subaquática e comunicação de concessão de exploração, a algumas personalidades e sociedades (Tabela 3).

Boletins Oficiais de Cabo Verde	Tipo de documento	Entidade	Prazo do concurso	Áreas de exploração referidas no anúncio
BO nº14 de 5 de Abril de 1952	Anúncio de concurso	Capitania dos portos de Cabo Verde	60 dias	
BO nº6 de 7 de Fevereiro de 1953	Anúncio de concurso	Capitania dos Portos de Cabo Verde	60 dias	S. Vicente, Sal e Boavista *
BO nº 48 de 28 de Novembro de 1953	Anúncio de concurso	Capitania dos Portos de Cabo Verde	90 dias	São Vicente, Sal e Boavista*
BO de 16 de Junho de 1962	Anúncio de concurso	Capitania dos portos de Cabo Verde	60 dias	São Vicente, Santo Antão, Sal e Boavista*
BO nº 4 de 28 de Janeiro de 1967	Anúncio de concurso	Repartição provincial dos serviços da marinha de Cabo Verde	60 dias	São Vicente, Santo Antão, Sal e Boavista*
21 de Setembro de 1967	Anúncio de concurso	Repartição dos serviços da Marinha de Cabo Verde		Todas as ilhas e ilhéus do arquipélago, excepto as ilhas de s. Vicente, S. Antão, Sal, Boavista, e a ilha Brava e seus ilhéus.

*Podendo os pedidos de concessão referir-se a todas ou uma parte das ilhas mencionadas

²⁴ Escala cronológica de pesquisa estabelecida pela autora (consulta nos Boletins Oficiais de 1950 até 1975).

Tabela 3 - Anúncios de concurso de explorações subaquáticas em Cabo Verde de 1952 a 1967. In Boletins Oficiais de Cabo Verde (1952,1953,1962,1967; modificado por Nireide Tavares, 2016).

Os seis anúncios de concurso, referidos no quadro acima, são todos regulamentados pelo decreto de 4 de Julho de 1907. Em todos, estão incluídos aspectos como o prazo do concurso, os meios e aparelhos a utilizar, a percentagem a oferecer à Fazenda Real, as zonas de exploração, e as entidades onde endereçar e declarar os pedidos, no caso, o governador da província.

Destes anúncios, apenas a dois foram concedidas as autorizações:

Concessão a:	Data	Prazo de concessão	Áreas autorizadas	Cessação da concessão	Percentagem oferecida à Fazenda
Virgílio Martins Correia	23 de Fevereiro de 1955 (publicado no BO 5 de Março de 1955)	10 anos	São Vicente, Sal, Boavista	1962	13,2 %
Sociedade: António Monteiro e Jorge Fonseca	3 de Maio de 1967 (publicado no BO 17 de Junho 1967)	3 anos	São Vicente, Santo Antão, Sal e Boavista		10%

Tabela 4 - Concessões de autorizações de exploração em destroços submarinos de Cabo Verde (In Boletins Oficiais de Cabo Verde de 1955 e 1967; modificado por Nireide Tavares, 2016).

A primeira concessão, resultante do anúncio de concurso de 6 de Novembro de 1953 publicado no BO nº 48, de 28 de Novembro de 1953, foi cedida a Virgílio Martins Correia, um Industrial de Lisboa (Portugal), que ofereceu à Fazenda 13,2% sobre o produto bruto dos objectos a explorar, durante o prazo de 10 anos (Tabela 4).

A outra concessão, resultante do concurso anunciado e publicado no BO nº 4, de 28 de Janeiro de 1967, foi atribuída à Sociedade constituída por António Pedro de Carvalho Monteiro, proprietário, residente em Lisboa (Portugal), e Jorge Luís Guedes de Andrade de Almeida Fonseca, gerente comercial, residente na ilha de São Vicente. Ofereceram à Fazenda a percentagem de 10% sobre o produto bruto dos objectos explorados. Além da

tributação normal do rendimento líquido do exercício da sociedade, pelo período de 3 anos, sucessivamente renovável com obediência a todas as obrigações legais.

No que diz respeito as concessões acima referidas, desconhecem-se as suas circunstâncias, não sabe se decorreram ou não, se decorreram, quais foram os meios utilizados, as técnicas, o que foi recuperado e que destino foi dado aos recuperados, ou seja, tudo é uma incógnita não havendo registos e publicações destes trabalhos.

Na consulta dos Boletins Oficiais de 1967 até 1975, não se encontrou nenhuma referência a questões sobre os destroços subaquáticos e sua exploração.²⁵

4.5.2. Da independência de Cabo Verde até ao período da primeira exploração arqueológica subaquática moderna (1975 a 1993)

Com a independência em 5 de Julho de 1975, Cabo Verde viu-se obrigado a traçar o seu destino pelas próprias mãos. Constituiu um governo, elegeu os responsáveis da nação: Aristides Pereira foi eleito Presidente da República, de 8 de Julho de 1975 a 20 de Janeiro de 1981 (PAIGC) e de 20 Janeiro de 1981 a 22 de Março de 1991 (PAICV), e Pedro Pires foi eleito Primeiro-Ministro a 8 de Julho de 1975 a 26 de Janeiro de 1991 (PAIGC – PAICV).

Na época em que segue à independência, todo o cenário relativo ao património subaquático de Cabo Verde sofre alterações profundas. Aumenta o número de interessados em desenvolver explorações subaquáticas, e as autoridades vêm-se obrigadas a tomar algumas posições, face ao novo cenário que se desenrolou.

Um dos primeiros pedidos de autorização para exploração subaquática partiu de Robert F. Marx, de nacionalidade americana, com boas referências da UNESCO, do Departamento do Interior dos Estados Unidos da América, do Royal Ontario Museum, da Embaixada do Canadá em Lisboa, e da Embaixada dos EUA na Praia. O pedido foi feito a 9 de Maio de 1980. Na sua proposta, realça o interesse científico e histórico das pesquisas, partindo da teoria de que os Fenícios teriam sido os primeiros a chegar ao Novo Mundo, e que dessas deslocações, algumas embarcações poderiam ter naufragado no Atlântico. Segundo ele “ ... existem muitas provas documentais que indicam que os fenícios empreenderam viagens às ilhas de Cabo Verde e não há dúvidas de que teriam perdido alguns navios naquelas águas ...” (MARX, BLOT, 1980, s/p). Solicitou o pedido, a fim de encontrar uma embarcação fenícia, fazer uma réplica fiel da mesma, e a partir daí comprovar a sua teoria. Robert F. Marx fez o seu pedido, através de uma carta

²⁵ Sobre o assunto, não há referência no Boletim Oficial de 1970, ano que coincide com a data do término da concessão de 3 de Maio de 1967 (publicado no BO de 17 de Junho 1967).

endereçada ao Ministro dos Transportes e Comunicação, tinha o financiamento da “*Phoenician Explorations*”. Não entrando na questão histórica de fundo, da sua proposta, alguns aspectos chamam atenção, numa delas o governo de Cabo Verde teria que oferecer 50% das peças encontradas à *Phoenician Explorations* e seriam exportadas sem o pagamento de quaisquer direitos, caso fosse concedido a autorização.

Robert Stenuit, outra personalidade que esteve interessada nas explorações subaquáticas, era um Belga, que fez o seu pedido a 26 de Dezembro, de 1980. Pretendia recuperar os objectos arqueológicos nos mares de Cabo Verde, de dois barcos naufragados específicos, um do tempo do Luís XIV e outro da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Apresentava um forte interesse comercial no seu pedido.

Rex Cowan de nacionalidade inglesa, também se mostrou interessado, a 12 de Janeiro de 1981, endereçando o seu pedido ao governo de Cabo Verde.

Erick Surcouf e R. Gisselbrecht de nacionalidade francesa propuseram em 1982, para as pesquisas subaquáticas, a constituição de uma sociedade com o governo de Cabo Verde. Pretendiam uma autorização num prazo de 5 anos, onde estariam isentos do pagamento de direitos ou impostos, explorariam principalmente as embarcações pertencentes à Companhia das Índias Orientais: embarcações essencialmente comerciais. Demonstraram interesse a nível histórico, cultural, turístico e financeiro.

Dutch Underwater Group foi outra entidade, que então demonstrou também o seu interesse, nas explorações de destroços submarinos²⁶.

Face às constantes pressões para a realização de trabalhos subaquáticos, o governo viu-se obrigado a tomar uma posição, porque eram vários os pedidos e alguns feitos com grande insistência. A primeira iniciativa por parte deste, data de 1982, quando informa aos candidatos que não estava interessado em, então, autorizar o início de investigações arqueológicas submarinas²⁷.

Apesar desta resposta, facto é que os pedidos de autorização continuaram a ser endereçados ao governo, e com muita insistência por parte de alguns interessados. Assim, a 11 Abril de 1984 reuniram-se várias personalidades pertencentes ao governo de Cabo Verde: o Director Geral de Marinha e Portos, o Director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério de Transportes e Comunicações, o Jurista do Ministério do Transporte e Comunicações, e representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Ministério da Educação e Cultura e do Instituto Nacional de Investigação Tecnológica, numa reunião presidida pelo Ministro dos Transportes e Comunicações, contando ainda

²⁶ Fonte: Acta da reunião de 11 de Abril de 1984, que juntou alguns responsáveis do governo de Cabo Verde para analisar os vários pedidos de autorização para exploração subaquática nas águas do arquipélago.

²⁷ Fonte: Parecer nº .../84 do gabinete do Primeiro Ministro, sobre o “*pedido de autorização para pesquisa arqueológica submarina nas águas nacionais*”. Assinado por Renato Cardoso (Conselheiro do Primeiro Ministro) em Praia a 4 de Julho de 1984.

com a participação do Primeiro-ministro. Esta reunião tinha como objectivo analisar as várias propostas de exploração dos despojos de embarcações afundadas nas costas das ilhas de Boavista, Maio, Santiago e São Vicente concretamente. Após apreciação das propostas enviadas pelos pretendentes, os participantes manifestaram-se sendo que, se tornou clara a necessidade de inventariar os bens subaquáticos em Cabo Verde, de realização de estudos sobre os navios naufragados, de conceder com prudência autorizações a qualquer grupo. A constatação da inexistência de pessoal classificado e de um departamento de arqueologia no país foram outras das considerações e preocupações manifestadas.

A 20 de Julho de 1984, outro pedido foi endereçado através de uma carta ao Ministério da Educação e Cultura, posteriormente reenviado ao Ministro dos Transportes e Comunicação, pela firma Howed Finance Corp, acompanhado de dois *dossiers* da Consortium Salvage, outro pretendente. Também nestes as respostas dos representantes dos dois ministérios, foi negativa.

As autoridades competentes cabo-verdianas tinham a consciência da sua incapacidade em desenvolver uma actividade de exploração subaquática nesses parâmetros, atendendo à ausência de estruturas que possibilitassem o seguimento dos trabalhos, à impossibilidade de guarda e conservação dos artefactos a serem recuperados, o desconhecimento da realidade subaquática do país e à inexistência de legislação apropriada. O país não estava capaz de suportar uma actividade desse cariz, pelos meios humanos, técnicos e financeiros que exigia.

Em Novembro de 1984, foi criado um Grupo de Trabalho para as pesquisas arqueológicas subaquáticas, através do despacho nº 54/84, que veio a ser publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde a 10 de Novembro de 1984. Tinha este grupo como principal objectivo: *“ultimar as discussões das propostas de pesquisas arqueológicas nas águas nacionais; Submeter à aprovação do primeiro ministro um programa de trabalho com o seu tempo de duração; Discutir com as entidades interessadas a fim de, com a maior segurança possível determinar qual das propostas convém ao país”* (BO, 10 de Nov. 1984). A esta Comissão de análise das questões relativas às explorações arqueológicas subaquáticas pertenciam: Renato Cardoso (Conselheiro do Primeiro Ministro) como Presidente; Humberto Morais (Director- Geral de Marinha e Portos); Cláudio Duarte (Director do Gabinete de Estudo dos Transportes e Comunicações); Daniel Pereira (Representante do Ministério da Educação e Cultura); Carlos Pereira (Representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

Depois de constituído, os integrantes do grupo de trabalho, reuniram-se pela primeira vez em 3 Novembro de 1984, para analisar a situação sobre a exploração subaquática. Fizeram apreciações importantes, reconhecendo sempre a sua mínima experiência, face ao assunto em causa. Conscientes da sua responsabilidade e para melhor funcionamento do grupo e dos seus trabalhos privilegiaram o conhecimento das legislações relativas ao

assunto, tanto estrangeiras como nacionais, trabalhando a partir dos contratos-tipos existentes, para assim, propor um modelo de possível contrato. Assim, contactaram a ONU, UNESCO, países como Portugal, Itália, França que demonstraram a sua disponibilidade em auxiliar Cabo Verde.

O grupo continuou em actuação, realizaram-se encontros com os proponentes: John N.V Clarke, director da Consortium Salvage Lda.; N.P.M. Sinclair-Brown, director da Consortium Salvage Lda.; J. Trindade – director da Howed Finance Corp, a 23 de Novembro do mesmo ano.

No mês de Dezembro de 1984, o grupo encontrou-se com representantes de uma nova empresa, com o propósito de analisar a sua proposta. A World Wide First, representada por Franck Goddio e Edmound Balm, também representantes de uma firma associada World Wide First. Esta empresa chegou a Cabo Verde, com objectivos específicos e bem definidos. Por exemplo, já tinham realizado pesquisa em arquivos de vários países sobre os naufrágios em Cabo Verde, excluindo dos seus trabalhos naufrágios posteriores a 1986 e os de difícil acesso. Em relação aos naufrágios a trabalhar, pretendiam explorar o Dromadaire (1762), Naarden (1623), Leymuiden (1770), Hartwell (1787), Lady Burgess, e Conceição (1625). Pretendiam ainda, localizar mais dois barcos naufragados: um a sul da ilha de Santo Antão e o outro próximo de Cidade Velha (ilha de Santiago). Para além de terem já apresentado, na proposta, os integrantes da pesquisa, comprometerem-se a formar um conservador para tratamento provisório no local, e por um período de um ano de 2 mergulhadores no local. De uma forma geral, apresentaram uma proposta bem estruturada, e com interessantes contrapartidas para Cabo Verde ²⁸.

No último dia do ano de 1984, uma legislação decisiva foi publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde²⁹: o Decreto-lei nº 48/II/84, que declara os achados e os despojos históricos submarinos como propriedade do Estado. A partir desta data, o Estado de Cabo Verde, passou a ser responsável e proprietário de todos os achados localizados na área da sua jurisdição.

Entre Janeiro e Fevereiro de 1985, dois integrantes do Grupo de Trabalho, Daniel Pereira e Eurico Barros realizaram uma missão a Lisboa, a fim de obterem maiores conhecimentos a nível de pesquisas arqueológicas subaquáticas. O primeiro na área cultural e o segundo na área jurídica. Daniel Pereira teve contactos com Justino Mendes de Almeida, o vice presidente do IPPC, e com Francisco Alves do Museu de Etnologia e Arqueologia. Estes colocaram à sua disposição toda a documentação disponível sobre o

²⁸ Fonte: Relatório do encontro com representantes da World Wide First, em Dezembro de 1984, realizado por Daniel Pereira.

²⁹ Fonte: BO nº52, de 31 de Dezembro de 1984. Suplemento ao “Boletim Oficial” de CV nº 52 – 31 de 12 de 1984.

assunto. Tiveram também o importante apoio de Jean Yves e Maria Luísa Blot³⁰. O contacto com estes últimos deixou uma boa impressão, e Daniel Pereira viu neles a primeira opção de escolha, caso fosse necessário contratar assessores, atendendo à sua experiência e seriedade³¹.

No que diz respeito, às questões relacionadas com aspectos jurídicos e burocráticos, levado a cabo por Eurico Barros, esta missão tinha como objectivo principal adquirir experiência no domínio da institucionalização, legislação sobre a matéria e experiência de contratos e concessões. Apesar de Portugal, na altura da missão possuir pouca experiência na produção jurídica e nenhuma em contrato, muita informação foi transmitida, inclusive algumas recomendações foram feitas. Eurico Barros teve contactos com o presidente do IPPC, com o director do Museu de Etnologia e Arqueologia, com o arquitecto e professor Lixa Filgueiras e o casal de investigadores Jean J. Bloch e sua esposa. Visitaram o museu, consultaram documentação, ouviram as recomendações quer a nível de prevenção – criação de zonas de prevenção, quer a nível dos contratos - separar os de prospecções e os de explorações, acerca das penalizações sobre actos de extravio de objectos de interesse arqueológico - aplicar de forma severa. A missão pode ser considerada um êxito, na medida em que forneceu aos dois técnicos, vários conhecimentos decisivos para lidar com o património subaquático³².

Pouco tempo depois, após o grupo de trabalho ter recebido e discutido as diferentes propostas de exploração opta por um pretendente: a firma World Wide First, por considerarem ser a que melhor salvaguarda os interesses de Cabo Verde. A opção por World Wide First foi comunicada ao Primeiro-ministro, que sugeriu que este assunto deveria ser levado ao Conselho de Ministros para análise. Este defendeu a ideia de que os artefactos recuperados não deveriam ser vendidos desde que, as condições de conservação não fossem muito dispendiosas, mencionando a hipótese da criação de um Museu da Marinha ou do Mar “ ... já que os vestígios da nossa história são tão poucas, daí as necessidades das nossas referências”³³. Este ainda recomendou cautela, considerando necessário criar condições prévias primeiro e só depois pensar noutros aspectos.

Um dos trabalhos a realizar na altura, pelo grupo de trabalho, aprovado pelo Primeiro-ministro era a criação de uma proposta de um contrato-tipo. Assim, no mês de Abril de 1985, o grupo apresentou, um contrato-tipo, juntamente com a proposta de um núcleo

³⁰ Dois Peritos da arqueologia subaquática, na altura colaboradores do Museu Nacional de Etnologia e arqueologia (Portugal), e assessores do Ministério da cultura para o programa “Inventário nacional de sítios arqueológicos subaquáticos (carta arqueológica) ”.

³¹ Fonte: Relatório de missão à Lisboa do Grupo de trabalho para as pesquisas arqueológicas subaquáticas de Daniel Pereira (Fevereiro de 1985).

³² Fonte: Relatório de Eurico Barros – Relatório da missão à Lisboa (Fevereiro de 1985).

³³ Fonte: Apreciação do II relatório do Grupo de trabalho por parte do Primeiro Ministro (relatório de 26 de Março de 1985).

de seguimento com constituição específica do pessoal a integrar: pessoal de mergulho, pessoal da área técnica, pessoal auxiliar³⁴.

O governo tinha a consciência da necessidade de se preparar um núcleo nacional de arqueologia subaquática, como condição prévia para a realização de qualquer acção de prospecção e recuperação de destroços e artefactos submersos. De facto, o assunto pesquisas arqueológicas subaquáticas foi levado ao Conselho de Ministros, no mês de Abril de 1985, o qual avaliou a situação. Estes em Dezembro do mesmo ano, preferiram diferir a discussão da concessão para o ano de 1986, informando que não era intenção do governo estabelecer um contrato de concessão único, mas que decidia optar por um programa flexível quanto à área e quanto ao objectivo da concessão, para que se respeitasse os objectivos históricos que se propõe prosseguir. Ao governo de Cabo Verde, interessava desenvolver pesquisas arqueológicas subaquáticas sob duas perspectivas: a cultural (vestígios submersos que podem contribuir para o enriquecimento do património cultural nacional) e a económica (probabilidade da existência de objectos de grande valor económico)³⁵.

No início de 1986, chega uma nova proposta, esta pertencente a Mel Fisher enterprises INC, que contacta o Ministério de Informação Cultura e Desporto. A 30 de Junho do mesmo ano o Primeiro-ministro convoca uma reunião, onde foi tratado a transferência para o Ministério de Ciência e Desporto, do *dossier* “ *pesquisas arqueológicas submarinas*”, e em que também foram analisados os elementos que deveriam figurar num contrato tipo.

Com o objectivo de dar andamento às questões sobre a Arqueologia subaquática, reuniram-se a 11 de Dezembro 1986, Georgina Mello, Daniel Pereira, Daniel Sousa, Manuel Brito Semedo, Ilídio Baleno e Ney Cardoso (funcionários da Direcção Geral da Cultura), para tratarem da transferência do *dossier* sobre as pesquisas subaquáticas para a Direcção Geral da Cultura e a formação de um grupo de seguimento dos trabalhos. Em 1987, foi elaborado o contrato-tipo, que serviria de base para o caso de uma futura assinatura, e a partir de 17 de Fevereiro do mesmo ano a Direcção Geral da Cultura, passa a coordenar os Serviços de Arqueologia Subaquática³⁶.

A 10 de Maio de 1987, um candidato para explorações subaquáticas, foi escolhido, para dar início às negociações: a firma World Wide First. Foi feita a comunicação à empresa de que havia sido escolhida, e que teriam de enviar representantes para a discussão do contrato e acerto dos detalhes³⁷. Estes, satisfeitos com a escolha responderam prontamente, realçando da importância do trabalho a ser realizado, o seu carácter

³⁴ Fonte: Proposta de contrato-tipo apresentada pelo Grupo de trabalho em 1985.

³⁵ Fonte: Relatório do Grupo de Trabalho sobre as pesquisas arqueológicas subaquáticas (III relatório). Documento assinado por Renato Cardoso, cidade da Praia, Dezembro de 1985.

³⁶ Fonte: Parecer da Informação/proposta/ nº15/DGC/05.00.87 – Arqueologia subaquática.

³⁷ Fonte: Comunicação da autorização feita através do envio de uma carta 10 de Junho de 1987 à firma World Wide First.

científico, e aceitando as alterações que Cabo Verde introduzir no contrato, reafirmando a aposta na formação de nacionais. Acerca da divisão do património móvel, esta seria de 50% / 50%, sendo que todas as despesas da escavação ficariam a cargo da firma. É de acrescentar que a empresa World Wide First fez ampla publicidade sobre o seu trabalho³⁸. A escolha foi comunicada aos restantes grupos interessados e não escolhidos através da circular nº7 DGC/06.00/87³⁹.

De acordo com as pesquisas nos arquivos, o documento datado posterior a estes, refere-se a um Fax do Ministério da Cultura de Cabo Verde endereçado à World Wide First, a 31 de Julho de 1987 (sobre o telex. Nr. 045-87ª), a informar que “... *por razões imprevistas não é possível para as autoridades cabo-verdianas a discussão em Setembro do contrato de concessão de pesquisa arqueológica submarina nas águas de Cabo Verde...*”. Sendo ainda referido que será a World Wide First informada do momento em que será possível aos representantes da firma irem a Cabo Verde discutir este contrato.

Na sequência, outro documento, que data de 15 Abril de 1988, outra carta de Manuel Veiga (Ministério da Cultura) a Edmond Balmne representante da World Wide First, informando que Cabo Verde opta pela realização de estudos dos navios naufragados, antes da assinatura de qualquer contrato. De facto e apesar de terem informado a empresa da sua escolha no ano anterior, decidiram proceder ao estudo da realidade subaquática do país, concretamente, ao estudo dos navios naufragados. Facto é que, na altura a empresa já tinha organizado toda a exploração e por isso dias depois, Frank Goddio presidente da WWF, informou que já tinha disponível, os resultados das pesquisas realizadas em arquivos de diversos países, e que q colocaria à disposição de Cabo Verde “... *Nous nous proposons de vous envoyer ces documents qui semblent permettre de precises la localisation de plusieurs epaves.*”⁴⁰.

A empresa, apesar de tudo, permanecia ainda insistente. Desconhece-se o que se desenrolou posteriormente entre o governo e a empresa, por ausência de informações. Facto é que a empresa acabou por não realizar a exploração, por não ter recebido o aval do governo.

³⁸ Fontes: Carta da World Wide First ao Presidente da República com atenção da sua excelência Mr. Arnaldo Herculano Spencer Aranja – de 20 de Fevereiro de 1987, assinado por F. Goddio. A informar do envio de 3 exemplares do nº 113 da Revista Histoire e Archeologie de Fevereiro de 1987, sobre a totalidade da missão que efectuaram em cooperação com o governo da República das Filipinas, e autoridade do Museu Nacional de Manila, como exemplo dos trabalhos realizados e que pretendiam realizar o mesmo em Cabo Verde em cooperação com o governo.

³⁹ Fonte: Documento intitulado de “*Aos concessionários cujos pedidos não foram atendidos*” assinado em Praia a 20 de Maio por Ney Cardoso Júnior técnico superior da Direcção Geral da Cultura.

⁴⁰ Fonte: Carta de Frank Goddio presidente da WWF, de 22 de Abril de 1988.

4.5.3. Do período da primeira exploração subaquática até ao final das intervenções (1993 a 2002)

Nos inícios dos anos 90, o cenário político cabo-verdiano muda completamente. Realizam-se as primeiras eleições democráticas, em que o partido Movimento para Democracia (MPD) foi eleito pelo povo. Tendo como Presidente da República Dr. António Mascarenhas Monteiro (mandato de 22 de Março de 1991 a 22 de Março de 2001), e Dr. Carlos Veiga como Primeiro-ministro (mandato 26 de Janeiro de 1991 a 5 de Outubro de 2000), em que ambos tiveram dois mandatos seguidos.

Em relação a arqueologia subaquática, nesse período de transição governamental, existe um pequeno vazio. Provavelmente com as transferências das pastas ao novo governo, o assunto ficou esquecido por um tempo. Mas os pedidos de autorização continuaram a ser endereçados ao governo de Cabo Verde. Por exemplo, em Março de 1991 uma nova proposta foi endereçada, por parte de Christian Buchet, com referência de personalidades importantes⁴¹. Apresentou um projecto, onde relata tudo o que pretendia fazer, tinha interesse em explorar sítios específicos: dois navios da Companhia Inglesa das Índias (localizados nas ilhas de Boavista e Maio)⁴². Não se sabe a apreciação por parte das autoridades cabo-verdianas em relação a este candidato.

Após esse período, encontra-se nos arquivos consultados, um contrato de concessão de exploração arqueológica subaquática à uma empresa. No entanto, não foi possível estabelecer as circunstâncias prévias ao contrato, por ausência de informação e documentação.

Não tendo o contrato com a World Wide First sido assinado, a primeira empresa a receber autorização, para explorar arqueologicamente os destroços subaquáticos em Cabo Verde foi a Afrimar⁴³ uma empresa Sul-Africana. Foi realizada a assinatura de um contrato a 19 de Julho de 1993 na cidade da Praia (ilha de Santiago). Esta obteve licença para explorar três destroços específicos: Leymuiden, Hartweel e Santo André, nomeadamente, na zona de Rifona e ilhéu do Cascalho (ilha de Boavista), segundo o contrato assinado pelo Sr. Eng. Teófilo Figueiredo Silva, Ministro das Infraestruturas e

⁴¹ Fonte: Carta de 6 de Setembro de 1991 do Dr. Philippe Lafay (conselheiro regional da ilha-de-france, conselheiro de Paris vice-presidente do conselho general), ao Ministro solicitando uma audiência com ele, ou com os seus colaboradores por parte de Christian Buchet, sobre a realização das pesquisas arqueológicas submarinas no território de Cabo Verde, durante os dias em que este se encontrar em Cabo Verde de 9 a 12 de Setembro de 1991. Outra carta da embaixada de Senegal em favor de C. Buchet.

⁴² Fonte: Projecto de pesquisa relativo ao património arqueológico submarino das ilhas de Cabo Verde, de Christian Buchet a 29 de Março de 1991.

⁴³ Alguns integrantes da empresa estiveram na ilha de Boavista como turistas nos anos 80, tendo, através de mapas mergulhado até encontrarem Hartweel. Foram proibidos, mas sem ter sido confiscados os seus equipamentos nem achados. Curiosamente, os mesmos obtiveram a primeira autorização de exploração.

Transportes, representando o governo de Cabo Verde e pelo Sr. João das Neves Sousa e pelo Dr. Jorge Luís Fonseca, representando a empresa Afrimar. Estes tinham a autorização para realizar os trabalhos, de 1 de Julho de 1993 a 30 de Agosto de 1996, ou seja, durante três anos⁴⁴.

As intervenções subaquáticas ocorreram entre 1993 a 1995, em três verões seguidos e foram realizados com o mínimo de rigor e exigência científica. Segundo Emanuel D'Oliveira (2005, p. 148), no primeiro ano de intervenção, o governo de Cabo Verde, não procedeu com a fiscalização. Nos anos seguintes, foi apresentado, um rudimentar e insuficiente sistema de fiscalização, que ficou a cargo de dois mergulhadores e pescadores, e um dispositivo militar que se responsabilizou pela segurança. O rigor no controlo destas operações foi quase nulo, e aspectos como artefactos encontrados, métodos de trabalho utilizado, as visitas que os integrantes da empresa recebiam, não eram controlados. Com esta insuficiente fiscalização aconteceram vários desvios de peças arqueológicas, e não se conhecem as circunstâncias das escavações, que podem não ter sido rigorosas.

Com a chegada do prazo do término do contrato (1996), a conclusão que se pode retirar, foi que essa primeira experiência de exploração subaquática foi pouco benéfica. De uma parte, temos o governo de Cabo Verde que autorizou as explorações, mas não tinha meios suficientes para a fiscalizar, ou mesmo para suportar um trabalho desse calibre e que deveria ter investigado antes o historial da empresa e dos seus integrantes, dispor de um sistema de fiscalização à altura, e só depois assinar o contrato. Do outro, a empresa Afrimar, em que não regista as técnicas e os métodos utilizados nas escavações, o rigor científico ao executá-los, e não forneceram ao país nenhum relatório das intervenções, nenhum registo de mergulho e nem de peças encontradas, pelo que não há documentos credíveis destas intervenções. Quanto às peças encontradas (dadas a conhecer), foram restauradas na África do Sul, mas desconhece-se também o relatório desse restauro. A empresa tinha um forte interesse comercial nestas explorações, pouca atenção aos interesses patrimoniais, aproveitando-se da pouca experiência de Cabo Verde nesta matéria.

Em 1995, entra em cenário outra empresa, esta de nacionalidade portuguesa, representada pelo Duque de Bragança D. Duarte Pio: a empresa Arqueonautas World Wide, criada em 1994, e registada na Madeira. Na altura, faltava um ano para o término do contrato com a empresa Afrimar. O governo de Cabo Verde concedeu autorização a referida empresa para exploração dos destroços. Tudo começou com a assinatura de um contrato, pelo Ministro do Estado e da Defesa Nacional, Dr. Úlpio Napoleão Fernandes, representando o governo, e da parte da empresa o Duque de Bragança D. Duarte Pio, presidente do Conselho Geral e Nicolaus Graf.V.V.z. Sandizell, administrador, delegado da empresa Arqueonautas World Wide, a 28 de Agosto de 1995 na cidade da Praia. O

⁴⁴ Fonte: Contrato de concessão entre o governo de Cabo Verde e a Afrimar, de 19 de Julho de 1993.

contrato inicial era de 3 anos, mas posteriormente foi prorrogado até 2001, ou seja, dando a empresa 7 anos de exploração nos destroços, em Cabo Verde.

Quanto ao facto de permanecerem, durante cerca de um ano, duas empresas a explorar nas águas de Cabo Verde, estas decorrem em áreas diferentes. A empresa Arqueonautas World Wide ficou interdita de explorar, até 30 de Agosto de 1996, (prazo estabelecido com a empresa Afrimar) nos seguintes destroços: Hartweel, Laymuiden, Santo André, os quais estavam a ser explorados pela Afrimar⁴⁵.

O contrato com a Arqueonautas World Wide, de prospecção e exploração, possui algumas cláusulas curiosas. Em primeiro lugar, foi feito sobre regime de exclusividade, permitia que os artefactos recuperados fossem comercializados:

“O presente contrato de concessão tem por objecto a prospecção, pela arqueonautas – arqueologia subaquática S.A, dos cascos de navios naufragados que jazem no mar territorial cabo-verdiano e a recuperação de achados preciosos em antigos cascos de navios afundados ou abandonados com vista à sua comercialização ou a destinação de fim diversa...” (1ª cláusula). Permitia o leilão dos artefactos recuperados: “Quando o concedente não determine que um artefacto deva ser objecto de afectação pública ou a concessionária, com o acordo do concedente, não requeira a sua aquisição, será leilado.” (cláusula 19).

De acordo com informações orais, os técnicos cabo-verdianos ligados à Cultura estariam contra a assinatura deste contrato, atendendo a (má) experiência adquirida anteriormente com a actuação da empresa Afrimar. Mas, estes não terão sido consultados pelo governo que, assim, decidiu prosseguir com um novo contrato de prospecção e exploração subaquática, apesar do parecer dos técnicos. A exploração dos Arqueonautas World Wide em Cabo Verde representou o início das actividades subaquáticas da empresa, na altura com um ano de existência, por isso o Governo deveria ter reforçado a fiscalização.

Os primeiros meses de actividade da empresa, em Cabo Verde, foram dirigidos por John Grattan⁴⁶, que se concentrou essencialmente na localização e levantamento da posição dos naufrágios. A operação revelou-se muito dispendiosa, tendo em conta o custo do navio de apoio, o *Southern star* e a necessária base logística. A equipa era composta pelo

⁴⁵ Fonte: 2ª cláusula do contrato com a empresa Arqueonautas:

“À prospecção objecto da presente concessão será realizada em regime de exclusividade.

Fica contudo interdita à concessionária a prospecção, até 30 de Agosto de 1996, nos locais onde se encontram jacentes, a nordeste da ilha de Boavista e em águas da República de Cabo Verde, os destroços dos seguintes navios e respectiva localização: Leymuiden e Hartwell (anos 1771 e 1784, respectivamente) Rifona Lat. 16º 10'35'' N; Long. 22º 46'43'' W) Santo André (ano 1856) Ilhéu do Cascalho (Lat. 16º 10'20'' N; Long. 22º 40'45'' W) ”.

⁴⁶ John Grattan - mergulhador inglês e comandante da Royal Navy e coordenador da empresa Arqueonautas. Há indícios de ser uma obscura personalidade do mundo da caça do tesouro subaquático, envolvido em acidentes e vendas ilícitas de materiais arqueológicos.

arqueólogo de serviço, sendo que os restantes mergulhadores eram pescadores/lagosteiros locais e europeus praticantes do mergulho recreativo/amador, voluntários em muitos casos. Os directores ou chefes de mergulho foram recrutados em meio comercial, como instrutores de mergulho sem formação na área de arqueologia.

Durante os trabalhos, a empresa foi dirigida sucessivamente por diferentes arqueólogos como: Bryan Smith, Tom Cockrel e por Alejandro Mirabal, que contribuíram para o rendimento dos trabalhos da equipa. Mas, a equipa de exploração da empresa só conseguiu melhor performance sob a direcção deste último. Estes trabalharam, em conjunto com a equipa de restauro coordenada por Peter Daracott, e Cabo Verde passou a contar com um conjunto de elementos técnicos de alto nível. Há que se acrescentar, que a empresa melhorou muito do rendimento a partir de 1998, quando passaram a contar com dois orientadores científicos: Margaret Rule e Mensun Bound da Universidade de Oxford (D'OLIVEIRA, 2002, p. 48).

Quanto ao método utilizado nas explorações, estes foram mais rigorosos que a Afrimar. Mas, como aquele terá havido muitas situações de desvios ilícitos de materiais, sendo muitos deles leiloados. Apesar de serem mais rigorosos nas explorações, aconteceram muitas situações de descaso sobre os destroços submarinos, principalmente quando percebido o pouco valor comercial das peças e dos destroços identificados.

De uma forma geral, a empresa basicamente actuou em todo o território nacional, tendo descoberto grande número de naufrágios, identificado e documentado cerca de 80 naufrágios e realizado a carta arqueológica subaquática do arquipélago⁴⁷. Ao contrário da empresa Afrimar, a empresa Arqueonautas Worl Wide deixou no país documentação referente às intervenções, com a localização exacta, e provável identificação da maioria dos naufrágios localizados. Conseguiram também cumprir outro motivo inicial das suas pesquisas, com a montagem de um laboratório de restauro: o Centro de Restauro e Museologia, e a formação de alguns restauradores.

Da parte do novo governo de Cabo Verde (Movimento Para Democracia), foi tomada uma importante decisão. Através da resolução do Conselho de Ministros nº 87, de 13 de Setembro de 1995, que cria a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Prospecção Arqueológica Subaquática (CAFPAS), publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, a 13 de Setembro de 1995. A CAFPAS tinha como missão acompanhar os trabalhos arqueológicos subaquáticos e propor ao governo a adopção de medidas com vista à boa execução do contrato ou à salvaguarda do interesse público, proceder com a fiscalização dos trabalhos de forma a garantir a correcta execução do contrato⁴⁸. A esta Comissão pertenciam o presidente do Instituto Nacional de Cultura, que preside; o Director-Geral da Marinha e Portos; o presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas; o Director Geral das Alfândegas e Director do Arquivo

⁴⁷ [consultado em Setembro 2016] Disponível em: <http://www.pt/archaeology/cape-verde/>.

⁴⁸ Fonte: Boletim Oficial de Cabo Verde, 13 de Setembro de 1995.

Histórico Nacional. A Comissão foi constituída por chefes de outros serviços, e sem mobilidade nem meios de efectuar um acompanhamento eficiente, veio a extinguir-se em menos de dois anos. Foram realizadas algumas reuniões sem resultados práticos efectivos, apesar de algumas figuras que souberem representar bem a nação e reduzir as perdas patrimoniais.

Uma das acções foi a contratação de pessoal para fiscalização dos trabalhos subaquáticos realizados na altura pelos Arqueonautas World Wide. A CAFPAS contratou três pessoas: Emanuel Charles D'Oliveira, José Évora, Carlos Rocha, que ao bordo da embarcação de apoio dos Arqueonautas World Wide (Southern Star), detectaram várias irregularidades realizadas pela empresa na execução dos trabalhos⁴⁹. Estes insatisfeitos com tal situação pediram medidas por parte da CAFPAS. Não se sabe a posição dos membros da CAFPAS perante tal assunto.

Facto é que em 1997, o governo de Cabo Verde e a empresa Arqueonautas World Wide, procederam à renegociação do contrato. Através de um documento registado e intitulado de Adenda nº 1 /97 "*Adenda do contrato com a Arqueonautas*", onde foi prorrogado o contrato de actuação da empresa até 31 de Dezembro do ano de 2001, com efeitos a partir de 31 de Agosto de 1998. O documento foi assinado pelo Secretário de Estado da Cultura de Cabo Verde, o arquitecto António Jorge Delgado, e por Nikolaus Graf Sandizell da parte da empresa. Incluindo também a renegociação de algumas cláusulas do anterior contrato⁵⁰.

Os trabalhos continuaram até 2002, nas mesmas condições acima referidas, sendo que a partir dessa data, não houve mais intervenções arqueológicas subaquáticas em Cabo Verde.

4.5.4. Após escavações subaquáticas (2002) até hoje

Durante as escavações, dirigida pela empresa Arqueonautas World Wide, havia duas equipas a actuar uma em mar e outra em terra. A equipa terrestre cuidava dos aspectos da administração das operações e a conservação dos artefactos. Faziam partes da equipa: um fotógrafo, um historiador, e conservadores (cabo-verdianos: José Lima, Carlos Lima e mais dois estudantes de conservação). Tinham dois historiadores na Europa (Espanha, França ou Inglaterra), que se dedicavam à consulta dos arquivos relativos a naufrágios decorridos nas águas cabo-verdianas.

⁴⁹ Fonte: Carta dos fiscais contratados pela CAFPAS, ao Secretário do Estado e da Cultura de 16 de Maio de 1996. Chegou à secretaria do estado da Cultura a 3 de Junho de 1996 (Nº Ref: 085/96)

⁵⁰ Fonte: Adenda do contrato com a Arqueonautas. Renegociação da cláusula 6 do contrato com a empresa Arqueonautas " 6. *Os encargos com a fiscalização, nomeadamente de despesas relativas ao pessoal e à aquisição e mobilização do equipamento de mergulho, serão suportados, a partir da data de assinatura da presente Adenda, por fundos com a mesma origem que os de exploração.*"

A equipa terrestre actuou até 2002, essencialmente na conservação das peças, segue-se a partilha de artefactos entre o Governo e a empresa Arqueonautas World Wide, e através da negociação entre ambos, opta-se pela permanência de inúmeros materiais em Cabo Verde, daí surgindo a ideia da criação de uma exposição permanente, aliás, associada a outra intenção desde há muito referida, a criação de um Museu da Marinha.

De facto, a ideia veio a materializar-se em Outubro de 2008, com a criação do Museu de Arqueologia da Praia, que alberga espólio que precisava de uma nova vida. O edifício escolhido para ser o Museu, foi construído em 1960 pelo brigadeiro português Lopes dos Santos e servia como Pousada, nos anos 80 e 90, funcionou como Centro Regional de Artesanato e a partir de 1998 a Arqueonautas utilizou o espaço para conservação das peças vindas das escavações subaquáticas (Informação oral facultada por José Lima – conservador do Museu de Arqueologia da Praia, que esteve integrado na equipa terrestre). O Centro de Restauo e Museologia foi criado em 1999, no local onde trabalhava a equipa formada por cabo-verdianos, ingleses, portugueses, espanhóis, especialistas em áreas como arqueologia, mergulho, conservação, fotografia e desenho.

O Museu de Arqueologia da Praia alberga um rico património, possui uma exposição permanente testemunho da diversidade cultural que frequentou o arquipélago em diversas épocas. É um museu visitável, pelo importante património que possui necessita de maior divulgação.

4.5.4.1. Leilão dos artefactos recuperados no decorrer das intervenções arqueológicas subaquáticas em Cabo Verde

Um dos aspectos que marcaram tanto a actuação da empresa Afrimar, como a da Arqueonautas, foi o leilão internacional de muitas peças recuperadas nas águas de Cabo Verde.

No decurso das intervenções da empresa Afrimar, muitos dos artefactos recuperados, foram leiloados. Antes do leilão, os artefactos foram levados à África do Sul para restauração e posteriormente para Holanda, onde decorreu o leilão⁵¹. De realçar que no

⁵¹ Os artefactos foram recuperados do mar, levados para África do sul, a fim de serem restaurados e de lá, prosseguiram para Holanda onde foram leiloados. Todo esse processo teve o aval do governo de Cabo Verde. Fontes:

- Informação/ proposta nº 29/ INAC/95 de 8 de Maio de 1995 - Autorização para envio de artefactos à África do Sul, para reconstituição e restauração.

- Carta de António Barbosa da Direcção Geral da Cultura ao Director Geral das Alfandegas (Gabinete da Sr. Ministra do Mar) a 18 de Julho de 1996 - pedido de autorização para exportação temporária dos artefactos para Holanda.

contrato de exploração da empresa Afrimar, nada obrigava Cabo Verde a vender os artefactos em leilão. A ideia de Leilão foi uma proposta da Afrimar que Cabo Verde aceitou, não sendo obrigação contratual. O contrato apenas afirmava que o produto das recolhas seria dividido 50% para cada uma das partes. Antes do leilão, a pretensão Cabo-verdiana consistia no restauro dos artefactos, conservação de algumas peças para constituírem um futuro museu, esperando que os artefactos enviados para a África do Sul fossem devolvidos a Cabo Verde. Os membros do Instituto Nacional da Cultura (INAC) escolheriam as peças de interesse cultural e o restante seria a posta à venda pela Afrimar, sendo que as peças únicas ficariam em Cabo Verde. No entanto em 1996, ambas as partes acordaram que o espólio seria leiloado e o resultado seria dividido entre elas sem que Cabo Verde guardasse parte do espólio recuperado.

Através de um relatório realizado pelos representantes de Cabo Verde no leilão, são nos dados a conhecer as circunstâncias deste. O relatório intitulado de *“I) Missão de serviço à Holanda: Leilão dos artefactos provenientes dos navios “Hartwell” e “Santo André”, naufragados nas costas da Boavista. II) outros: contactos com a arqueonautas em Amsterdão e em Lisboa”*, de 25 de Setembro de 1997⁵².

Nesta missão, participaram Mário Alberto Fonseca (presidente do INAC), António de Cassia Barbosa (Direcção Geral da Marinha e Portos), e Carlos Alberto de Carvalho (Técnico superior do INAC, arqueólogo), de 3 a 17 de setembros de 1997. O principal objectivo da missão era adquirir peças no leilão, para constituir espólio de um museu nacional, o que de facto aconteceu. O referido leilão aconteceu em Setembro de 1997 na Christie’s Amsterdão. Ou seja, a parte cabo Verdiana ainda conseguiu recuperar algumas peças.

A empresa Arqueonautas World Wide também realizou leilão de peças descobertas em Cabo Verde, integrando nestas o astrolábio português datado de 1645 (peça rara e de muito valor), a 84ª peça conhecida no mundo com a assinatura de: *“Nicolao Ruffo”*, mas a única com cobertura de prata. Foi vendido, em leilão, em Inglaterra, na Sotheby’s (Londres) no dia 19 de Dezembro de 2000, para The Mariner’s Museum of Newport News (Virgínia EUA), pela quantia de 110.000 libras. Todo o procedimento ocorreu dentro da legalidade, porque o contrato com a empresa permitia a comercialização dos artefactos recuperados. A peça saiu do país contra a posição dos técnicos nacionais, e sem o conhecimento do assessor ministerial, mas com o aval superior, para restauro. Os membros da empresa prometeram o imediato regresso, após estudos e análises feitos na Universidade de Oxford, no Departamento da Arqueologia Submarina, mas o astrolábio

⁵² Carta com o referido relatório em anexo, enviada da Ministra do Mar e Ministro da Educação, Ciência e Cultura ao Sr. Secretário de Estado da Cultura/ Palácio do Governo /Praia. Através da N/refª: 322/01.00/INAC/97, a 25 de Setembro de 1997.

nunca mais voltou a Cabo Verde. No Museu de Arqueologia da Praia há uma réplica da preciosa peça. O governo podia ter negociar a seu favor, mas não o fez.

4.5.5. Uma leitura de conjunto das intervenções arqueológicas subaquáticas em Cabo Verde

Na arqueologia subaquática em Cabo verde, destacam-se duas personalidades: Emanuel Charles D'Oliveira⁵³ e Petter Darracott. O primeiro, por acompanhar e participar desde o início nas operações subaquáticas, representando a parte cabo-verdiana. Desta experiência, surgiu o livro: "*Cabo Verde, na rota dos Naufrágios*" (2005), um compilado excelente de informação sobre o mar de Cabo Verde e seus naufrágios, e obra de referência para estudos e pesquisas a este nível. O segundo, por ter sido parte integrante da equipa que trabalhou em conjunto com o Departamento de Arqueologia Marinha da Universidade de Oxford, liderado pelo Professor Menson Bound, onde pôde ensinar aos estudantes locais técnicas de conservação marinha. Trabalhou em Cabo Verde, cerca de 10 anos, e descobriu alguns redutos de piratas no Norte da ilha do Maio⁵⁴.

No que diz respeito à actuação das duas empresas, pode-se dizer de uma forma geral que o país pouco beneficiou, na medida em que perdeu em muitos aspectos principalmente no que se refere à perda de muitos artefactos de inestimável valor histórico e arqueológico, que hoje podiam estar no país, desfrutados não só por cidadãos nacionais mas também por estrangeiro. As circunstâncias em que decorreram estas intervenções, nem sempre respeitaram os princípios básicos exigidos num procedimento arqueológico. Mas nem tudo o que aconteceu foi negativo. Os espólios recuperados, os que ficaram em Cabo Verde, encontram-se uma parte exposta e outra depositada nas reservas do Museu de Arqueologia da Praia.

Após essas intervenções, e pela experiência que Cabo Verde adquiriu com elas, tem-se notado, alguma postura diferente por parte tanto de entidades administrativas como de alguns populares, mas esse é um aspecto que precisa de maiores desenvolvimentos e aprofundamentos. Facto é que Cabo Verde continua a ser um paraíso para a arqueologia subaquática e este património deve ser conhecido, investigado e divulgado porque tem, para além do seu valor comercial, um significado histórico único.

⁵³ Emanuel Charles D'Oliveira - Fiscal do Governo de Cabo Verde no projecto de pesquisa arqueológica subaquática levados ao cabo pelas empresas Afrimar e Arqueonautas.

⁵⁴ Disponível em: <http://www.peterdarracott.co.uk/biography.html>

4.6. Outros dados sobre a arqueologia subaquática de Cabo Verde

Relativamente à Arqueologia subaquática de Cabo Verde, existem algumas informações pontuais a mencionar. Como casos de registos pontuais de alguns naufrágios e artefactos isolados num inventário português, ou casos de estudo de peças provenientes de naufrágios, sem intervenção arqueológica que decorreram nos mares de Cabo Verde, por profissionais também portugueses.

O primeiro refere-se concretamente a 12 registos, referentes a naufrágios e achados isolados, no Portal do Arqueólogo (DGPC-Portugal)⁵⁵. Dos 12 registos, 8 são naufrágios e 4 são achados isolados. Os registos de naufrágios foram feitos com base nas referências bibliográficas, relativas a estes (Tabela 5).

Nome (data)	CNS ⁵⁶	Localização	Descrição	Depositários
Armion 1715	32232	Cabo Verde	Referência bibliográfica sobre naufrágio de galeão francês na Ilha da Boavista ou na Ilha do Sal, pelas 11 horas da noite.	
Conceição 1624	29882	Ilha do Maio	Referência bibliográfica sobre naufrágio de galeão de 430 toneladas e 24 canhões, com 200 soldados e 100 artilheiros, por erro de navegação que esteve na origem do encalhe. O casco foi queimado. Artilharia salva, bem como muitos aprestos e parte da carga.	
Dromadaire 1762	32231	Ilha de S. Vicente	Referência bibliográfica sobre naufrágio de fusta francesa de 520 toneladas e com 20 canhões, na ponta Norte de S. Vicente.	
Gaston ou Gaston Caen 1851	32233	Ilha da Boavista	Referência bibliográfica sobre naufrágio de barca	
Hartwell 1787	30591	Ilha da Boavista	Navio de 950 toneladas. Revolta a bordo e encalhe numas rochas. Companhia das Índias inglesa enviou Braithwait com máquinas de imersão a Cabo Verde para recuperação da carga.	
L'indécis 1772	32235	Ilha do Maio	Referência bibliográfica sobre naufrágio de navio francês que bateu nos recifes da Ilha de Maio e perdeu os fundos. Tripulação salva. São mencionados trabalhos de recuperação da carga.	
Nossa Senhora da Glória 1752	29489	Cabo Verde	Referência bibliográfica sobre naufrágio de nau do Brasil, com tempestade e água aberta no porão, vindo em comboio para Lisboa. Salvos a gente e o tesouro,	

⁵⁵ [Consultado em Setembro 2016] Disponível em: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios>

⁵⁶ CNS (Código Nacional de Sítio).

			excepto 300 mil piastras de dois comerciantes espanhóis que vinham estabelecer-se na Europa.	
Ilha de Santiago 2	28493	Ilha de Santiago Espólio canhões de bronze (processo 1970/009)	Colubrinas e outras peças de bronze. Relacionável com a colecção de espólio proveniente do mesmo local e conservada no CPAS. O elemento de datação são as faianças portuguesas fabricadas em Lisboa no século XVII.	
Achados Isolados (Fortuitos)				
Baía das Gatas (Santiago cabo Verde) ⁵⁷	24042		Achado fortuito de um estribo de bronze. A presença de outros artefactos na mesma zona sugere um ou vários naufrágios	IPPAR
Astrolábio (Nicolau Ruffo, 1645)	23252	Ilha de Santiago	Astrolábio recamado de prata, assinado e datado (NICOLAO RVFFO, 1645). Recuperação ilegal de astrolábio por equipa da empresa "Arqueonautas" em sítio de naufrágio não identificado. É a 84ª peça conhecida no mundo com esta assinatura, mas a única com cobertura de prata. Foi adquirida em Londres, em leilão da Sotheby's, pelo Mariner's Museum, Virginia, EUA, pela quantia de 110.000 Libras.	The Mariner's Museum
Ilha de Boavista	24012	Ilha de Boavista	Achados fortuitos de moedas de ouro e prata e artefactos de bronze, associáveis a naufrágios portugueses.	
Ilha de Santiago 1	26024		Achado fortuito de "Jarra espanhola"	

Tabela 5 - Registo de naufrágios e achados isolados nos mares de Cabo Verde, no Portal do arqueólogo⁵⁸ (DGPC – Portugal; modificado por Nireide Tavares, 2016).

Para além deste registo no inventário, existem dois casos estudos de espólios subaquáticos recolhidos no país, que não provêm de escavação arqueológica.

O primeiro caso de estudo de artefactos que faziam parte da colecção pessoal de Domingos de Castro Gentil Soares⁵⁹, doados entre Fevereiro e Março de 2001, ao Gabinete de Arqueologia de Mafra (Portugal). Algumas destas peças foram expostas, na casa da Cultura D. Pedro V, em Abril do mesmo ano, na exposição: “*Memórias do mar de Soares Branco*”. Os artefactos foram estudados, e realizado um inventário com 24

⁵⁷ No inventário refere-se que Baía das Gatas localiza-se na ilha de Santiago, mas a localização da Baía das Gatas é na ilha de São Vicente.

⁵⁸ [Consultado em Novembro 2016] Disponível em:

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios>

⁵⁹ Domingos de Castro Gentil Soares (Mestre Soares Branco) – nascido a 20 de Dezembro de 1925. Professor jubilado na escola superior de belas artes de Lisboa. A paixão pelo mundo subaquático levou-o a varias paragens, como Cabo Verde, onde recuperou alguns artefactos.

registos, entre instrumentos das embarcações, materiais em chumbo, bronze, fragmento de tábuas (forro interior de embarcação), fivelas, elementos de espadas, conjunto de 14 manilhas em bronze, conjunto de correntes unidas em argolas, conjunto de balas de mosquete e faiança portuguesa. Do estudo, pôde-se concluir que espólio o doado apresenta duas cronologias distintas: época moderna (transição do séc. XVII para o séc. XVIII), e artefactos da época contemporânea, para além de artefactos aos quais não é possível atribuir uma cronologia, sem recursos a métodos de datação absoluta (MARTINHO, LOUREIRO, 2001, p. 261-282).

O segundo caso, o estudo de artefactos do naufrágio da Pota do Leme Velho (ilha do Sal). Na década de 1970, o CPAS, realizou várias missões nas colónias, com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério das Colónias. Em 1973 (entre Julho e Agosto), uma equipa dirigiu-se a Cabo Verde, concretamente à ilha do Sal, com o objectivo do registo e amostragem de fauna e flora marítima local. Um dos integrantes da equipa, também mergulhador profissional sr. António Gil mergulhava na Ponta do Leme Velho, com o objectivo de recuperar a carga de um navio moderno afundado, que levou consigo fios de cobre utilizados nas telecomunicações. A carga estava a uma profundidade de 10m. Apareceram muitas cerâmicas e outros membros da CPAS foram chamados ao sítio, e deram continuidades aos trabalhos de recuperação. Desde logo, aperceberam da importância histórica e arqueológica dos achados, estes foram dessalinizados, e registados num inventário da época. Os achados pareciam ser parte de um navio de carga do séc. XVII, recuperados no local exacto onde o navio do século XX também naufragou. Os materiais recuperados ficaram sob a guarda do CPAS, até 2008, altura em que em colaboração com Tânia Casimiro, Mário Varela Gomes e Joana Gonçalves do Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa, analisaram o conjunto, no contexto do comércio marítimo dos finais do Séc. XVII. Este achado, constitui um caso excepcional, porque o navio não foi escavado, apenas recuperaram os materiais sem registo científico adequado. Assim, os pesquisadores viram-se obrigados, no estudo, a divisão em três categorias de tipo material básico: cerâmica, metal e vidro. Segundo os autores, a colecção recuperada a partir da Ponta do Leme Velho pode ser datada entre 1680 e 1700. Esta cronologia é baseada em artefactos característicos da época (GOMES, *et al* 2012, 100 p.; GOMES, *et al* 2014, p.160-172).

4.7. Naufrágios em Cabo Verde com intervenção arqueológica

4.7.1. Naufrágios com intervenções arqueológicas (embarcações)

Em Cabo Verde é extensa a lista de naufrágios, de várias nacionalidades, tipologias, cronologias e destinos. As descrições que aqui se apresentam são referentes a naufrágios com intervenção arqueológica (Tabela 6). O cenário arqueológico subaquático no país atraiu várias entidades que mostraram interesse em explorar os destroços como foi atrás referido. Relativamente às intervenções arqueológicas subaquáticas propriamente ditas, foram realizadas por duas empresas estrangeiras a Afrimar e a Arqueonautas World Wide.

A Afrimar, empresa sul-africana, desenvolveu os seus trabalhos de exploração entre 1993 e 1996, escavaram três destroços na ilha de Boavista: Hartwell, Santo André e Leijmuiden. A arqueonautas World Wide, empresa portuguesa, teve mais tempo de actuação, nomeadamente 7 anos, entre Agosto de 1995 e Dezembro de 2002. Estes identificaram muitos naufrágios por todo país, e exploraram vários deles, nomeadamente: Ancoradouro de Cidade Velha, Hartweel, Princess Louisa, Yorktown, Naufrágio de São Francisco, Ernest Schimmelmann, Dromadaire, Naufrágio de Varandinha, Guadalupe IV, Leijmuden, Urania, Lady Burgess, Santo André, para além de outros trabalhos pontuais, como os casos dos navios Southland e do Missiouri.

Seguidamente apresenta-se, uma breve descrição e caracterização destes naufrágios intervencionados, para uma melhor compreensão deste trabalho. Toda a informação, aqui apresentada, foi baseada em duas fontes principais, complementadas com outras referências históricas relativas a estes naufrágios específicos. Em primeiro lugar, o livro de Emanuel Charles D'Oliveira: “ *Cabo Verde na rota dos naufrágios*” e informações do Catálogo do Museu de Arqueologia da Praia, todas devidamente referenciadas. Note-se, que algumas informações recolhidas as vezes do mesmo naufrágio, são diferentes e outras até mesmo contraditórias. No caso, optou-se por enunciar as duas versões.

Século	Nome da embarcação	Tipo de embarcação	Nacionalidade	Peso / Capacidade e armação	Procedência e Destino	Data do naufrágio	Local do Naufrágio	Perdas humanas	Data da escavação
Séc. XVII	Vários*	Vários*	Vários*		Vários*	Vários*	Ilha de Santiago (ancoradouro da Cidade Velha)	74	
	Naufrágio de São Francisco	Navio comercial	Portuguesa?	(?)	Portugal para Gâmbia?	Aprox. 1650	Ilha de Santiago (Costa ocidental)	(?)	1999
Séc.	Princess Louisa	Navio	Inglesa	498 Toneladas e 30 canhões montados	Inglaterra para Pérsia (irã) e Bombay (Índia)	18 de Abril de 1743	Ilha do Maio (norte da ilha)	(?)	1998/1999
XVIII	Le Dromadaire	Fragata	Francesa	520 toneladas e 20 canhões	França para Ilhas Maurícias	19 de Fevereiro de 1762	ilha de São Vicente	77	1996
	Leijmuden	Navio	Holandesa	1150 toneladas	Holanda para Ceilão (Sri Lanka)	25 de Janeiro de 1770	Ilha de Boavista (nordeste da ilha - Cabeça de Rinfona)	nenhuma	1996
	Earl Ernest Schimmelmann	Navio	Dinamarquesa	1400 toneladas	Dinamarca para China	24 de Abril de 1781	Ilha do Maio (Ponta do Galeão)	nenhuma	1999
	Hartwell	Fragata	Inglesa	938 toneladas e 24 peças de artilharia	Inglaterra para China	24 de Maio de 1787	Ilha de Boavista (nordeste da ilha, sítio que ficou conhecido por hartwell Reef)	nenhuma	1996
	Lady Burgess	Navio	Inglesa	820 toneladas e entre 26 ou 30 ou canhões montados	Inglaterra para Índia (Madras e Bengala)	19 ou 20 de Abril de 1805	Entre a ilha de Boavista e a Ilha do Maio, na Baixa de João Leitão	34 ou 66 (?)	1999
	Urania	Fragata	Portuguesa	36 peças de artilharia (reforçada posteriormente)	Portugal para Brasil (Rio de Janeiro)	5 de Fevereiro de 1809	Ilha de Santiago (Sul do Ilhéu de Santa Maria)	(?)	
Séc. XIX	USS York Town	Navio /corevete anti negroiro	Norte Americana	566 toneladas	EUA para Costa ocidental de África	6 de setembro de 1850	ilha do Maio (norte)	nenhuma	1999
	Santo André	Galera	Espanhola	(?)	(?)	25 de julho de 1856	Ilha de Boavista (Junto ao ilhéu Holandês)	(?)	
	Guadalupe IV	Galera	Espanhola	(?)	Espanha para Buenos Aires e Montevideo	21 de Novembro de 1865	Ilha da Brava (perto de um dos ilhéus)	52	2001
	Naufrágio de Varandinha	Brigue	Austriaca	(?)	Marselha	27 de Fevereiro 1881	Ilha de Boavista - Ponta da Varandinha	(?)	2000

Tabela 6 - Síntese dos naufrágios escavados em Cabo Verde (Fontes: D'Oliveira, 2005, 163p; Catálogo do Museu de Arqueologia da Praia, 2011).

4.7.1.1. Cidade Velha (Ribeira Grande - Ilha de Santiago) – o Ancoradouro

O ancoradouro da Cidade Velha constitui um caso de estudo particular, porque ali não se encontra apenas um naufrágio ao qual possa aferir uma cronologia específica, mas no sítio é possível identificar destroços de muitos navios e outras embarcações de diferentes origens, destinos e cronologias, entre 1500 e 1750 (Catálogo, 2011, p. 24). Este facto deve-se a antiga relevância da cidade no mundo atlântico. Uma passagem curiosa, que envolveu o porto e a cidade, data de 1586, retrato de um ataque seguido de pilhagem levado a cabo por Francis Drake. Este junto com os companheiros, após terem atacado e pilhado a cidade, apossaram de 7 caravelas portuguesas que estavam escaladas no porto, saquearam e afundaram – as (BALENO, 1995, p. 129). Provavelmente, no ancoradouro verificam-se destroços dessas caravelas específicas, para além de outras. Foi possível dali recuperar, através das escavações subaquáticas e achados fortuitos, muitos artefactos: âncoras, ânforas, canhões, manilhas de bronze, cerâmicas, crucifixos, objectos metálicos, etc, artefactos testemunhos da ligação, principalmente comercial da Cidade com o mundo, e artefactos relacionados com a escravatura e processo de ladinização de escravos.

4.7.1.2. Naufrágio de São Francisco (Aprox. 1650)

O naufrágio de São Francisco, assim chamado devido a zona onde encalhou a embarcação, perto de São Francisco no sudoeste da ilha de Santiago, é um naufrágio, cujo nome, origem, peso e capacidade da embarcação são desconhecidos, sabe-se apenas que é um navio comercial do séc. XVII, que tinha como rota a costa ocidental africana, e que a data do naufrágio terá sido por volta de 1650 (Catálogo, 2011, p.12). Emanuel D'Oliveira, no seu livro (2005, p. 16), apresenta a descrição de um naufrágio, na mesma zona e com cronologia aproximada. Este descreve-o como sendo uma nau portuguesa, que pertencia a Roque de Barros Rego, um governador das ilhas. A nau teria naufragado em 1648 ou 1650, por se ter perdido durante um grande temporal, no porto da Praia para seguir viagem a Gâmbia, onde ia comprar escravos. Estaria armada com 12 peças de artilharia e era comandada por António Roiz, que estava preparado para seguir viagem com alguns soldados, e que traziam consigo prata para o negócio de escravos. Em Novembro de 1999, deu-se a descoberta oficial de vestígios de um naufrágio na área, com a idade próxima da data do naufrágio de S. Francisco. A escavação deste naufrágio forneceu um dos mais valiosos artefactos, até agora conseguido nas explorações subaquáticas em Cabo Verde: o astrolábio português de 1645, em que é possível ver a inscrição do nome do seu fabricante: "*Nicolao Ruffo*". Peça rara, por possuir uma cobertura em prata, dando-lhe um refinamento, que só poderia ser adquirido por membros de elite.

Infelizmente foi vendido em leilão como tinha dito anteriormente, sendo que, no país é possível ver apenas uma réplica deste, no Museu de Arqueologia da Praia.

4.7.1.3. Princess Louisa (1743)

O navio de nome Princess Louisa foi projectado para fazer parte da Companhia da Índia Oriental Britânica. Carregava tecidos, munições, 820 marfins ou 822 defesas de elefante⁶⁰, e 20 caixas de moedas espanholas de prata, 4521 barras de ferro, 752 barras de chumbo, 1977 kg de moedas de prata para diferentes negócios, 60000 moedas ao todo. Portanto, com este naufrágio perdeu-se um rico carregamento. Os destroços do naufrágio foram identificados em 1998, pelos Arqueonautas, sendo que em 1999, deu-se o início ao seu resgate.

4.7.1.4. Dromadaire (1762)

Dromadaire, uma fragata francesa, de fabrico sueco, foi construída em Nantes em 1758. Tinha 520 toneladas, estava defendida por 20 canhões de seis libras de calibre. Por causa de uma bruma seca, comum na área onde encalhou (São Vicente) tornou-se impossível o uso dos instrumentos para determinar a sua localização exacta. Nesse caso específico, os mapas utilizados apresentavam distâncias diferentes entre as ilhas. Constatou-se que para além de calcularem mal a distância, a condição do ar que estava muito baço, dificultou a circulação e levou ao encalhe. Relativamente às duas fontes bibliográficas principais consultadas, verificam-se algumas informações contraditórias. Apesar de ambos relatarem a presença de 154 pessoas no navio, E. D'Oliveira fala em 59 perdas humanas, e que dois dos sobreviventes relataram que um barco holandês, a caminho do Cabo da Boa Esperança, salvou parte da tripulação. Segundo o Catálogo do museu, houve 77 perdas humanas, ao mesmo tempo relata que um navio holandês salvou 77 pessoas, a soma desses números, dá um total de 154, igual ao número de pessoas registadas no navio durante a viagem.

4.7.1.5. Leijmuden (1770)

Leijmuden pertencia a Câmara de Amsterdão, era capitaneado por Jan Hermanus Kingsbergen, e pelo navegador Beren Wedelink, partiu de Texel com destino à Ceilão. Encalhou no Nordeste da ilha de Boavista. Transportava 250.000 guilders, registava um valor de 259.940 fl em espécies, sendo que, 213.785 fl em 37 barras de ouro divididas em três cofres. Na altura foram recuperadas 16 barras de ouro e 3 outros pedaços. Este

⁶⁰ Presa de elefante (elefantes de savana)

acontecimento foi relatado ao Rei pelo governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo. Os destroços do referido navio foram escavados pela empresa sul-africana: Afrimar, após ter recebido autorização para tal.

4.7.1.6. Earl Ernest Schimmelmann (1781)

Earl Ernest Schimmelmann partiu de Dinamarca com destino à China, encalhou a 24 de Abril no Norte da ilha do Maio. Os bens recuperados do destroço de Earl Ernest Schimmelmann, no ano seguinte ao naufrágio foram inventariados, entregues ao comandante Sr. Riersen, e posteriormente leiloados.

Um facto interessante associado a este naufrágio relata que Frei Francisco, Bispo de Cabo Verde, comprou a madeira do navio ao feitor da Fazenda Real para construir instalações na paróquia da ilha do Maio. O espólio recuperado da escavação do navio era diverso, destaque para 24 pequenos canhões de sinalização (53 cm de comprimento aproximadamente), abundante quantidade de Plate Money⁶¹, sendo Cabo Verde, um dos poucos países que possuem uma colecção tão rica deste.

4.7.1.7. Hartweel (1787)

Hartwell o mais famoso e referenciado, naufrágio nas águas cabo-verdianas, pertencia a Companhia da Índia Oriental Inglesa. Partiu de Inglaterra com destino à China para uma viagem de negócios, capitaneado por E. Fiotter. O navio Hartweel era o maior navio do seu tipo ao serviço da Companhia Inglesa da Índia Oriental. A sua viagem inaugural para China em Fevereiro de 1787 foi muito celebrada, partindo com um rico carregamento. Transportava 25 cofres com moeda de prata, 77 barris de chumbo, 5.933 quilos de prata pura, 24 blocos de estanho, muito sílex e objectos pessoais para comércio (relógios, joias, etc), tecidos. Com um registo de 128 pessoas a bordo. O acidente aconteceu depois de um motim ao bordo quando o capitão E. Fiotter aproxima-se da ilha para entregar os amotinados às autoridades, o navio encalha devido à indisciplina e desatenções da tripulação. É de referir que os motins nos barcos ingleses eram frequentes, devido à rigidez e à disciplina que era mantido no bordo e a violência com que eram tratados os contraventores. Durante os 4 anos seguintes ao naufrágio, mergulhadores experientes estiveram no local enviados pela companhia seguradora de Hartwell, parte do tesouro foi recuperado em duas expedições. Entre 1993 a 1996, as empresas Afrimar e Arqueonautas W.W., resgataram centenas de objectos do naufrágio.

⁶¹ Plate Money (moedas suecas) – Chapas de cobre, cunhadas entre 1644 e 1759, foram emitidas por causa da escassez de prata, na Suécia. São as moedas com maiores dimensões conhecidas no mundo. Oficialmente são denominadas de Daler.

4.7.1.8. Lady Burgess (1805)

Lady Burgess, navio inglês, capitaneado por Archibald Switon, saiu de Inglaterra com destino à Índia, tendo encalhado na Baixa de João Leitão/ João Valente entre as ilhas de Boavista e Maio. Foi intervencionado arqueologicamente pela empresa Arqueonautas. Este naufrágio forneceu interessantes peças ao Museu de Arqueologia da Praia: espada, moedas em ouro e em prata com particular destaque para as moedas da Índia que são difíceis de encontrar em destroços no mundo ocidental, chumbo, utensílios utilizados na confecção de remédios pertencentes aos cirurgiões de bordos, peças de mosquete, placa de identificação de bagagem, garrafas com conteúdos. No sítio foi identificado ossos humanos e mesmo um esqueleto completo.

As informações provenientes das duas fontes consultadas são também diferentes, acerca deste naufrágio. Segundo D'Oliveira, houve 34 perdas humanas, o navio estava armado com 26 canhões, e que o naufrágio ocorreu em 19 de Abril de 1805, enquanto, o Catálogo do Museu, relata 66 perdas humanas, que o navio possuía 30 canhões, e que o naufrágio ocorreu em 20 de Abril de 1806. Estes dados apesar de serem diferentes, apresentam ao mesmo tempo, algumas proximidades numéricas e cronológicas.

4.7.1.9. Urania (1809)

O navio Urania transportava emigrantes, havendo alguns indícios de que integrava a frota real com elementos da corte portuguesa em fuga para o Brasil, provocado pela invasão napoleónica, uma vez que a família real (D. Maria I e príncipe regente D. João) havia passado, por Cabo Verde, pouco antes. Segundo Senna Barcellos (1899, p.187) “ ... no dia 5 de Fevereiro de 1809, pelas três horas da tarde, fundearam na Praia a fragata urania sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra Francisco António da Silva Pacheco, o destemido (brigue), Almirante Nelson, Alegria constante e Pombinha. Estes navios destinavam-se ao Rio de Janeiro, levando para ali emigrantes...” O navio podia estar ao serviço da corte, sem trazer os seus elementos (rainha e príncipe), tendo a sua carga sido recolhida na totalidade.

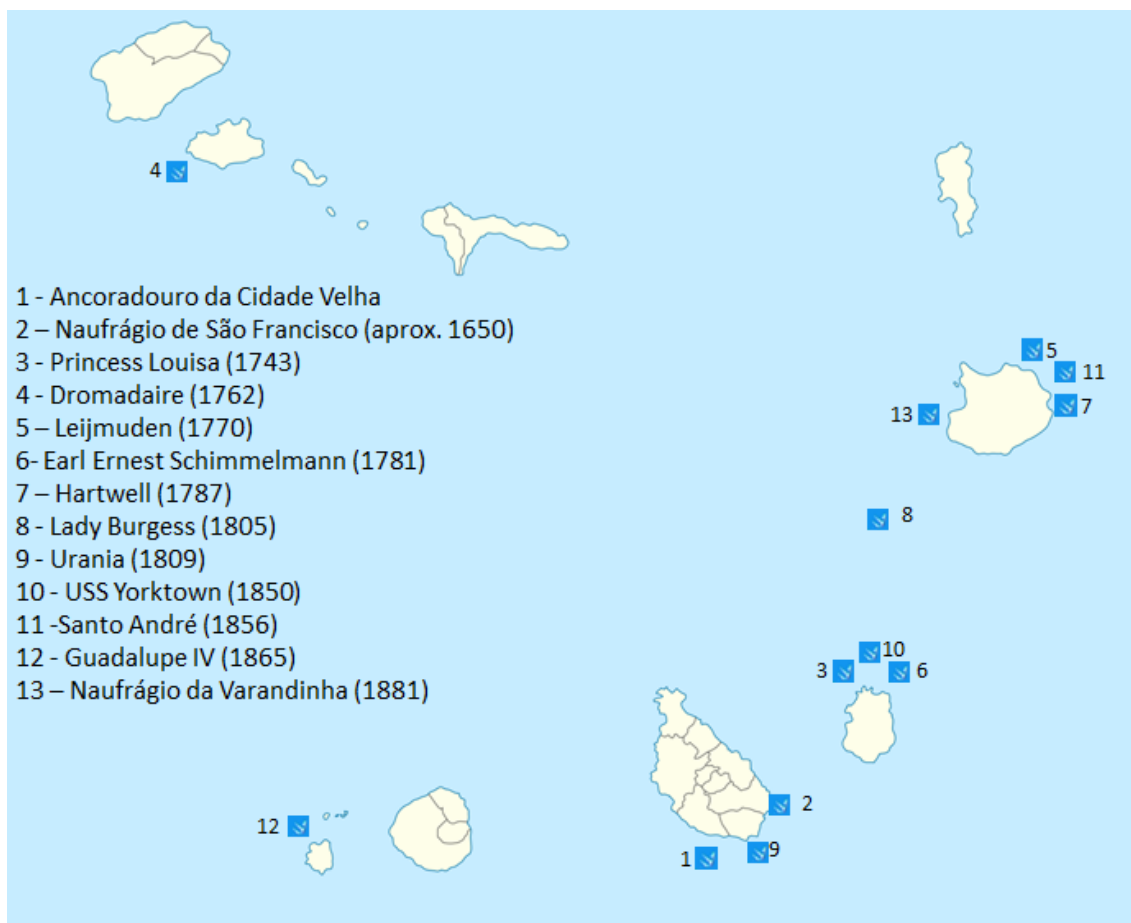


Fig. 4 - Distribuição aproximada dos naufrágios intervencionados arqueologicamente em Cabo Verde (Nireide Tavares, 2016).

4.7.1.10. USS York Town

USS Yorktown, uma corveta da armada norte- americana anti-tráfico de escravos. A 6 de Setembro de 1850 bateu com o fundo no norte da ilha do Maio, numa baixa que não estava assinalada na carta, note-se que apesar do naufrágio ter sido muito violento, não houve perdas humanas. No resgate do naufrágio em 1999, pela empresa Arqueonautas W. W., identificaram poucas moedas, que são muito diferentes entre si.

4.7.1.11. Santo André

Santo André, navio comercial, com um grande carregamento de moedas e bebidas, tudo leva crer, que se trata de uma embarcação luxuosa, evidenciada pelos artefactos luxuosos identificados no naufrágio: restos de mosaico, cerâmicas finas, talheres, louça, armas, etc. Sobre o naufrágio há relatos históricos transmitidos por gerações anteriores, e ainda contado pela população local, de que o navio transportava um leão de ouro, mas este nunca foi encontrado.

4.7.1.12. Guadalupe IV

O naufrágio do navio espanhol Guadalupe IV, em 1865 aconteceu, devido a dois motivos: o primeiro, o longo tempo de uso da embarcação, que na altura apresentava já muitos estragos acrescentando-se o facto de dias antes de naufragar ter enfrentado uma tempestade, tendo perdido o bote salva-vidas que estava cheio de víveres; soma-se depois o erro técnico de cálculo de navegação e localização exacta. Sobre este naufrágio, Senna Barcellos (1899, p. 246), relata que o navio estava tripulado por 24 homens, conduzindo 181 passageiros, com carregamento de vinho e muitos outros artigos. Neste acidente morreram 52 pessoas. Uma história interessante ligada ao naufrágio de Guadalupe IV tem a ver com a associação da origem galega do poeta Cabo-verdiano Eugénio Tavares⁶². Segundo esta história, o poeta teria sido um dos sobreviventes do naufrágio, e que posteriormente foi adoptado por uma família da ilha da Brava, mas isso tudo são relatos que carecem de confirmações credíveis.

4.7.1.13. Naufrágio da Varandinha

O naufrágio da Varandinha ainda é um enigma. Atribuiu-se-lhe esse nome devido ao local onde está depositado, a zona de Varandinha, na costa Oriental da ilha da Boavista. Crê-se que naufragou por volta de 1850, e que é um navio comercial da Companhia da Índia Oriental Inglesa. As demais características identificativas são ainda desconhecidas.

4.7.2. Uma leitura de conjunto

Esta descrição é apenas um retrato breve dos destroços intervencionados arqueologicamente entre os anos 90 e 2000. Mas há que se referir que vários foram os navios naufragados identificados que ainda não foram objectos de qualquer escavação arqueológica. As pesquisas arqueológicas subaquáticas realizadas em Cabo Verde, resultaram na aquisição de uma enorme quantidade de artefactos arqueológicos dos navios. Artefactos de diversas nacionalidades, cronologias, tipologias. Para além destes, existem muitos achados fortuitos relatados por populares. Concretamente foram recolhidas e restauradas e registadas mais de 20.000 peças, sem contar com mais de 80.000 moedas de prata, e mais de duas centenas de moedas de ouro e algumas peças raras.

Esta síntese permite por isso antever o potencial que o património cabo-verdiano possui e que a investigação futura deve conhecer, divulgar e preservar.

⁶² Eugénio de Paula Tavares – poeta, jornalista e compositor natural da ilha da Brava (Cabo Verde).

5. Património arqueológico de Cabo Verde uma proposta de inventário

A proposta de inventário que aqui se apresenta tem por base, como referido, a catalogação de sítios terrestres com intervenção arqueológica, incluindo por isso todos os sítios identificados ao nível do solo e subsolo, no âmbito de trabalhos arqueológicos-escavações, sondagens, e levantamentos através de prospecções.

A necessidade e importância da reunião, num único suporte de todos os dados dos trabalhos e sítios arqueológicos no país e das bibliografias a elas referentes, estão na base do inventário construído. Deste modo, procedeu-se à recolha e reunião da bibliografia e inventariação dos dados disponíveis que se encontravam dispersos. Para este trabalho, não foram realizadas prospecções em busca de novos sítios, por não ser um propósito neste primeiro momento, tendo-se focado essencialmente nos itens acima enunciados, como um ponto de partida. A partir da recolha e análise, incluíram- os dados numa base de dados, para que sirva como mais uma ferramenta, na gestão e valorização do património arqueológico nacional. Desenvolver um SIG para trabalhos futuros é objectivo da autora.

5.1. Metodologia de Inventário

A elaboração do presente inventário resultou da adopção de um conjunto de procedimentos metodológicos que se complementam, envolvendo uma componente de trabalho de gabinete e uma componente de trabalho de campo. O trabalho de gabinete representa o grosso dos trabalhos realizados, sendo menor nesta etapa o trabalho de campo que apenas se visitou uma parte dos sítios descrevendo-os no seu estado actual.

Sendo assim, procedeu-se à recolha, catalogação e organização de todos os dados disponíveis acerca dos sítios intervencionados arqueologicamente: relatórios, plantas, fotografias, publicações, etc., para além da análise da documentação histórica existente. A cartografia de referência utilizada: Carta Militar de Portugal, Serviços Cartográficos do Exército – Província de Cabo Verde (1:25000).

Esta compilação dos dados disponíveis referentes aos sítios intervencionados é exaustiva, mas é também um trabalho que urgia na medida em que, estes encontravam-se dispersos. Futuramente espera-se que no momento de novas pesquisas e investigações, seja mais fácil a gestão da informação disponível, já sistematizada.

5.1.1. Ficha de sítios e base de dados

Para a recolha dos dados, que caracterizam os sítios, foi necessário a utilização de um conjunto de critérios descritivos, que garanta a recolha do máximo de informação dos sítios a serem inventariados. Cada sítio foi descrito segundo a ficha de sítio. Nesta priorizou-se a inclusão de critérios e termos pré-definidos. Os critérios que se baseiam de uma forma geral, na base de dados do Endovélico (DGPC - Portugal), acrescido de outros critérios que melhor adaptam-se ao caso de Cabo Verde. Desse modo, comporta 15 elementos descritivos, dos quais passo a descrever seguidamente:

Número de inventário: código alfanumérico atribuído a cada sítio, identificando-o no inventário. O código abrange a conjugação de três factores: IA – Inventário Arqueológico de Cabo Verde (nome do inventário) + Sigla da ilha à qual o sítio pertence + Número (numeração de 1 a n). As siglas das ilhas correspondem às iniciais dos seus nomes. Assim: Santo Antão (SA); São Vicente (SV); Santa Luzia (SL); SN (São Nicolau) Sal (SAL); Boavista (BOA); Maio (MAI); Santiago (ST); Fogo (FO); Brava (BR).

Ex: IA ST 007 (Inventário Arqueológico de Cabo Verde, ilha de Santiago, sítio nº7).

Existem alguns casos de sítios com a individualização de sectores, os quais justificaram uma descrição particular. Estes terão o mesmo número de inventário do sítio a que pertencem, mas com o elemento de diferenciação enunciado por uma letra minúscula, ordenada por ordem alfabética.

Ex: IA ST 007 (a) - (Inventário arqueológico de Cabo Verde, ilha de Santiago, sítio nº 7, sector a).

Nome do Sítio: a denominação pelo qual o sítio é conhecido localmente, consagrada por tradição popular (o topónimo do sítio) afigurada na carta topográfica, recurso para sítios sem designação específica ao micro topónimo mais próximo.

Localização: a indicação da localização geográfica do sítio. Em primeiro lugar, a indicação da ilha, concelho, freguesia e lugar. Em alguns casos, foi utilizado a descrição da localização em relação a alguns pontos de referências visíveis na paisagem.

Coordenadas geográficas: latitudes, longitudes e altitude do sítio. As coordenadas aqui apresentadas, são aproximadas e foram obtidas através do Google Earth. Altitudes também aproximadas, a partir das curvas de nível das Cartas Militares (Carta militar de Portugal/ Serviços Cartográficos do Exército – Província de Cabo Verde – Folhas: 10, 23, 30, 56, 58; 1/25000).

Informação ou comentário Histórico: principais dados sobre o sítio, descritos nas fontes históricas (caso aplicável).

Descrição: descrição das características físicas do sítio.

Tipo de sítio: categoria tipológica a que o sítio pertence. Para este campo descritivo, foram criadas algumas categorias genéricas e dentro destas, várias subcategorias ou tipos específicos:

- Estruturas religiosas (construções de cariz religiosas como igrejas, capelas, ermidas, seminários, conventos, etc.);
- Estruturas domésticas e de habitat (estruturas relacionadas com ambientes domésticos: casas, espaços domésticos, abrigos, acampamentos);
- Estruturas fabris/productivas (estruturas e vestígios de produção fabril, produção doméstica: extração, transformação de matérias primas);
- Estruturas militares e defensivas (construções de carácter militar: fortes, fortalezas, paióis, quartéis. Construções edificadas para protecção de elementos naturais ou outros);
- Estruturas comerciais (estruturas ligadas ao comércio e à actividade portuária);
- Indeterminado (Quando não é possível classificar em qualquer das categorias anteriores);
- Concentração de materiais (Quando existem, no terreno, fragmentos cerâmicos ou outros não visivelmente associadas a estruturas construídas).

Cronologia: o período cronológico a que o sítio pertence. Neste ponto, seguiu-se a periodização tradicional que subdivide o tempo histórico. As cronologias aqui utilizadas, essencialmente são cronologias fornecidas a partir de dados das fontes escritas. Sendo assim, foi considerada os períodos históricos a partir do séc. XV, época da descoberta das ilhas de Cabo Verde:

- Período moderno (2ª metade do séc. XV a séc. XVIII);
- Período Contemporâneo (finais do séc. XVIII até os dias de hoje);
- Indeterminado: sempre que não é possível identificar a época, embora com vestígios de reconhecida antiguidade (anterior ao séc. XX).

Intervenções arqueológicas: indicação da (s) intervenção arqueológica (s) realizada (s) nos sítios, com as datas e os responsáveis. Neste ponto, indicou-se primeiro a data, autor, o projecto de investigação ou instituição responsável dos projectos.

Conservação: estado de conservação actual dos sítios. Sobre esse ponto, sabe-se que uma das principais dificuldades em preencher este critério relaciona-se com a subjectividade do que se pode considerar, ou classificar como estado de conservação. Assim, criaram-se alguns critérios:

- Bom (Quando o sítio não apresenta grandes danos, o solo/subsolo, aparenta conservar-se ainda relativamente preservado, podendo ainda fornecer bastante informação efectiva através de uma escavação cientificamente orientada).
- Razoável (Quando o sítio apresenta alguns elementos destruídos, mas passível ser objecto de uma caracterização efectiva).
- Medíocre (quando embora abandonado, é ainda possível distinguir alguns dos seus traços fundamentais).
- Mau (Quando o sítio se encontra abandonado, com muitos elementos destruídos, sendo quase impossível a sua identificação).
- Indeterminado ou destruído (Quando apresenta um grau elevado de destruição, o que impossibilita uma caracterização efectiva).

Ameaças: as possíveis causas e agentes de deterioração do sítio. Ameaças provenientes das forças da natureza e ameaças provenientes da acção humana voluntária ou não.

Medidas e propostas de intervenção/conservação e divulgação: indicação de algumas medidas consideradas convenientes para a conservação, salvaguarda e divulgação do sítio.

Bibliografia: principal bibliografia e referências sobre o sítio (bibliografia histórica e arqueológica) utilizou-se uma “chave” ou referência bibliográfica por apelido do (s) autor (es), seguido da data da publicação e indicação de página (s) onde se dá a referência ao sítio arqueológico a que se refere a ficha. Esta chave é descodificada na lista bibliográfica geral, que se encontra alfabeticamente ordenada.

Observação: algum aspecto importante a acrescentar, ou dado a que complementarão as informações acima descritas. Neste espaço incluíram-se outras indicações consideradas pertinentes sobre o sítio em referência, ou aspectos completos que não tinham lugar nos restantes campos da ficha.

Documentação cartográfica: cartografia de referência.

Documentação fotográfica: Registo fotográfico do sítio.

No inventário não se descreveu a cobertura vegetal dos sítios, tendo em conta que, no país, a cobertura vegetal depende da estação do ano. Na época das águas, é comum os sítios encontrarem-se cobertos por vegetação rasteira. No período das secas, geralmente, encontram-se sem cobertura vegetal, a não ser pequenos arbustos e plantaçaõ seca. Excepto, para os de sítios que estão implantados em terrenos, onde se praticam agricultura de regadio e em que a cobertura vegetal é densa durante quase todo o ano.

A base de dados com a informação dos sítios foi realizada numa folha de Excel, esta comporta os mesmos critérios da ficha de inventário. A base de dados foi realizada numa plataforma digital simples, mas pode vir a ser desenvolvida sob uma nova plataforma digital mais dinâmica, e disponibilizada posteriormente para o uso de diferentes instituições e públicos.

5.2. Leitura e análise do inventário – Uma proposta inicial

No presente inventário apresentado no volume II da tese, foram catalogados um total de 41 sítios arqueológicos, escavados em quatro ilhas: Santiago, São Vicente, São Nicolau e Boavista (Fig.4). Destes, existem quatro casos particulares, em que foram individualizados os seus sectores atribuindo-se-lhes o mesmo número do inventário dos sítios aos quais pertencem, mas, individualizados por letras minúsculas e organizadas por ordem alfabética. Caso da Sé Catedral (IAST 001), com um sector; da Fortaleza Real de São Filipe (IAST 002), com seis sectores; do Convento de São Francisco (IAST 003), com dois sectores, e do Sítio IX (IAST 0012), com dois sectores individualizados.

Deste modo, abrangendo os sectores individualizados, temos um registo de 52 entradas no inventário: 41 sítios e 11 sectores. As percentagens seguintes foram realizadas incluindo os dados de sectores individualizados.

No que diz respeito, à geografia das investigações arqueológicas em Cabo Verde como pode observar-se na fig. 5, a maior parte das investigações arqueológicas decorreram na ilha de Santiago. Cerca de 90% do total, que por sua vez, decorreram na sua maioria na Ribeira Grande (Cidade Velha), quer como trabalhos preparatórios do dossier, quer como resultado da classificação do sítio como Património da Unesco em 2009.

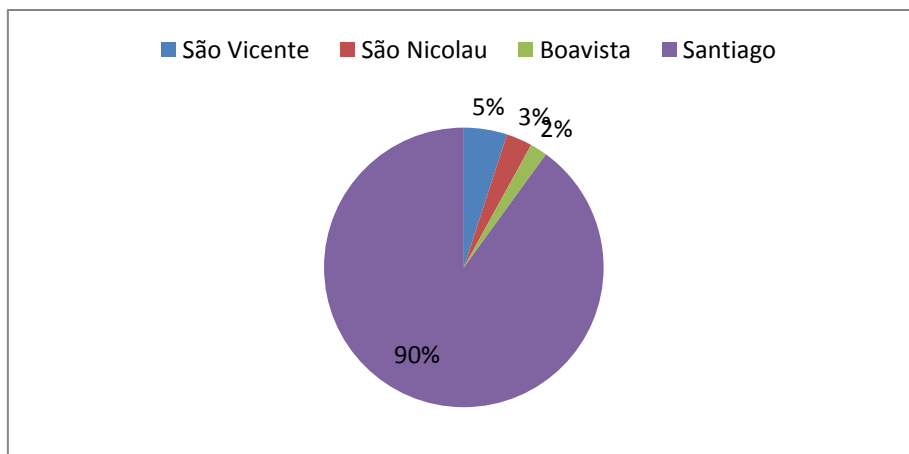


Fig. 5 – Distribuição dos sítios inventariados por ilhas.

De todas as intervenções na ilha, existem apenas dois casos fora da Cidade Velha: uma na Zona de Baía (antiga Alcatrazes – Cidade de São Domingos), e outra na Zona da Trindade (Cidade da Praia).

Nas outras ilhas, as intervenções realizadas constituem situações pontuais em monumentos, como o caso da ilha de Boavista e São Nicolau, em que registam cada uma, um sítio intervencionado, o primeiro no Forte Duque de Bragança (IABOA 041) e o segundo no Forte da Preguiça/ Forte do Príncipe Real (IASN 040), ambos representam 5% de sítios intervencionados. Para ilha de São Vicente, com 5% das intervenções, estas foram efectuadas em dois achados fortuitos no litoral, os concheiros de Salamansa (IASV 038), e João D'Évora (IASV 039), únicos concheiros conhecidos até a data no país.

5.2.1. Tipologia dos sítios inventariados

Dos sítios incluídos no inventário, várias são as tipologias identificadas, com destaque para edifícios de arquitecturas religiosas, domésticas e de habitats, militares e defensivos na medida que estas representam a quase totalidade do conjunto (Fig. 6).

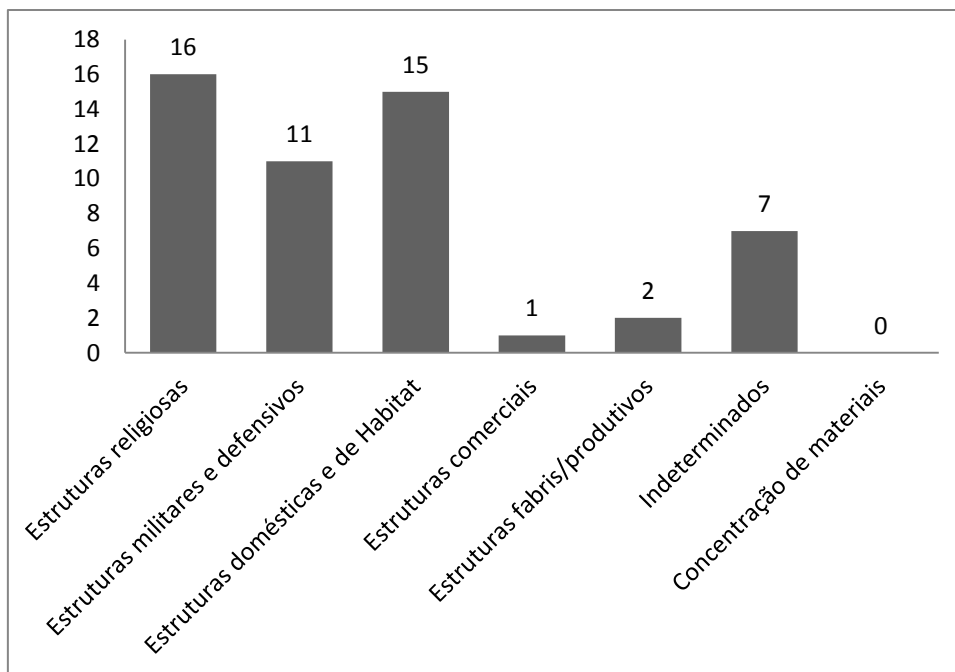


Fig. 6 – Tipologia dos sítios inventariados

5.2.1.1. Estruturas Religiosas

Entre os sítios incluídos na categoria de Estruturas Religiosas, os dominantes no conjunto com 16 representações, encontram-se várias subcategorias, concretamente, seis igrejas, uma delas, igreja de confraria: a igreja/hospital de Misericórdia (IAST 007), seis capelas, um convento, um seminário, e dois casos de capelas/ermida.

Alguns dos edifícios são monumentais, outros apenas pequenas estruturas simples, distribuídos em vários bairros dentro da cidade de Ribeira Grande (Cidade Velha), uma vez que a grande maioria das estruturas desta categoria incluídas no inventário, estão localizadas nesta cidade. Estes são resultado e materialização da expansão religiosa parte decisiva da expansão portuguesa, evidenciando também a forte religiosidade que reinava na cidade, o que é corroborada pela documentação histórica. De facto, é impressionante o número de estruturas religiosas que foram construídas na pequena Cidade Velha ao longo dos séculos XVI-XVIII.

Nesta categoria, inserem-se entre outras a Sé Catedral (IAST 001), o primeiro monumento a receber intervenções arqueológicas em Cabo Verde, cuja monumentalidade sempre chamou a atenção dos investigadores e a igreja de Nossa Senhora da Conceição (IAST 004), a mais antiga construída de Pedra e Cal pelos Portugueses nos trópicos.

5.2.1.2. Estruturas Domésticas e de Habitats

Os sítios incluídos nesta categoria tipológica, com uma conotação abrangente, envolvem todos os vestígios relacionados com o ambiente doméstico. As casas identificadas, tanto em meio urbano como rural, apresentam as seguintes características arquitectónicas da época: casas simples, normalmente de formato rectangular com piso único, feito de pedra e de cal (algumas de pedra seca), na maioria das vezes com uma porta de entrada no centro, ladeada por duas janelas. Encontram-se compartimentos como sala principal, quarto (s), cozinha, quintal e pátio. A cobertura normalmente nestes casos é de palha ou telha. Destas estruturas, uma excepcional em termos da sua arquitectura e decoração, localiza-se no interior da Fortaleza Real de São Filipe: a Casa do Governador - IAST 002 (b). Esta de formato substancial, dividida por quatro compartimentos, o solo nalgumas partes possui uma preparação e decoração bem elaborada tecnicamente: feito com seixos rolados (basalto) complementados com fragmentos de telha e ladrilho, a decoração dividida em quadrados, que por sua vez divididos em triângulos nas suas diagonais.

Dois sítios neste momento excepcionais foram também, inseridos nesta categoria, os concheiros de Salamansa e João D'Évora (IASV 038 e IASV 039). Estes concheiros identificados no litoral norte da ilha de São Vicente são testemunhos da presença humana, numa fase precoce da ocupação da ilha. No concheiro de Salamansa, onde decorreram duas campanhas de escavação arqueológica, pôde-se identificar restos de muros de uma habitação, de formato ortogonal, com planta rectangular e paredes feitas de alvenaria e pedra seca (uma técnica de raiz europeia). Foram também identificados uma estrutura de lareira, artefactos cerâmicos e outras categorias de matéria endógenos e exógenos, para além de alguns vasos depositados ritualmente na base da cabana, sabendo que a potência estratigráfica do sítio não ultrapassa 1m. No concheiro de João D'Évora, estudou-se apenas um conjunto de espólio recolhido no local, estão entre estes: cerâmicas, peças metálicas, e fauna malacológica. Estes dois concheiros sugerem a forte probabilidade da existência de mais sítios da mesma categoria com as mesmas características, no litoral das ilhas.

5.2.1.3. Estruturas Militares e defensivas

A nível da arquitectura militar e defensiva, temos onze registos. Destes, uma fortaleza que foi a principal fortificação da província, a Fortaleza Real de São Filipe (IAST 002), com a individualização de dois sectores, também de carácter militar, concretamente os paióis e quartéis a ela pertencentes. Estão registados cinco Fortes, localizados três deles na Cidade Velha: Forte Triangular (sítio VI - IAST 011), Forte de São Brás (IAST 016), e Forte e Santo António (IAST 018). E, mais dois outros, um na ilha de Boavista, o Forte de Duque

de Bragança (IABOA 041) e outro na ilha de São Nicolau, o Forte da Preguiça/ Príncipe Real (IASN 040). Mais três sítios foram incluídos nesta categoria, estes englobam duas paredes de mar, uma localizada na baía Cidade Velha e outra no estuário da Baía (São Domingos), e um antemuro da Fortaleza Real de São Filipe, uma defesa terrestre, exterior à muralha da Fortaleza.

Os fortes foram construídos, com o objectivo da defesa dos portos e das cidades a que pertencem, devido principalmente as várias incursões de piratas acompanhados de pilhagem e saque. Para a implantação dos fortes seleccionou-se lugares estratégicos, e para a construção, uso de materiais de boa qualidade e técnica de construção bem elaborada, para que resistissem o máximo possível no momento dos ataques. Felizmente, muitos dos vestígios sobreviveram ao tempo e suas adversidades, o que evidencia a excelente construção militar realizada. As paredes de mar, normalmente localizam-se em zonas costeiras, com o propósito de protegerem as costas ou portos das acções das ondas marinhas.

5.2.1.4. Outras categorias

As restantes categorias tipológicas apresentam registos residuais, sendo que, do conjunto não foi possível atribuir uma tipologia concreta a sete sítios arqueológicos identificados pela presença de paredes, muros, etc.

5.3. Cronologias dos sítios

Relativamente às cronologias dos sítios inventariados (Fig.7), como referido, optou-se seguir a periodização histórica geral. Assim, a partir dos sítios aos quais possível de poder atribuir uma cronologia, com base em dados fornecidos pelas fontes históricas e arqueológicas, concretamente, foi especificado cada caso na ficha de inventário e na base de dados.

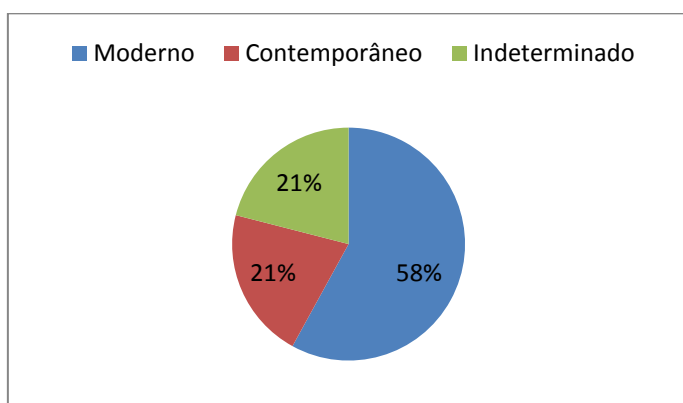


Fig. 7 – Cronologia dos sítios inventariados

Em termos percentuais, 58% dos sítios do conjunto inserem no Período Moderno, representando a maioria, e 21% pertencem ao Período Contemporâneo. A vários sítios, não foi possível atribuir uma cronologia concreta por falta de informação mais fidedigna, por isso, foram incluídos na categoria de indeterminados, mas, as suas características denunciam uma certa antiguidade. Os sítios indeterminados cronologicamente são na sua maioria, os identificados em trabalhos de prospecções tanto na Cidade Velha, como Baía (Alcatrazes), que carecem de estudos mais aprofundados, a fim de se obterem mais informações não só a nível cronológico, mas também informações gerais, que virão a enriquecer o conhecimento histórico-arqueológico nacional.

5.4. Estado de conservação dos sítios inventariados

Sobre o estado de conservação dos sítios (Fig. 8), há um aspecto que tem de ser levado em consideração, como já tinha referido anteriormente, nem todos os sítios incluídos no inventário, foram visitados a fim de descrever o seu estado de conservação actual, deste modo, optou-se por nesta categoria, descrevê-los como indeterminados. Dos sítios não visitados, estão os localizados fora da ilha de Santiago, os novos sítios identificados no âmbito das intervenções de Cambridge na Baía (Alcatrazes), e alguns no vale superior da Cidade Velha.

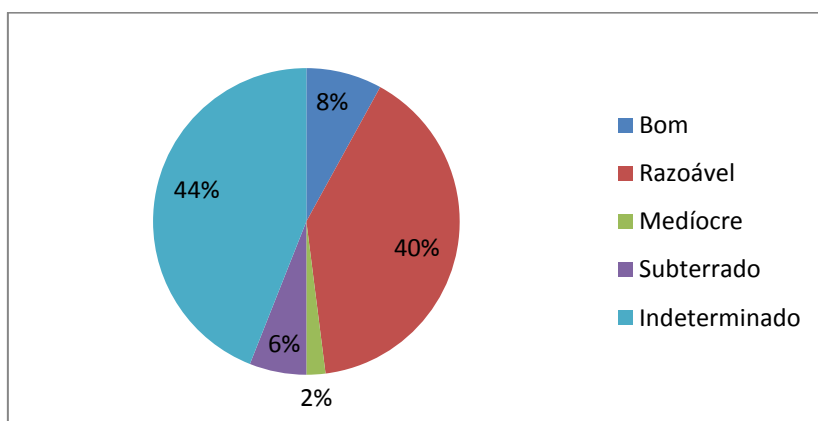


Fig. 8 – Estado de conservação dos sítios inventariados

Dito isto, dos sítios visitados, a maioria, no caso 40% encontram-se num estado de conservação razoável, em que é possível fazer uma boa caracterização do sítio, apesar de apresentarem alguns elementos destruídos. Alguns encontram-se em bom estado de conservação, estes devido às obras de restauro recentes, porque como sabemos, muitos dos sítios principalmente os da Cidade Velha encontravam num estado considerável de

degradação antes da candidatura da cidade à Património Mundial. Registam-se ainda casos de um sítio e de dois sectores individualizados, intervencionados arqueologicamente, que hoje encontram-se subterrados: o Colégio dos Jesuítas (IAST 005), a Capela /Ermidã de São Sebastião na Sé (IAST 001a), e o Antemuro da Fortaleza Real de São Filipe (IAST 002f).

Um dos objectivos do trabalho de terreno, para além da descrição do estado da conservação actual, era a apresentação das possíveis causas e ameaças de deterioração e estrago dos sítios e apresentando de seguida algumas medidas pertinentes para a sua conservação e ou valorização. De uma forma geral, detectaram-se ameaças provenientes da natureza física, onde os sítios se inserem e ameaças por parte da acção humana. A condição geográfica, física e climática do arquipélago, situada numa região de clima tropical (árido e semiárido), apresenta algumas características que condicionam a preservação dos vestígios: aridez, erosão solar, eólica e marinha, chuvas com consequentes riscos de soterramento em alguns casos, em períodos de forte pluviosidades. Para além destas, muita das acções humanas constituem por si só, as principais causas da degradação dos sítios. Casos de actividades agrícolas, pastorícia, construções modernas, lixos, vandalismo, etc. resultado da incúria associado à falta de educação patrimonial.

A nível de medidas e propostas de preservação e valorização dos sítios, o que se recomenda de uma forma geral, é uma maior atenção aos sítios, a nível de limpeza, manutenção, conservação, e implementação de medidas de valorização, incentivo aos estudos e divulgação dos mesmos. Acrescentando-se que estes tipos de trabalhos não devem ser pontuais, mas sim realizados de forma frequente.

5.5. Representação cartográfica dos sítios inventariados

Tendo em conta a insularidade da área geográfica em estudo, optou-se por apresentar a localização dos sítios arqueológicos, por ilhas e por áreas dentro das ilhas, de modo a que seja mais fácil avaliar a sua posição no terreno.

Começando pela ilha de Santiago, temos três áreas geográficas com registos de sítios intervencionados: a Ribeira Grande (Cidade Velha), Trindade (Cidade da Praia), e Baía (antiga Alcatrazes, Cidade de São Domingos).

5.5.1. Ilha de Santiago



Fig. 9 - Distribuição dos sítios inventariados por áreas dentro da ilha de Santiago: Cidade Velha, Trindade e Baía (Alcatrazes), localizados no Google earth (Nireide Tavares, 2016).

5.5.1.1. Ribeira Grande (Cidade Velha)



Fig. 10 - Distribuição dos sítios intervencionados arqueologicamente em Cidade velha: A- Sé Catedral; B – Fortaleza Real de São Filipe; C- Convento de São Francisco; D – Igreja Nossa Senhora da Conceição; E – Colégio dos Jesuítas; F- Casa da Companhia de Grão Pará e Maranhão; G – Igreja/Hospital da Misericórdia; H – Capela/Ermida de Santa Luzia/São Miguel; I – Forte de São Brás; J – Parede de Mar; K – Forte de Santo António; L – Capela/Ermida de Santo António; M – Sítio VI (Forte); N- Sítio V; O – Sítio IV; P – sítio VII; Q – igreja de São Roque. Localizados no Google earth (Nireide Tavares, 2016).



Fig. 11 – Distribuição dos sítios intervencionados arqueologicamente em Cidade Velha: A – Sítio X; B – Sítio IX. Localizados no Google earth (Localização aproximada a partir de Evans *et al* 2007, p. 2. Modificado por Nireide Tavares, 2016).

5.5.1.2. Baía (Antiga Alcatrazes – cidade de São Domingos)



Fig. 12 – Distribuição dos sítios intervencionados arqueologicamente em Baía (Alcatrazes) - A – igreja Nossa Senhora da Luz; B – sítio I; C – Sítio II; D – sítio III; E – sítio IV; F – sítio V; G – sítio VI; H – Sítio VII; I – Sítio VIII; J – Sítio IX; K – Sítio X; L – sítio XI; M – sítio XII; N – sítio XIII; O – sítio XIV; P – parede de mar. Localizados no Google earth (Localização aproximada a partir de EVANS, et al, 2012, p.3, modificado por Nireide Tavares, 2016).

5.5.1.3. Região da Trindade (Cidade da Praia)

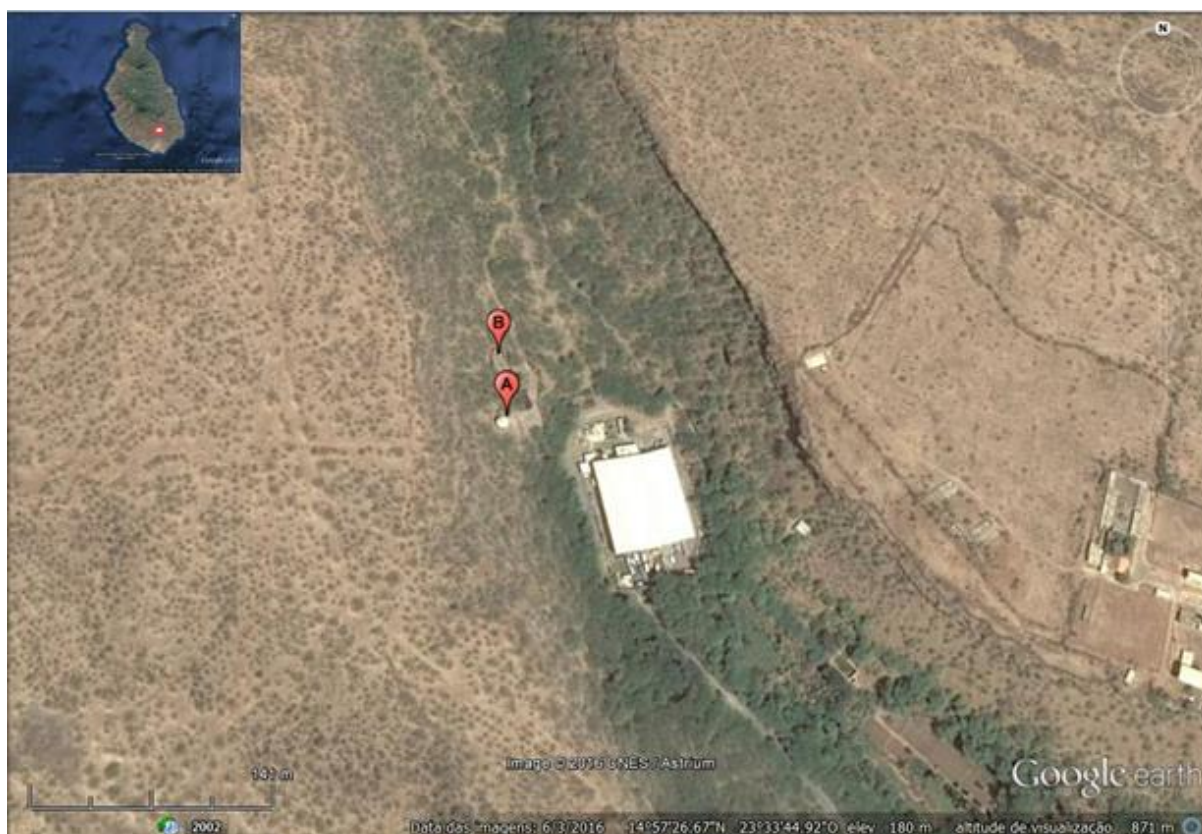


Fig. 13 – Distribuição dos sítios intervencionados arqueologicamente em Trindade: A – Capela da Trindade; B – Capela Funerária de Frei Francisco de Santo Agostinho. Localizados no Google earth (Nireide Tavares, 2016).

5.5.2. As outras ilhas (São Vicente, São Nicolau e Boavista)



Fig. 14 – Distribuição dos sítios intervencionados arqueologicamente nas outras ilhas: Concheiro de Salamansa e João D'Évora (Ilha de São Vicente); Forte da Preguiça/Príncipe Real (ilha de São Nicolau); Forte Duque de Bragança (Ilhéu do Baluarte, ilha de Boavista). Localizados no Google earth (Nireide Tavares, 2016).

6. Potenciais áreas de interesse de investigação arqueológica em Cabo Verde

Cabo Verde, um país com potencialidade arqueológica, devido à sua história e localização geográfica estratégica, serviu de ponto de apoio às viagens de expedições comerciais, e foi um dos vértices do tráfico negreiro em séculos passados, e não só. Arqueologia no país, como referido é uma disciplina recente e necessita de maior desenvolvimento, o que representaria uma valia para a preservação, salvaguarda e divulgação do património cultural nacional, decisivo para a construção da identidade cabo-verdiana, e também com o aproveitamento económico enquanto recurso turístico.

Para o estudo arqueológico neste caso, o complemento e cruzamento dos dados das fontes históricas é obrigatório, porque auxilia na compreensão de dados da história de Cabo Verde, uma história em construção, que necessita de mais fontes e elementos, sabendo que muitos dados só através da Arqueologia podem ser descodificados. Daí a importância de um estudo arqueológico do país, procurando no terreno os vestígios, através de métodos arqueológicos com o auxílio da documentação histórica.

Para a área geográfica referida, partilhando a opinião de José Évora (2014, p.26), o ideal seria realizar prospecções um pouco por todas as ilhas, onde se revelasse necessário, com o intuito de recolher, recuperar e valorizar os testemunhos no terreno, e produzir conhecimentos importantes sobre a história do país.

Há que se ter em consideração, que a realização de um trabalho deste tipo não é uma tarefa fácil, tendo em conta que necessita-se de um suporte teórico, logístico, financeiro, componente técnica e profissional forte e bem estruturada, para que possa ser um trabalho coroadado de êxitos. Mas, não é uma tarefa impossível. Para Cabo Verde no momento, pelo menos para Arqueologia terrestre, a palavra de ordem é dar ênfase e apostar na investigação arqueológica, com consequente obtenção de novos dados, que junto com os que já se conhecem tanto a nível arqueológico como histórico enriqueçam o conhecimento sobre o passado do país.

6.1. Os limites da análise

Numa área geográfica como Cabo Verde, existem algumas dificuldades que podem-se prever desde logo ao levar a cabo uma investigação arqueológica. Em primeiro lugar, dificuldades relacionadas com a natureza física do arquipélago. Este, localizado numa zona de climas áridos e semiáridos, com forte erosão: erosão solar e eólica, durante todo o ano, ao que se acrescenta a erosão marinha, factores que em conjunto condicionam a preservação dos vestígios arqueológicos, contribuindo fortemente para a sua degradação,

o que dificulta a identificação dos mesmos. Para além destes, acrescenta-se o facto de no país existirem grandes terrenos de agricultura, tanto de sequeiro como de regadio, alguns utilizados para pastorícia, e várias são as consequências provenientes destas actividades para os vestígios arqueológicos. Existem muitas áreas que hoje estão urbanizadas, sobrepopoadas, registando-se perdas de muitos traços históricos antigos, facto que continua a acontecer. Por outro lado, a fraca sensibilização da população, no sentido da preservação e salvaguarda do património, constitui outro ponto negativo que urge alterar com uma mudança de atitude, evitando que o homem torna-se uma das principais ameaças à preservação do património. A falta de meios financeiros e falta de profissionais e técnicos na área constituem outras insuficiências, estas a nível logístico e técnico. Estes são apenas alguns exemplos de dificuldades, que como pode verificar-se podem ser solucionados a sua maioria, tanto a longo como a curto prazo.

6.2. Potenciais áreas de interesse de investigação arqueológica: os antecedentes

Durante as pesquisas documentais sobre Cabo Verde, em arquivos e bibliotecas de obras de referências, descrições antigas, documentos cartográficos, corográficos, informação oral, topónimos etc., várias são as referências a áreas que sugerem possuir uma forte potencialidade arqueológica, ou seja, retratos de lugares, estruturas e locais de actividades económicas, agropecuária, artesanato, indústrias, e não só, que houve no país em séculos passados, de que hoje em alguns casos restam ainda alguns vestígios materiais visíveis no terreno, ainda que pouco definidos. Outros casos há em que não há evidência visível desses testemunhos. Também há casos de ruínas não classificáveis, mas que pelas suas características sugerem uma cronologia antiga. A documentação histórica analisada é sugestiva e permite definir potenciais áreas e sítios arqueológicos.

Desse modo, surgiu a ideia de apresentar algumas potenciais áreas de interesse, onde um estudo arqueológico seria decisivo, fornecendo resultados importantes, com o complemento das fontes escritas, orais, cartográficas, e outras documentações referentes ao território.

Portanto, a seguinte proposta de potenciais áreas de investigação arqueológica é baseada, principalmente, em informações transmitidas pelas documentações históricas sobre Cabo Verde, e vestígios existentes no terreno que foram conjugadas nesta leitura:

- Sítios com vestígios superficiais que integram (ruínas), descritos e com referência nas fontes históricas;
- Sítios descritos e referenciados nas fontes históricas, sem testemunho físico;

Assim, a proposta encontra-se dividida por áreas geográficas dentro das ilhas, e junto a indicação das principais bibliografias, e a representação cartográfica de cada uma das áreas. Em anexo (Volume II, p. 91) encontra-se também uma proposta de um modelo de ficha de sítio, possível de ser utilizada, em levantamentos através de prospecções arqueológicas em Cabo Verde.

Importante referir que não trata-se de um trabalho concluído, mas sim, apenas uma modesta sugestão, de uma primeira abordagem relativa ao levantamento do património arqueológico de Cabo Verde, e que pode estar sujeito a erros. As áreas de interesse aqui apresentadas, não limitam-se as ocupadas nos primórdios da ocupação e povoamento de Cabo verde, mas incluíram-se também factos importantes que aconteceram séculos posteriores.

Acrescentar que, alguns dos sítios de interesse aqui apresentados e que se encontram visíveis no terreno, foram visitados no âmbito dos trabalhos de terreno. Sobre estes, indicou-se o estado actual de conservação, e algumas medidas de salvaguarda.

6.3. Potenciais áreas

6.3.1. Ilha de Santiago

A ilha de Santiago foi a primeira a ser habitada concretamente a partir de 1462, onde também foram estabelecidas as primeiras bases de povoamento e colonização do arquipélago. A ilha apresenta muitas áreas interessantes para estudos arqueológicos. Há casos de sítios visíveis no terreno, que não receberam qualquer intervenção arqueológica, caso de sítios descritos nas fontes escritas, que actualmente estão desaparecidos, e localizá-los seria de grande importância e utilidade para melhor compreensão da história do país. Passo a enunciar algumas das potenciais áreas na ilha de Santiago.



Fig. 15 - Potenciais áreas de interesse de investigação arqueológica na ilha de Santiago, localizados no Google earth (Nireide Tavares, 2016).

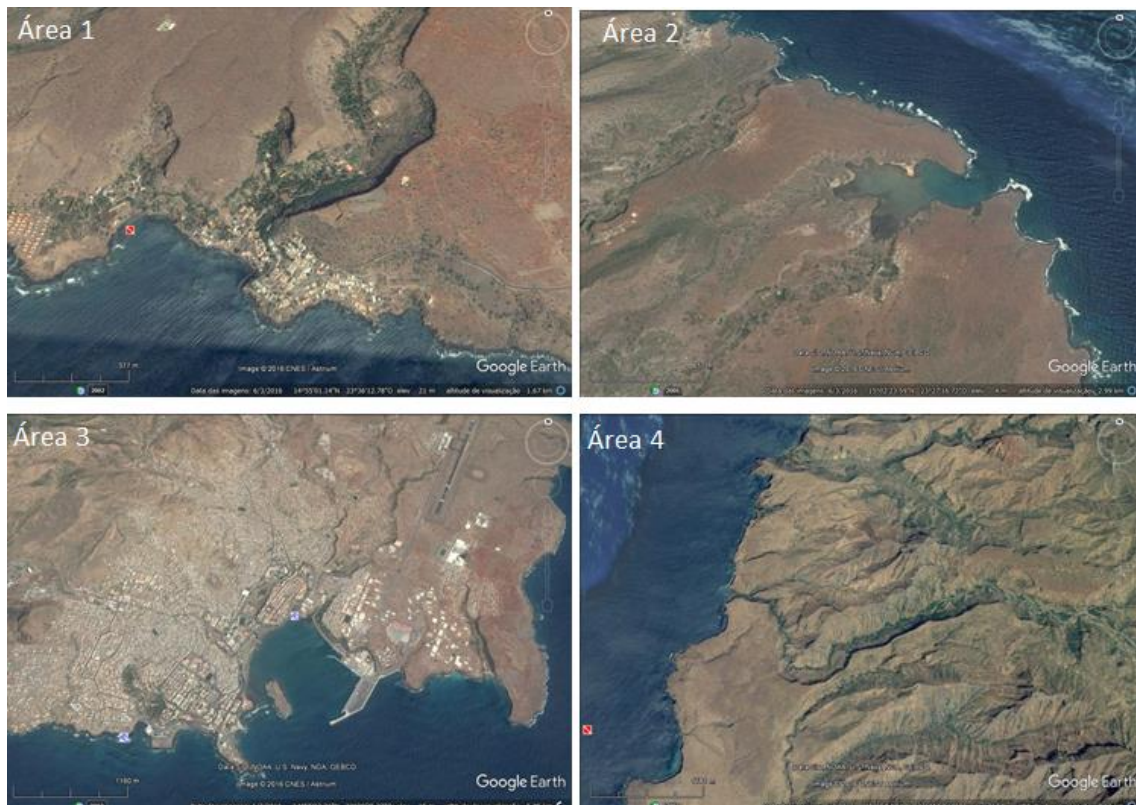


Fig. 16 - Potenciais áreas de interesse de investigação arqueológica na ilha de Santiago com localização aproximada: Área 1 – Ribeira Grande (Cidade Velha); Área 2 – Baía, São Domingos (Antiga Alcatrazes); Área 3 – Centro Histórico da Cidade da Praia; Área 4 – Região dos Engenhos (Santa Catarina). Localizados no Google earth (Nireide Tavares, 2016).

6.3.1.1. Cidade de Ribeira Grande (Cidade Velha) e área imediatamente em redor (Fig. 15 - área 1)

Ribeira Grande (Cidade de Velha) é a região que melhor se conhece em termos arqueológicos em Cabo Verde, por ser dotada de importância histórica e não só. Conserva ainda muitos vestígios do seu passado, constituindo assim, uma área com forte potencial que desde cedo atraiu a atenção dos investigadores. Para além, dos sítios intervencionados arqueologicamente, referidos e descritos no capítulo da história das intervenções arqueológicas terrestres e incluídos no inventário e que constam da lista da Unesco, a cidade apresenta mais vestígios e estruturas datados de séculos passados, interessantes em termos de investigação arqueológica.

O quadro seguinte inclui uma lista de sítios e edifícios, com evidência nas fontes escritas e no terreno, e sítios descritos nas fontes escritas, sem evidência física actual. Os visíveis, foram visitados no âmbito do trabalho de campo e apresenta-se o seu estado de conservação, utilizando os mesmos critérios da ficha de inventário dos sítios, e algumas medidas pertinentes à preservação e valorização dos mesmos. Para aqueles sem evidência física, apresenta-se alguma bibliografia de referência. Importa referir, que esta lista é provisória, sendo possível que mais edifícios e sítios, só através de investigação arqueológica, poderão ser descobertos.

Nome do sítio histórico arqueológico	Cronologia	Evidência Física	Estado Conservação	Bibliografia
Pelourinho da Picota	Séc. XVI (1512)	Visível	Bom	Amaral, 1964, p. 171; Pereira, 1988, p. 97;
Igreja Nossa Senhora do Rosário	Séc. XV (1495)	Visível	Bom	Pereira, 1988, p. 45; Fagundes, 1990, p. 84; Silva, 2000, p. 199; Pires, 2004, p. 37; Richter, 2011, p. 5; Filho, 1989, p.35 - 42; Freire, 1997, p.18 – 24;
Igreja do Espírito Santo		Não Visível	Mau	Barcellos, 1899, p. 30; Richter, 2011, p. 5;
Igreja de São Pedro		Visível		SIPA*
Palácio Episcopal	Séc. XVI	Não Visível		Chelmichi, 1841, p. 67; Lima, 1844, p. 13; Barcellos, 1899 p.26; Pereira, 1988, p. 51; Fagundes, 1990, p. 84; Pires, 2004, p. 84; Richter, 2011, p. 5;
Capela Monte Alverne	Séc. XVII (1670 a 1680)	Visível	Razoável	Richter, 2011, p. 5;
Capela de São Brás	Séc. XVI (1542)	Não Visível		Barcellos, 2003, p. 116;
Ermida de Santa Marta	1587 a 1600	Não Visível		Richter, 2011, p. 5;
Forte de Santa Marta		Não Visível		Chelmichi, Varnhagen, 1843, p. 132; Barcellos, 1899 p.26, 159;
Forte de Chupa Limão		Não Visível		Barcellos, 1904, p. 5;

Forte de São veríssimo		Visível	Razoável	Chelmichi, 1841, p. 66; Lima, 1844, p. 13,59; Barcellos, 1899 p.26;
Forte de São Lourenço, Muralha antiga e porta da Cidade do lado Poente (oeste)		Visível	Razoável	Chelmichi, 1841, p. 66; Lima, 1844, p. 13; Barcellos, 1899 p.26; Pereira, 1988, p. 98; Fagundes, 1990, p. 84;
Forte do Presídio		Visível	Reaproveitado	Lima, 1844, p. 13; Barcellos, 2003, p. 362; Pires, 2004, p. 46, Dossier**, 2008, p.24 – 25; Doc. Cart. 1778***;
Forte de São João dos Cavaleiros		Não Visível		Chelmichi, 1841, p. 66; Chelmichi, Varnhagen, 1843, p. 132; Lima, 1844, p. 13, 59; Barcellos, 1899 p.26; Dossier, 2008, p. 24 – 25; Doc. Cart., 1778***;
Saboaria da ilha de Santiago		Não Visível		Barcellos, 1899 p. 48; Brásio, 1963, 2ª Série Vol II, p. 366;
Fábrica de anil		Não Visível		Lima, 1844, p. 12-13;
Câmara da vila de Ribeira Grande		Não Visível		Brásio, 1963, 2ª série, vol. II, p. 499; Pereira, 1988, p.47; Fagundes, 1990, p. 83; Pires, 2004, p. 38;
Prisão		Não Visível		Pires, 2004, p. 38; Pereira, 1988, p.73;
Quartel da tropa		Não Visível		Lima, 1844, p. 13; Doc. Cart, 1778 ***
Aljube		Não Visível		Doc. Cart., 1778***

*SIPA (Disponível em: http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=7103)

**Dossier de Candidatura de Cidade Velha a Património Mundial (2008)

***Documentação cartográfica de 1778 (VOL. II – Fig. 24 – p. 34)

Tabela 7 - sítios históricos arqueológicos na Cidade Velha com e sem evidência Física (Nireide Tavares, 2016).

Dos edifícios monumentais da cidade com evidência física, alguns encontram-se em bom estado de conservação como o caso da Igreja Nossa Senhora do Rosário, edificado nos finais do séc. XV, concretamente em 1495, e que continua em uso até ao momento. Em bom estado de conservação, encontra-se também o Pelourinho da Picota, símbolo do poder judicial na cidade. Estes dois exemplares encontram-se valorizados, e receberam algumas intervenções de restauração arquitectónica (Cidade Velha Património Mundial).

No que diz respeito a edifícios religiosos na antiga Cidade de Ribeira Grande, alguns autores, afirmam que existiram cerca de 24 edifícios religiosos construídos, ao longo do séc. XV-XVII (PEREIRA, 2004, p. 41), outros há que afirmam, que baseado em documentos disponíveis até a data, há referência apenas a 18 edifícios religiosos, e incluem nesta lista a Catedral, o Convento, o Colégio Religioso e o Palácio Episcopal, para além das igrejas, capelas e ermidas (Vol. II – Figs. 1,3, 13, 14, 16, 18, 19, 21, 22, 31, 32, 33, 34, 39, 40) (RICHTER, 2011, p. 4). Facto indiscutível, é que existira muitos edifícios religiosos na pequena cidade, e a maior parte deles foram construídos entre os sécs. XV e XVII. Destes, alguns já desapareceram-se, outros encontram-se apenas vestígios de ruínas. Deste modo, investigar sobre estas estruturas religiosas, tentar localizar no terreno a partir de

documentação histórica e cartográfica coeva e prospecções de terreno, a fim de encontrar os seus vestígios, traria mais informações acerca da realidade religiosa da cidade, e não só.

Sobre as estruturas militares, temos o caso do Forte de S. Veríssimo (Fig. 17 – D), que está razoavelmente conservado, mas algumas partes estão arruinadas, necessitando de conservação. Este encontra-se sujo, há criação de animais dentro da estrutura, para além de existirem partes de habitações modernas adoadas às paredes de muralha, os canhões estão espalhados no terreno de forma desconexa, mas é possível distinguir a bateria alta e bateria baixa do forte. Neste, seria de grande importância apostar na manutenção e valorização, porque é um sítio acessível, dentro do núcleo urbano e apresenta uma vista panorâmica sobre a Baía e sobre a Cidade. No caso do Forte de São Lourenço (Fig. 17 – B), também, desvalorizado, apesar de apresentar um estado de conservação razoável, partes deste encontram-se arruinadas, principalmente pela cobertura vegetal que é abundante, e quase cobre o sítio. Dentro do Forte, e nos arredores servem actualmente como espaço de cultivo, e sabemos das consequências destas actividades sobre o monumento. Deste modo, necessita urgentemente de conservação, com a eliminação do cultivo no seu interior, para que não afete ainda mais a sua preservação e apostar-se na valorização do monumento. Anexo ao Forte encontra-se a Antiga Porta de entrada da Cidade do lado Oeste (Fig. 17 – A), apesar do seu bom estado de conservação, necessita de ser limpa, valorizada, e conservar as partes necessárias.

O Forte do Presídio representa um caso particular, neste o espaço foi reaproveitado como um jardim-de-infância. Em relação ao resto sobrevivente da muralha antiga (fig. 17 – C) da cidade, apesar de se situar num local pouco acessível é necessidade urgente salvaguardá-lo, na medida que é a única parte restante da muralha antiga da cidade.



Fig. 17 – Estruturas militares e defensivas na Cidade de Ribeira Grande (Cidade Velha): A - Porta de entrada da cidade do Lado Oeste, anexada ao Forte de São Lourenço; B - Forte de São Lourenço; C - muralha antiga da cidade; D -Forte de São veríssimo. Localizados em Google earth (Nireide Tavares, 2016).



Fig. 18 – Estruturas militares e defensivas na Cidade de Ribeira Grande (Cidade Velha): A - Porta de entrada da cidade do Lado Oeste; B - vista do Forte de São Lourenço; C - vestígios da muralha antiga da cidade; D - vista do Forte de São veríssimo, com canhões no seu interior. (Fotografias: Nireide Tavares, 2016).

Sobre os restantes sítios sem evidência física, para alguns casos sabe-se a sua localização concreta ou pelo menos aproximada, para outros esse aspecto é uma incógnita. Desse modo, seria importante localizá-los porque englobam edifícios civis, militares, religiosos, habitacionais, como referidos no quadro acima. Portanto, ler a história a partir destes vestígios, seria mais uma ferramenta na caracterização do povoamento e modo de vida da população ao longo do tempo na cidade. Nesse caso, o cruzamento dos dados das fontes escritas, cartográficas, toponímicas, orais e métodos arqueológicos, seria essencial para a sua busca e identificação no terreno.

Por exemplo, sabe-se que na cidade existiu a primeira fábrica de anil do arquipélago, que se veio a extinguir (VALDEZ, 1844, p. 12-13); uma saboaria a “saboaria da ilha de Santiago” (Barcellos, 1899, p.48). Dois exemplares de indústrias antigas, em que a única referência é que existiram na cidade, e factos como estes deixam sempre algumas curiosidades e dúvidas: o tipo de trabalho realizado? A dimensão da actividade fabril? Características da produção? Tipos de estruturas utilizadas? São algumas questões que no caso, só através de um estudo arqueológico detalhado poderão ser respondidas, com o auxílio dos dados das fontes históricas.

Sobre a antiga cidade de Ribeira Grande, muitas questões estão ainda em aberto, muitas delas relativas à escravatura e à presença de escravos. Uma curiosidade de muitos tem a ver com o enterramento dos escravos: onde eram enterrados os escravos? Existia cemitério dos escravos? Eram enterrados com outros cristãos?

Sabe-se que em várias comunidades esclavagistas em outros países, os enterramentos dos escravos eram efectuados, separadamente do resto da população não-escrava e de forma particular. Assim, questiona-se se acontecia o mesmo na Cidade Velha.

Algumas pesquisas com o intuito de responder a estas questões foram levados a cabo pela autora, em documentações históricas relativas ao assunto. É sabido, que os escravos baptizados eram e tinham direito de serem enterrados de forma cristã. O enterramento era feito nas igrejas e arredores, desse modo, é provável que muitos escravos fossem enterrados nas igrejas, pelo menos os que receberam o baptismo. A situação é diferente, para os escravos que não receberam o baptismo, estes não eram enterrados de maneira cristã (CARREIRA, 1983, p. 274 e 280, BRÁSIO,1964, 2ª série, Vol. III, Doc. 36, p. 84). A questão, que fica no ar: como e onde eram efectuados os enterramentos dos escravos não baptizados?

Uma passagem, escrita por um padre que missionou em Cabo verde nos inícios de 1600, dá-nos informações preciosas:

“ ... Com os negros gentios se usou de caridade, porque os deixavam morrer sem baptismo; e pela porta, quando chegámos, nos passavam mortos, levando-os aos monturos, por não gastarem dois vinténs. Demos ordem com que os meninos da cidade nos avisassem de todos os pretos gentios em adoecendo, para serem baptizados, e pedimos aos senhores nos mandassem os que estavam espalhados pela ilha para os catequizarmos, pela comodidade que aqui há de línguas, e se baptizarem, o que fazem com cuidado, e assim se mandam muitas almas ao Céu que houveram de perecer se se não usara deste remédio.” (CARREIRA, 1983, 274 -275).

Segundo esta passagem, os negros gentios e sem baptismo, depois de mortos eram levados aos monturos (lixreira), ao contrário dos baptizados que eram enterrados de forma cristã. Enfim, este é um assunto que carece de maior investigação.

Sobre a área imediatamente em redor da Cidade Velha, é provável que conserve ainda muitos vestígios das épocas primordiais de povoamento da ilha. Temos o exemplo de sítios identificados através de imagens aéreas pela equipa da Universidade da Cambridge (2007), estes localizados no vale superior. Mas ainda é possível, descobrir muito mais acerca, do que se passava nestas áreas periféricas. Assim, investigar as áreas nos arredores da cidade, principalmente no vale superior principal constitui tarefa prioritária.

Principal bibliografia: História Geral de Cabo Verde, Vols. I, II, III; CHELMICHI, 1841, p. 66-67; LIMA, 1844, parte II, p. 3-22; BARCELLOS, 1899, part. I p. 26 -48, 159; BARCELLOS, 1904, p. 5; PEREIRA, 1986, 151 p; FAGUNDES, 1995, 78 - 84; PIRES, 2004, p. 30-46; BALENO, 1991, p. 133-140; BALENO, 1995, p. 169 – 170; CABRAL, 1995, p. 225-273; SANTOS, SOARES, 1995, p. 359-508; AMARAL, 1964, p. 171-178; BARCELLOS, 2003, p. 116, 259, 342, 343, 362, 363; FILHO, 2003; 1989, p. 35-42; Departamento de estudos do IPPAR, 2003, p. 228-229; PEREIRA, 2005, p. 33-56; SILVA, 1995, p. 16-31, 46-50; AMARO, 1995, p. 85 -87; AMARO, 2012, p. 451-474.

6.3.1.2. Baía (São Domingos) - (Alcatrazes, antiga Capitania do Norte) (Fig. 15 - área 2)

Alcatrazes foi a sede da Capitania do Norte, na altura representava o local de povoamento mais a Norte da ilha. Sede da freguesia de Nossa Senhora da Luz, freguesia de criação régia, aí localiza-se a Igreja do mesmo nome e centro de peregrinação da ilha, uma tradição mantida até hoje. Nos finais do séc. XV, Alcatrazes aparecia com o estatuto de vila em simultâneo com a Ribeira Grande. Não foi opulenta como esta última, entrou em declínio e cedo foi transferida a sede da capitania para Vila da Praia, logo na 2ª década do século XVI. Por volta de 1515-1517, Alcatrazes desaparece como porto de tráfico de escravos (DOMINGUES, 1991, p.47; BALENO, 1991, p. 140-141).

Sobre Alcatrazes, há poucas referências nas fontes escritas. Por não ter sido tão próspera como a Capitania do Sul (Ribeira Grande), nota-se que muitas vezes não lhe é dada a importância que merece, sendo por isso, muitas vezes votado ao esquecimento, feita apenas a referência à sua existência. Deste modo, existe pouco conhecimento da região que guarda testemunhos importantes para a melhor compreensão e delineamento do modo de ocupação, exploração e colonização da região escolhida para ser a Capitania do Norte.

Para a região, um estudo arqueológico amplo e pluridisciplinar tem potencial de fornecer dados importantes que completarão os conhecimentos, que permitem preencher algumas lacunas existentes sobre a sua história. Permitirá aumentar e consolidar os conhecimentos, de uma parte da história dos primórdios do povoamento da ilha de Santiago, para melhor compreender os aspectos que estiveram detrás da colonização da mesma área e das outras, e deste modo, dar a conhecer outros pontos desconhecidos de Alcatrazes. Existe ainda a possibilidade de identificação de novos sítios, e estruturas datáveis dos tempos da fundação da vila.

Há que se levar em consideração, os excelentes trabalhos arqueológicos desenvolvidos, pela equipa da Universidade da Cambridge em parceria com a IIPC nos anos de 2011 e 2012, na dita região, tendo escavado a Igreja de Nossa Senhora da Luz e descoberto novos sítios (EVANS et al, 2011 e 2012), mas sobre esta zona há ainda muito por descobrir e decodificar.



Fig. 19 - Artefactos cerâmicos identificados nos arredores da Igreja de Nossa Senhora da Luz (Alcatrazes - Baía) (Fotografia: Nireide Tavares, 2016).

Dentro da freguesia de Nossa Senhora da Luz, existem dois casos peculiares de antigos edifícios religiosos com vestígios superficiais actualmente. Estes sítios foram visitados pelos profissionais da Universidade da Cambridge e da IIPC numa visita de reconhecimento.

O primeiro caso, a Igreja de Nazaré localizada na zona de Praia Formosa. Surge referenciada na obra de António Brásio, com uma legenda de “*Capela de Nazaré dos Capuchos Portugueses*” (1963, 2ª série vol. II, p. 336-337). Desconhece-se a sua cronologia. Segundo informações da população local, antigamente o pároco deslocava para celebrar a missa frequentemente, mas com o passar do tempo a igreja foi sendo progressivamente abandonada e entrando em ruína. Entre estes, há quem diga ainda que o motivo principal do abandono foi um assassinato que ocorreu dentro da igreja em tempos passados, em que “... o marido assassinou a esposa...”⁶³, e que a partir desse acontecimento, esta entrou em desuso e abandono.



Fig. 20 - Capela de Nossa Senhora de Nazaré, em 1960 (Fotografia A. Brásio, 1960), e estado actual da Capela de Nossa Senhora da Nazaré (Fotografia: Nireide Tavares, 2016).

⁶³ Relato de uma idosa, residente na Praia Formosa (Freguesia de Nossa Senhora da Luz).

Actualmente, no sítio encontra-se apenas restos de uma estrutura, que analisando a fotografia de António Brásio de 1960, parece corresponder a base de um dos lados da porta de entrada da igreja que apresenta uma dimensão considerável. No sítio, para além da pequena estrutura de base, verifica-se a disposição de pedras em toda área da sua implantação, e na superfície identificam-se alguns artefactos arqueológicos. Relata-se e nota-se que muitos dos materiais de construção da igreja foram reutilizados, em outras construções recentes, facto também verificado na Cidade Velha.

O segundo caso, uma estrutura que é associada a uma capela. Esta situa-se numa zona, também denominada de Capela na mesma freguesia. A estrutura desta, apesar de arruinada encontra-se parte de pé.



Fig.21 - Ruínas da Capela (in EVANS, SORENSEN, NEWMAN, HILL, 2012, p. 29).

Para estes dois casos específicos, propõem-se investigações inicialmente em documentos antigos e coevos, para ver se há algum indício nas fontes históricas. Posteriormente, proceder com escavações em área, com o intuito de recuperar a planta dos edifícios e suas estruturas, a fim de perceber os aspectos relacionados com as construções, sua arquitectura, materiais utilizados, etc. Desenvolver um programa de recuperação das estruturas, com posterior valorização, por exemplo incluí-los nas rotas turísticas. Obviamente que estas rotas turísticas terão de ser completadas e complementadas, com outros aspectos culturais regionais.

O topónimo Capela, zona onde se localiza a capela (fig. 21), é um topónimo que pode estar associado a existência da referida capela na região, ou seja, sugere uma adaptação toponímica. Sobre este aspecto, há que se ter em consideração, que a existência de estruturas religiosas serve de pressuposto e indicador de existência de núcleos de povoamento no mesmo espaço ou arredores, baseado principalmente, na correlação existente entre a igreja e a população (BALENO, 1991, p. 228-229). Desse ponto de vista, pode-se tentar investigar acerca do povoamento nos arredores e imediações das referidas estruturas religiosas.

Principal bibliografia: BRÁSIO, 1963, 2ª Série, Vol II, p. 208, 288; AMARAL, 1964 p. 171-172; BARCELLOS, 1892, p. 27; PIRES, 2004, p. 30; CARREIRA, 1985, p. 18; BALENO, 1991, p. 140-142; DOMINGUES, 1991, p. 44-47; PEREIRA, 2005, p. 44-46; SILVA, 1995, p. 15-20.

6.3.1.3. Cidade da Praia (Centro Histórico, Porto e Baía envolvente) (Fig. 15 – área 3)

A Cidade da Praia, capital do país, pelas suas características geográficas e por possuir bom porto, foi o sítio escolhido primeiramente para a transferência da Capitania do Norte (Alcatrazes), na segunda década do séc. XVI, e posteriormente, para a transferência da Capitania do Sul (Ribeira Grande) no séc. XVIII.

Quando ainda era vila, a Vila de Praia de Santa Maria tinha poucos edifícios e os que existiam eram muito simples. Mas com o estatuto de cidade, esse cenário muda completamente, principalmente, sob a liderança do Governador Chapuzet⁶⁴ (CHELMICHI, 1841, p. 69). Esta foi recheada de edifícios civis, militares, religiosos, industriais.

A nível de construção religiosa, destaque para Igreja de Nossa Senhora da Graça, edificada no início do século XVI (por volta de 1526), e nessa altura por não haver um sítio onde enterrar os mortos, o enterramento era efectuado ao lado da igreja, como refere a passagem de Chelmichi (1841, p. 71) “... *A única Igreja que há n’esta villa é muito mesquinha, apenas cabem 200 pessoas: junto a ella n’um sitio aberto, sujeito a toda immundicie enterram se os mortos, pois não há cemitério...*”. A referida igreja, foi demolida em 1903, devido ao seu elevado estado de degradação⁶⁵. Actualmente existe outra igreja de mesmo orago, a Igreja Matriz do Séc. XX.

Desde os primórdios do povoamento da ilha de Santiago, o porto da Praia começou a ser frequentado, tanto que, a primeira notícia a ele referente data de 1515 (BARCELLOS, 1899, p. 76). Após, ter sido elevado à categoria de Cidade Capital da Província, a navegação marítima aumentou significativamente, até que passou a ser Porto Carvoeiro desde 1865. Praia é um dos casos exemplares, como refere SILVA (2000, p. 201), em que o porto produz a cidade, ou seja, a cidade desenvolve-se a partir do seu porto e actividades a ele inerentes. Para dinamizar e desenvolver, as actividades no porto, foram criadas ao longo do tempo algumas estruturas portuárias, como o caso do Cais de São Januário construído em 1859 (cais de pedra, feito de mármore, o mais antigo do país); a

⁶⁴ João da Matta Chapuzet - foi governador de Cabo Verde entre 1822 a 1826, tendo realizado grandes melhoramentos na villa da Praia (LIMA, 1844, p. 54-a)

⁶⁵ [Consultado em Setembro de 2016] Disponível em: <http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=150>

ponte-cais de D. Henrique na Praia da Gamboa (excelente ponte cibe sempre serviu à reparação e construção naval); o farol D. Maria Pia, construída em 1881, como referido o primeiro do arquipélago (Oliveira, 2005 p. 30-31).

A cidade e o porto foram defendidos desde muito cedo. Exemplo disso, em 1652 através do Alvará do Rei D. João IV, determinou-se a fortificação da cidade e que nela residissem o bispo e o governador, algo que em prática verificou-se só em 1769, a partir de ordens expressas de Marques de Pombal, com a transferência propriamente dita da cidade (LIMA, 1844, p. 15). Assim, ao longo do tempo foram construídos aparelhos militares dentro da cidade, ao longo da baía e no porto, como resposta e defesa aos ataques. Curioso é que toda a artilharia utilizada nas baterias provinha do naufrágio da fragata Urania, decorrido nos arredores em 1810, mais uma evidência de relação com os naufrágios.

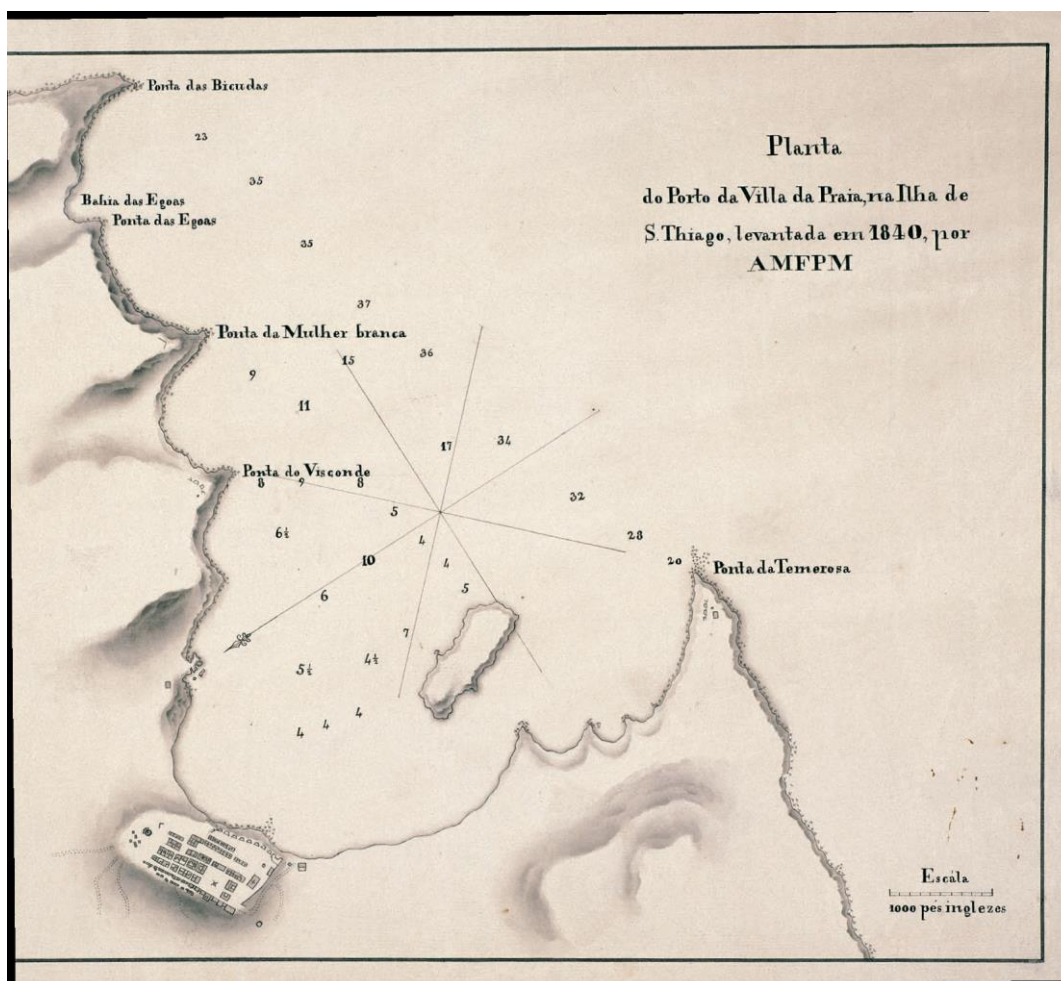


Fig. 22 – Planta do Porto da Praia (“Planta do Porto da Villa da Praia, na Ilha de S. Thiago (levantada em 1840, por AMFPM. - Escala [ca. 1:10 000], 1000 pés inglezes = [3,2 cm]; [W 23° 32' - W 23° 29' / N 12° 55' - N 12° 53']”).

Nos arredores da cidade, decorriam algumas actividades importantes, concretamente na zona da Várzea (no sopé do centro histórico). Também conhecida como Várzea da Companhia, por ter existido na zona, a casa da antiga Companhia do Exclusivo da Costa de África. Na mesma área, existiu uma fonte denominada de Fonte Ana de onde provinha toda água de abastecimento da população e dos navios que escalavam na Praia.

Para a cidade da Praia, o que se propõe é realizar prospecções em três áreas estratégicas: no centro da cidade – centro histórico, no porto e baía envolvente, e zona da Várzea.

No centro da cidade ainda é possível observar marcas e traços da arquitectura antiga. Portanto, interessa pesquisar o que sobrou para além do que está visível e restaurado, os traços da primitiva cidade, o sistema defensivo implantado, tendo em conta, que a configuração urbana foi desenvolvendo e transformando ao longo do tempo. Nesse ponto, há que se ter em consideração que um trabalho de prospecção num centro urbano como da cidade da Praia é uma tarefa difícil devido ao sobrepovoamento, para além dos habituais problemas que se encontram em estudos arqueológicos em solos urbanos. Um estudo, neste sentido é importante para a preservação e valorização, porque permite identificar zonas mais sensíveis, fornecendo dados que servem para elaboração de cartas de risco patrimonial.

Para área do Porto e Baía envolvente investigar e tentar identificar vestígios materiais, testemunhos da intensa actividade desenvolvida no porto e em seu redor, principalmente actividades comerciais detectando o sistema de defesa, vendo se ainda é possível recuperar ou pelo menos identificar e localizar estes vestígios.

Na Baía do Porto da Praia, concretamente na Ponta Temerosa, encontra-se ainda de pé o farol de D. Maria Pia (1881), o primeiro construído no arquipélago de Cabo Verde. Apresenta uma torre de alvenaria de secção octogonal. A plataforma superior da torre encontra-se a uma altura 16.40m de sobre o terreno, e 25.65m, sobre o nível médio das águas do mar. O pavimento é de ferro fundido e tem a forma circular com 2.65m de diâmetro. Encontra-se num bom estado de conservação, mas necessita de restauro devido a degradação causada principalmente pela maresia, erosão e aridez.

Na zona Várzea procurar os vestígios e localização concreta da Fonte Ana, que durante muito tempo abasteceu a cidade, sendo por isso, amplamente referenciada nas fontes históricas. Relativamente à existência do Exclusivo do Comércio de África, que deixou marcas no terreno, no caso marca toponímica, realizar uma pesquisa com o intuito de identificar através de vestígios materiais as actividades desenvolvidas pelo exclusivo, caso ainda existam.

6.3.1.3.1. Ilhéu de Santa Maria (Cidade da Praia)

Ainda sobre a Cidade da Praia, como não poderia de deixar de ser citado, um caso particular: o ilhéu de Santa Maria. Ilhéu localizado no sul da ilha de Santiago, em frente da cidade e do porto foi muito importante servindo de suporte a estes e as actividades a eles ligados. Ao longo do tempo, desempenhou várias funções: neste existiu estabelecimento de carvão para o abastecimento de navios; oficinas regulares de fundição e ferraria para conservação e concerto de excelentes anchas de ferro, que se empregam no serviço de cargas e descargas (estabelecimento pertente ao Banco Lusitano de Lisboa). Foi relevante nos flagelos da província sendo o sítio para onde enviavam os enfermos; nele localizava-se a mais importante bateria de defesa da cidade; teve também um estabelecimento prisional, etc. (BARCELLOS, 1982, p. 25, VALDEZ, 1854, p. 192).

Ainda guarda muitos vestígios materiais (principalmente estruturas), testemunhos destas actividades. O ilhéu foi visitado no âmbito do trabalho de campo, onde procedeu-se a um levantamento simples de reconhecimento, com registo fotográfico e algumas anotações e comentários onde se revelasse necessário.

No momento encontra-se em curso, um projecto de Resort turístico (construção de hotel-casino), projecto desenvolvido executado por empresários de origem chinesa, apesar de manifestações em senso contrário com protestos e petições públicas contra tal obra⁶⁶.

De acordo com informações orais, realizaram-se prospecções arqueológicas, onde participaram José Lima, Martinho Brito e José Maria Semedo técnicos e profissionais do IIPC; Christopher Evans da Universidade de Cambridge, acompanhados pelo responsável da obra, em Novembro de 2016 (Informação oral facultada por José Lima, Museu de Arqueologia da Praia) dados ainda não publicados.

⁶⁶ Sobre o assunto ver:

- <http://inforpress.publ.cv>
- <http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT78934>
- <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2016/02/15/ilheu-de-santa-maria-cientistas-versus-david-chow/> [consultado a 29 de Agosto de 2016]

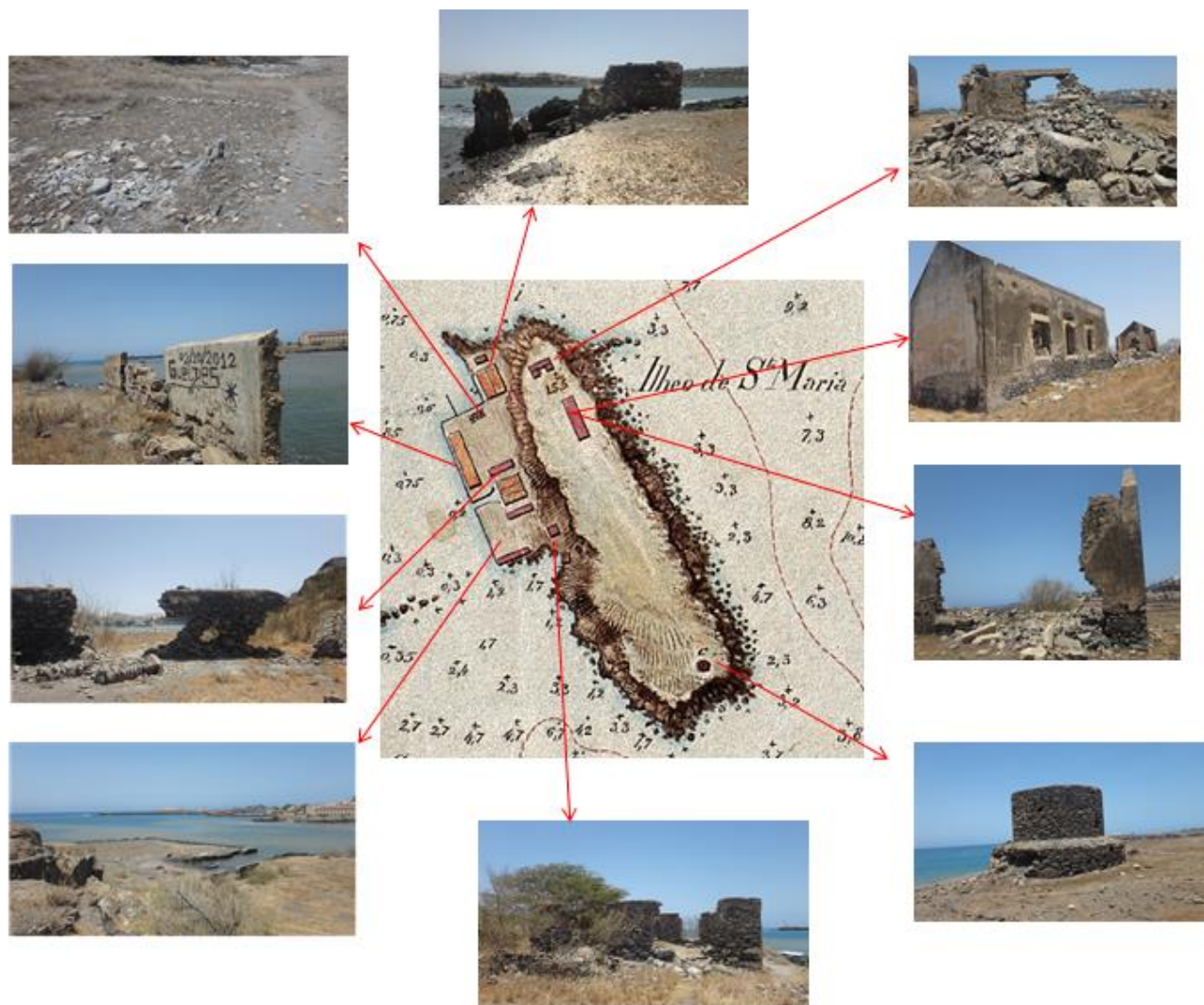


Fig. 23 – Ruínas no Ilhéu de Santa Maria. [*“Esboço da Planta Hydrographica do Porto da Praia (Ilha de S.Thiago de Cabo Verde) / Levantada em 1882 pelo 2º Tenente Emygdio Fronteira e Guardas Marinhas F.co Assis Camillo J.or. e Hugo de Lacerda da Guarnição da Canhoneira “Rio Lima” do commando do Cap.ao Ten.te. Segismundo Costa; Hugo de Lacerda, g.º m.º, desenhou, Junho de 1882. - Escala 1:8 000; [W 23º 32' - 23º 29' / N 14º 55' - N 14º 52'] . - 1882. - 1 carta: ms., aguarelada, papel; 36,0 x 47,5 cm em folha de 40,3 x 49, 8 cm”*]. (Modificado por Nireide Tavares, 2016. Fotografias: Nireide Tavares, 2016)

Principal Bibliografia: CHELMICHI, 1841, 69, 71, 72, 76; LIMA, 1844, p. 15 -19, 60, parte II p. 12, 15 – 19; BARCELLOS, 1904, p. 10-22; BARCELLOS, 1892, p. 25 - 28, 130 - 134; BARCELLOS 1899, p. 76; BARCELLOS, 1899, p. 76; VALDEZ, 1854, p. 192, 195, 201, 215, 219, 228, 238; PIRES, 2004, p. 44, 58, 62, 64; AMARAL, 1964, p. 329, 333; SILVA, 2000, p. 201; PIRES, 2004, p. 55-64, BALENO, 1991, p. 140-142; BALENO, 1995, p. 146, 171,172; SILVA, 2002, p. 217; BEBIANO, 1932, p. 120.

6.3.1.4. Região dos Engenhos (Cidade de Santa Catarina) (Fig. 15 - área 4)

Ao analisar os topónimos de regiões, cidades e zonas das ilhas nas representações cartográficas a elas referentes, muitos deles chamam a atenção por serem sugestivos de relacionamento com aspectos religiosos, marítimos, actividades comerciais e industriais, etc. São autênticas heranças toponímicas, do mesmo modo que, verifica-se a adaptação de nomes de regiões costeiras a termos associados a acidentes marítimos. Um desses casos particulares está registado numa região localizada no Oeste da ilha de Santiago, na cidade de Santa Catarina denominada de Engenho.

Este topónimo “*Engenho*” remete para o engenho de açúcar⁶⁷. O cultivo de cana-de-açúcar é uma actividade que em Cabo Verde existe desde o século XVI, e continua nos dias de hoje, sendo o produto introduzido no arquipélago com a colonização. Em todas as descrições históricas existem menções ao cultivo de cana-de-açúcar e ao consumo de produtos provenientes da sua transformação: açúcar, aguardente, mel, melaço. A plantação era realizada em ambiente de regadio, nas zonas das ribeiras onde abundavam água. Em Cabo Verde, o açúcar e aguardente produzidos eram utilizados essencialmente para o consumo interno. Estes por serem de menor qualidade, apenas eram exportados para regiões de consumidores pouco exigentes. Muito popular era a aguardente de cana, bebida consumida essencialmente por negros e escravos, de facto, uma tradição que se manteve intacta com o passar dos tempos, e que continua a ser uma prática muito popular nas ilhas (CARREIRA, 1982, p. 252 -253).

O cultivo desse género de planta foi desenvolvido essencialmente nas ilhas agrícolas: Santo Antão, São Nicolau e Santiago. Concretamente, sobre a região dos Engenhos, refere-nos Silva (1995, p. 302-303) o seguinte: “ ... *Esta é precisamente uma das zonas onde para o século XVI, está registada a existência de uma das fazendas mais rica no cultivo e produção de açúcar. A ribeira de Águas Belas, onde se instala a Fazenda dos Mosquitos passa a ser designada por ribeira dos Engenhos pelo facto de haver aí estes instrumentos de transformação da cana sacarina em açúcar.*”

Portanto, a região apresenta as características necessárias para o cultivo deste produto, principalmente por ser uma área com várias ribeiras e cursos de água, que representam elementos naturais, essenciais ao cultivo. Como referido no trecho acima, pertencia à rica Fazenda dos Mosquitos e ali existiam instrumentos de transformação da cana sacarina em açúcar e não só. Um processo de transformação industrial, que necessitava de instrumentos e estruturas específicas e adequadas.

⁶⁷ Engenho de açúcar - todo o estabelecimento agro-industrial especializado na transformação da cana-sacarina em açúcar, melaço, aguardente de cana e etanol.

alunos, na Ribeira dos Engenhos, em 2002 “ ... Foi-nos possível constatar a existência de levadas antigas, designadamente na localidade de Pinha onde são visíveis sinais de levadas que, ao que tudo indica, desaguavam nos engenhos vocacionados não só para a produção de aguardente como cana-de-açúcar ... ” (ÉVORA, 2015, p. 44). Ou seja, pôde ainda observar-se algumas estruturas que faziam parte do antigo sistema industrial.

O que seria interessante para esta região, procurar no terreno os vestígios e marcas do cultivo e transformação, através de prospecções sistemáticas na área. Proceder com investigações, a fim de delinear a dimensão e estrutura desta actividade, principalmente, porque a região é um excelente exemplar de actividade agro-industrial num espaço rural, caso especial de arqueologia industrial.

Principal Bibliografia: CHELMICHI, VARNHAGEN, 1843, p. 23-38; FERNANDES, 1951, p. 11; LERENO, 1952, p. 63, 187, 457; LOPES LIMA, 1844, p.107; VALDEZ, 1864, 136-137. TORRÃO, 2013, S/P; ÉVORA, 2015, p. 44; SILVA, 2001, p. 293, 298, 300, 302; COHEN, 2001, p. 244. CARREIRA, 1982, p. 252 -253, TORRÃO, 2013, s/p)

6.4. Ilha do Fogo

6.4.1. Cidade de São Filipe

A ilha do Fogo foi a segunda ilha a ser habitada em Cabo Verde, nos finais do séc. XV e inícios de XVI. O povoamento deu-se primeiramente em São Filipe (vila, depois Cidade). A vila foi fundada em 1510, por Fernão Gomes⁶⁸.

⁶⁸ Fernão Gomes – Capitão da ilha do Fogo.



Fig. 25 – Potenciais áreas de interesse de investigação arqueológica na Ilha do Fogo, com a indicação da localização da cidade de São Filipe. Localizados no Google earth (Nireide Tavares, 2016).

Nas várias descrições gerais sobre a vila de São Filipe, há referências da sua boa aparência com muitas casas de pedra e cal cobertas de telha, muitas igrejas ou ermidas, fortes e baterias de defesa, e outros elementos essenciais de uma vila. A prática de agro-pecuária foi muito desenvolvida na ilha, principalmente a agricultura, pelo solo ser muito fértil, para além de actividades desenvolvidas à volta do vulcão (CHEMLMACHI, 1841, p. 86 -87; LIMA, 1844, p. 24 – 31; VALDEZ, 1864, p. 254 – 261; BARCELLOS, 1899, p. 56).

6.4.2. A Indústria do Algodão da ilha do Fogo

Desde os primórdios da colonização, o algodão⁶⁹ constituiu um produto de muita procura. Em Cabo Verde, o cultivo de algodão foi desenvolvido essencialmente na ilha do Fogo e Santiago. Na ilha do Fogo foi mais intensivo e em maior escala, o algodão, que era um recurso estratégico por excelência tornou-se no principal objecto de exportação e transacção entre as ilhas e a Costa Ocidental Africana. O produto era utilizado como moeda de troca; forma de pagamento; mercadoria de resgate; utilizado para confecção de panos e para exportação. Consequentemente, esta actividade comercial era a mais significativa para a economia cabo-verdiana no séc. XVI, e desenvolvida essencialmente pela mão-de-obra escrava.

O algodão era cultivado e produzido na ilha do Fogo, mas o armazenamento e reexportação era feito a partir da ilha de Santiago, para Costa da Guiné, principalmente nos portos frequentados por navios portugueses, mas no porto do Rio de São Domingos a procura era maior, por causa da activa indústria de tecelagem. Este ciclo de cultivo, produção, exportação era tão importante, que especificamente para a ilha criou-se um

⁶⁹ Algodão – (Gossypium Arboreum)

novo ofício administrativo propositadamente ligado à cultura do algodão: o de Feitor dos Algodões do Fogo. Nos registos de exportação, há anos em que se registam volumes expressivos e significativos de algodões (FERRÃO, 1991, p. 282 -285; DOMINGUES, 1991, p. 144-145).

Sobre a ilha do Fogo, poucas são as informações referentes aos primórdios da sua ocupação e do povoamento nas fontes históricas, a maioria existente encontra-se espalhada em trabalhos e obras de descrições gerais sobre Cabo Verde (PEREIRA, 2005, P. 17-18). Sendo assim, um estudo arqueológico na área traria informações dos aspectos desse povoamento, as actividades desenvolvidas, identificação dos vestígios do passado daquela que foi a segunda ilha a ser habitada, e uma das primeiras povoações fundadas no arquipélago. Procurar no terreno, os traços primordiais da ocupação e povoamento da cidade de São Filipe e dos espaços rurais da ilha, tendo em atenção neste ponto as capelas rurais, os campos de algodão e vestígios materiais dessa actividade tão importante e fortemente desenvolvida na ilha. Há que também aqui ter em conta, a pouca documentação escrita sobre a área específica, e que dados não documentados só através da arqueologia podem ser obtidos.

Principal Bibliografia: CHELMICHI, 1841, p. 86, 87; LIMA, 1844, p. 24, 26, 28, 29; CHELMICHI, VERNHAGEN tomo II, 136, 157-158; BARCELLOS, 1899, p. 56; LIMA, 1844 parte II, p. 23 -31; PIRES, 2004 p. 32; BRÁSIO, 1963, II série Vol. II, p. 273 – 275; CARREIRA, 1985,p. 30; BALENO, 1991, p. 146; COHEN, 2002, p. 183; TORRÃO, 1991, p. 258- 311; PEREIRA, 2005, 173p; PEREIRA, 2004, p.32; SILVA, 1991, p. 183-186; VALDEZ,1864, p.260; DOMINGUES, 1991, p. 101 – 105, 143-146; TORRÃO 2013, S/P; LERENO, 1952; SANTOS, SOARES, 2001, p. 376.

6.5. As ilhas Salineiras

O sal do arquipélago de Cabo Verde tornou as ilhas célebres no mundo desde há muito, devido à sua abundância e qualidade, constituindo assim, um dos primeiros produtos comercializados no país. As salinas existem nas ilhas orientais do arquipélago: Sal, Boa Vista e Maio, por isso, conhecidas como “ilhas salineiras”. A comercialização do sal era uma actividade muito popular, por exemplo, os holandeses e escritores flamengos chamavam as ilhas de Cabo Verde de “*Ilhas do Sal*”, e era nessas paragens que os ingleses, nas suas viagens para o oriente abasteciam do produto produzido nas salinas (CHELMICHI, 1841, p.8; LIMA, 1844, p. 11). No final do séc. XVI começou a exploração, principalmente pelos ingleses, nas ilhas do Maio e Boavista. No séc. XVII a exportação do sal das ilhas salineiras, era feito para Alemanha, Inglaterra e Dinamarca (KASPER, 1987,

p.122). A indústria salineira, também foi muito importante no desenvolvimento económico do arquipélago desde o início da sua exploração e comercialização (séc. XVI), serviu de impulso ao povoamento das referidas ilhas, e estas eram as únicas que contribuíam para a fazenda real com um rendimento certo.

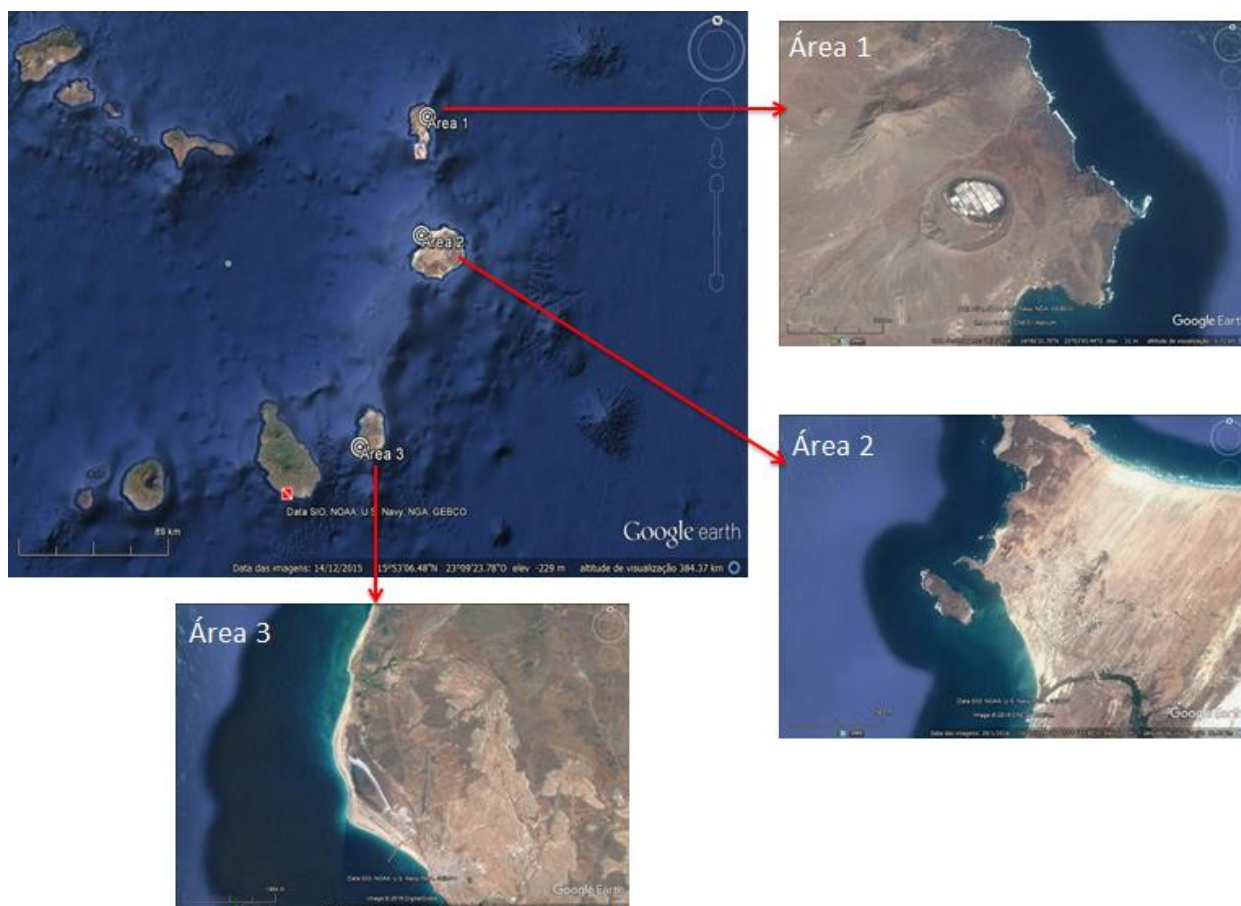


Fig. 26 – Potenciais áreas de interesse de investigação arqueológica: as Ilhas salineiras (área 1 – ilha do Sal, área 2 – Ilha de Boavista, área 3 – ilha do Maio) Localizados no Google earth (Nireide Tavares, 2016).

6.5.1. Ilha do Sal – área 1 (fig. 26 – área 1)

Na ilha do Sal, existem várias salinas de formação espontânea e em abundantes quantidades tanto que, Valentim Fernandes (1506, p. 187) regista que “ ... *tantos navios lá fossem tantos poderia carregar...*”. Inclusive herdou o nome devido a abundância desse produto, que veio a substituir o seu nome inicial “*ylha Lhana*”. Na ilha, a primeira salina a ser explorada foi a salina de Pedra de Lume (Costa NE da ilha). Um rico jazigo de sal-gema, localizado no interior de uma cratera de um vulcão para onde o mar se infiltra e depois se evapora. A sua entrada é feita a partir de um túnel ou cratera de um vulcão que em

épocas geológicas esteve em ligação com o mar, as águas que se infiltraram devido à evaporação, deixaram um depósito de sal calculado em milhões de toneladas.

Nos inícios do séc. XIX, o conselheiro Martins⁷⁰ levou a cabo a exploração da referida salina. Esta, por localizar numa região de difícil acesso, dificultava o escoamento do sal explorado até ao porto. Para facilitar esse processo e auxiliar na exportação do produto, o Conselheiro Martins efectuou um projecto de grande envergadura. Este abriu as encostas e cristas do monte de Pedra de Lume estabelecendo a ligação entre o interior da cratera vulcânica, onde se situava a mina de Pedra de Lume, e o exterior permitindo também mais fácil ligação entre a salina e o porto. O trabalho do túnel ficou concluído em 1808, tendo instalado uma exploração comercial do produto, com conseqüente aumento de embarcações de diferentes nacionalidades que iam abastecer de sal. Para facilitar o escoamento do produto, M. Martins implantou na salina em 1836 um Caminho-de-ferro (cerca de 1,5 Km, por onde era conduzido o sal em vagonetes com ajuda do vento), tida como a primeira estrada de ferro em Portugal e seus domínios e em África, desde a salina Pedra de Lume até ao ponto de embarque, junto da costa (CHELMICHI, 1841, p.45, 47, 193; BARCELLOS, 1892, p. 51, 52; LIMA, 1844, p. 53, 57, 58; VALDEZ, 1864, p. 162-164).

Outra salina, a de Santa Maria, começou a ser explorada em 1833. Esta actividade deu um impulso ao povoamento da região e a partir daí surgiu a vila de Santa Maria.

6.5.2. Ilhas de Boavista e Maio (Fig. 26 - Área 2 e 3)

Na ilha de Boavista existem salinas naturais junto das costas, concretamente ao longo da Costa Sul, no Curral Velho, na zona Norte ou Canto, também conhecidas por Salinas de Baluarte ou Boca da Ribeira, e na vila de Sal-Rei. As salinas da Vila de Sal Rei e do Canto por serem de melhor qualidade foram as mais exploradas, a primeira sempre recebeu maiores atenções por partes dos vários e sucessivos exploradores, principalmente, porque o porto do Canto é perigoso à navegação, o que dificultada o seu escoamento. A ilha de Boavista comporta o sal de melhor qualidade do arquipélago. Um sal marinho, muito branco, puro que forma cristais, de excelente qualidade. Daí chamado de “*Sal Rei*”, topónimo adaptado à Vila: Vila de Sal-Rei. Nos finais do séc. XVI, os ingleses descobriram a existência do sal natural, um depósito de sal de boa qualidade (LIMA, 1997, p. 110 -111; KASPER, 1987,p. 104).

⁷⁰ Manuel António Cosqueiro Martins (1772-1847) – Armador, comerciante, proprietário, político, deputado nas Cortes Constituintes em 1821. Nomeado Conselheiro por D. Maria II, foi governador de Cabo Verde entre 1833-1835 (único a usar o título de Prefeito das Ilhas). Foi fundador das Salinas de Pedra Lume, do povoamento da Ilha do Sal e da Vila de Santa Maria.

O sal da ilha de Boavista era procurado intensivamente por baleeiros que pescavam em Cabo Verde, essa procura também estendia-se à ilha do Maio. Dentre as ilha salineiras, Maio pode ter sido até ao século XVII a mais frequentada para a recolha desse produto, sobretudo com destino ao Brasil⁷¹, exportando grandes quantidades de sal. A apanha e comercialização do sal nas ilhas de Maio e Boavista deu-se num período em que a ilha do Sal não tinha sido habitada, facto que só veio acontecer no séc. XIX, com a exploração do sal na região de Pedra de Lume.

O caso das ilhas salineiras e da exploração do sal é especial, porque representam aspectos ligados à história da economia, comercialização e contactos com pessoas de outras nacionalidades, para além de constituir também, uma actividade industrial importante que necessitava de grandes quantidades de mão-de-obra.

Assim, no geral seria de grande interesse procurar no terreno os vestígios da indústria e exploração salineira. As estruturas utilizadas na exploração do sal, algumas encontram-se arruinadas, mas, podem constituir vestígios significativos para a arqueologia industrial. Na ilha do Sal, concretamente na salina de Pedra de Lume, ver se ainda existe partes daquele que foi o primeiro caminho-de-ferro instalado nos domínios portugueses. Investigar, a fim de perceber o tipo, a evolução do povoamento que se desenvolve a partir da exploração do sal nas referidas ilhas.

Principal Bibliografia: CHELMICHI,1841, p.45, 47, 57, 59, 193; BARCELLOS, 1892, p. 51, 52; LIMA, 1844, p. 34, 53, 57, 58; VALDEZ, 1854, p. 162 -165, 180-182; BALENO, 1995, p.162; SILVA 1991 223-224; LIMA, 2002, p. 47; LIMA, 1997, p.110.

6.6. Ilha de São Vicente

A ilha de São Vicente, a última do arquipélago a ser povoada, concretamente a partir de 1838 (séc. XIX) devido ao desenvolvimento do seu porto principal: o Porto Grande. Na Baía do porto, foi estabelecido depósitos de carvão para o abastecimento dos navios em rota pelo Atlântico. Essa actividade cresceu significativamente, e deu um forte impulso à fixação da população na ilha, o que permitiu a fundação da cidade de Mindelo.

⁷¹ [consultado em Setembro, 2016] Disponível em: <http://www.nosgenti.com/?p=2968>



Fig. 27 – Potenciais áreas de interesse de investigação arqueológica: ilha de São Vicente, com indicação da localização do Porto Grande e da cidade de Mindelo. Localizados no Google earth (Nireide Tavares, 2016).

6.6.1. Porto Grande e Cidade de Mindelo (Fig. 27)

“ ... O porto Grande de São Vicente, pode ser considerado como um porto de primeira ordem entre os mais importantes das nossas possessões ultramarinas...”
(BARCELLOS, 1892, p. 59)

O Porto Grande, localizado em frente da cidade de Mindelo, ilha de São Vicente, é tido como o melhor porto de Cabo Verde e uma das baías mais belas do mundo. As suas vantajosas condições naturais permitiram o seu amplo desenvolvimento na segunda metade do séc. XIX. Um porto natural de águas profundas, bem abrigado, sem baixios e de fundeadouro seguro.

Nesse período, através da expansão do vapor, o Porto Grande e a ilha tiveram um desenvolvimento expressivo. No porto foi instalado, diversos depósitos de carvões ingleses onde muitos navios alcançavam para reabastecimento, exemplo de algumas carvoarias inglesas instaladas: 1850 – a Royal Mail Steam Packet; 1851 – Patent Fuel e Thomas and Miller; 1853 – companhia de Visger e Miller como representantes da Royal Mail; 1858 – Mac Leod and Martin. (Ministério da Habitação e Obras Publicas de Cabo Verde 1984, p. 19).

O Porto servia de ponto de escala, de quase tudo que atravessava o atlântico no sentido Norte-sul (fluxos de mercadoria, linhas submarinas, circuitos de comunicação, etc.). Na 2ª metade do séc. XIX, tornou-se no mais importante porto do medio atlântico, sendo Cabo Verde o mais estratégico dos arquipélagos do atlântico, a nível da náutica e do vapor, ou seja, reunia todas as condições necessárias para o tal desenvolvimento que se sucedeu. A intensa actividade ao entorno do porto permitiu a fixação da população em seu redor,

que culminou na criação da Cidade do Mindelo. Ao longo do tempo, foram criadas muitas estruturas portuárias e marítimas, providenciou-se a defesa do porto e para além do abastecimento dos navios, decorriam outras actividades, prova disso, são as várias menções acerca da existência de armazéns e alfandegas, fortes, fortins, caminho-de-ferro, etc., nas várias descrições históricas referentes aos primórdios da ocupação da ilha.

O Porto Grande e o seu desenvolvimento no século XIX constituem factos marcantes para a história do país, merecendo maior atenção e investigação. Para o caso também, seria interessante levar a cabo uma investigação arqueológica, a fim de tentar encontrar os vestígios materiais, do ambiente industrial e mercantil da época, o que sobrou das carvoarias antigas, associadas, os primórdios da ocupação e evolução da cidade do Mindelo hoje centro histórico.

Principal Bibliografia: LIMA, 1844, p.67 - 69; VALDEZ, 1854, p.107, 108, BARCELLOS, 1892, p.59 – 61; SILVA, 2000, P. 15,16, 87, 97, 102-104;

6.7. Potenciais áreas de interesse de investigação arqueológica: algumas considerações de conjunto

A nível de potenciais áreas de investigação arqueológica nas ilhas de Cabo Verde, há que referir que estes não se limitam aos casos acima referidos, estes representam apenas algumas propostas de uma possível abordagem arqueológica no arquipélago. Existem vários outros casos exemplares de actividades comerciais, industrias, factos históricos importantes que repercutiram no desenvolvimento, economia, modo de vida e história do país. A título de exemplo, temos o caso das ilhas agrícolas, que representam a segunda vaga de povoamento do arquipélago, nomeadamente ilhas de Santo Antão, São Nicolau e Brava, ilhas onde a actividade agrícola, pastoral e piscatória foram significativas. A nível de actividades industriais, o caso da ilha de Santo Antão, onde existiu uma fábrica de anil, amplamente referenciada nas fontes históricas; assim como a exploração do cal na ilha de Boavista; actividades do cultivo e transformação de cana-de-açúcar em várias propriedades rurais das ilhas, para além de outras indústrias. Também, o Campo de Concentração do Tarrafal (ilha de Santiago), importante para a história do século XX, ligada ao regime salazarista, seria de interesse realizar, para uma memória futura, o registo arqueológico do que ainda existe e das destruições intencionais. Estes seriam elementos materiais para a história da ditadura e história da independência, e da relação com os vestígios materiais do passado, um passado doloroso que se quer esquecer, mas do qual tem que preservar a memória. O mundo rural, com o leque amplo de actividades: as propriedades, o sistema de morgadios e capelas, as grandes fazendas rurais com os

seus apetrechos, a religiosidade vivida nestes espaços. O caso dos concheiros da Ilha de São Vicente, em que é provável a existência no litoral das outras ilhas de sítios semelhantes e que podem ter uma cronologia associada aos inícios da ocupação de Cabo Verde. Sem esquecer da Arqueologia subaquática, onde ainda há muito por descobrir e decodificar para além dos naufrágios, os cabos telégrafos submarinos implantados em Cabo Verde.

Estes são alguns exemplos, e ainda há muito por fazer a nível de investigação arqueológica em Cabo Verde, uma área onde a potencialidade não falta. Há que se investir em investigações nesse campo, que é útil para o conhecimento histórico do país, mais uma ferramenta para gestão e valorização do património cultural nacional, e outro instrumento do desenvolvimento turístico e económico do país.

7. Património arqueológico de Cabo Verde: uma ferramenta científica e patrimonial

Em Cabo Verde, a questão patrimonial ainda é um assunto que necessita de maior atenção, principalmente no que diz respeito à sua preservação, valorização e divulgação como uma riqueza nacional única e irreversível. Este património cultural e simultâneo histórico e arqueológico, que urge conhecer nos seus diferentes aspectos e nas suas diferentes épocas.

A Arqueologia no país encontra-se em fase inicial do seu desenvolvimento. Apesar dos trabalhos arqueológicos já realizados tanto no meio terrestre como subaquático, ainda há muito trabalho por desenvolver este nível. A investigação arqueológica tem potencialidade de dar o seu contributo para o conhecimento patrimonial e histórico do país, uma história em construção que necessita de mais elementos e testemunhos. Através da Arqueologia é possível realizar análises à geografia histórica, o que permite descobrir factos que podem não estar referenciados nas fontes e documentos escritos fornecendo dados acerca da história e cultura do país, uma vez que a arqueologia é capaz de revelar o passado para além dos documentos escritos, o estudo dos vestígios arqueológicos, permite uma reconstrução mais verídica dos factos. Para isso, é necessário apostar na preservação e valorização do património cultural em geral, especialmente o arqueológico. Este, pela sua característica e inerente fragilidade exige tomada de medidas urgentes para sua gestão, algo que somente pode ser executado ou desenvolvido a partir do conhecimento dos bens existentes, e porque esta gestão por sua vez é indissociável da gestão dos bens culturais, justifica-se a importância do conhecimento dos bens patrimoniais existentes.

O património arqueológico possui um papel fundamental não só no que diz respeito à consolidação da identidade cultural contribuindo para enaltecer e aprimorar o nível cultural das comunidades e dos estudantes, mas também, porque este ao materializar em objectos e estruturas musealizáveis, torna-se elemento significativo para o desenvolvimento do turismo cultural e da comunidade nacional. A percepção desta importância do património arqueológico pode não ser fácil em países com poucos recursos e outras prioridades mais urgentes como Cabo Verde, uma vez que a arqueologia é uma ciência cara, exigente e demorada, e os seus resultados nem sempre entusiasma os patrocinadores oficiais e privados, mas tem que se ter sempre em consideração que estes vestígios fazem parte do património cultural, o que obriga à sua preservação (GUIMARÃES, 2001, p. 128).

Para Cabo Verde, citando José Évora (2015, p. 20) “ *a arqueologia cabo-verdiana apresenta-se ainda como uma disciplina desprovida de um suporte teórico sólido, que lhe permita qualificar e avaliar a relevância dos distintos vestígios arqueológicos, possibilitando-lhe uma melhor inserção na problemática da história e da cultura cabo-*

verdiana.” Isto, para referenciar a fase embrionária em que arqueologia se encontra no momento no país, necessitando de maiores desenvolvimentos, para que possa ser mais uma valia ao estudo e investigação, podendo fornecer dados que enriquecem a história e cultura nacional.

No país, a protecção legal do património arqueológico revela-se insuficiente como referido anteriormente, para além de ser pouco conhecida, facto que se generaliza às demais legislações patrimoniais vigentes. Para a área arqueológica existem poucos profissionais, que adquiriram o seu grau académico em outras paragens e realidades (Portugal, Brasil, Espanha), uma vez que não existe um Curso de Arqueologia no país (apenas uma cadeira no âmbito da licenciatura em História). A actividade arqueológica é pouco desenvolvida e ainda não existe um plano nacional de arqueologia e de trabalhos arqueológicos (plano de estudos, salvaguarda e valorização do património arqueológico), que constitui uma ferramenta de gestão fundamental.

Sobre as intervenções arqueológicas desenvolvidas até a data, trouxeram contributos consideráveis para o conhecimento histórico e patrimonial do país. Estas, salvo alguns trabalhos pequenos e pontuais realizadas por técnicos nacionais, foram realizadas sempre por equipas estrangeiras, algumas das quais desenroladas a reboque e no âmbito de intervenções arquitectónicas, sujeitas por isso a algum desenquadramento. Alguns relatórios de escavações das equipas estrangeiras não foram remetidos ao Ministério, e há ainda muita informação das escavações que, apesar da existência de relatório, necessitam de ser publicados (D’OLIVEIRA, 2005, p. 136-137; GUIMARÃES 2001, p. 128).

A nível dos sítios arqueológicos em si, muitos carecem de intervenção patrimonial: estudos arqueológicos, arquitectónicos, acções de preservação, conservação e restauro, valorização e principalmente divulgação. Para Cabo Verde, é necessário a realização de prospecções eficazes, com conseqüente inventário na medida que a investigação arqueológica faz regularmente aparecer novos sítios, e prosseguir com a realização da carta arqueológica nacional. Regista-se ainda, fraca divulgação dos sítios e dos trabalhos arqueológicos tanto no território nacional como internacional, pouca animação cultural em torno dos sítios, estando estes sub-explorados. O mesmo verifica-se em relação ao rico património arqueológico subaquático, muito pouco conhecido e divulgado. Registam-se ainda situações de pilhagens dos bens culturais principalmente pilhagem de restos de navios submersos, o que advém do pouco conhecimento patrimonial e da fraca consciencialização da sua preservação. Sobre os artefactos recuperados durante as intervenções arqueológicas quer terrestres quer subaquáticas, poucos deles foram estudados, sendo estes na sua maioria analisados num contexto genérico de estudo dos sítios na sua íntegra. Desse modo, existe muito material por estudar, inventariar, catalogar e expor.

Relativamente ao estado de conservação património histórico-arqueológico em geral, muitos sítios, apesar de apresentarem uma conservação razoável, necessitam de

frequente manutenção. Alguns encontram-se mesmo em estado de abandono. A degradação deve-se por um lado, a efeitos causados por processos naturais e físicos característicos do país, por outro, acções antrópicas, que decorrem da pouca sensibilização patrimonial e da ainda diminuta valorização do património cultural.

Há registos de muitas situações inadequadas sobre estruturas patrimoniais: caso de vandalismo, lixo, depósitos, consequências provenientes das actividades agrícolas, pastoral e não só que constituem riscos para o património e sua preservação. Algumas obras, em sítios classificados como Património Nacional, alteraram a sua configuração original, existência de artefactos e elementos arquitectónicos dos sítios fora do seu contexto original, abandonados e dispersos, etc. Ou seja, detectaram-se um conjunto de situações de risco e casos de destruição dos sítios histórico – arqueológicos, situações estas que exigem urgentemente mudanças de postura, numa acção concreta de salvaguarda patrimonial. Para além destes, verifica-se uma necessidade ampla de um maior envolvimento da população com o património.



Fig. 28 – Algumas situações de descaso sobre edifícios patrimoniais (A - Forte de Santo António com pocilgas modernas adoçadas às paredes da muralha; B – Obras modernas realizadas na Igreja de Nossa Senhora da Luz (Património Nacional) que chocaram com as questões básicas de preservação patrimonial; C - Materiais arqueológicos, arquitecturais e cantarias da Sé Catedral espalhadas pelas ruas; D - situação de vandalismo nas paredes do Campo de Concentração de Tarrafal. (Fotografias: Nireide Tavares, 2016).

7.1. Cidade Velha

No caso específico de Cidade velha, sabe-se que as ruínas e vestígios antigos da cidade até há bem pouco tempo encontravam-se num elevado estado de degradação provocados, tanto pelo passar do tempo como pela desconsideração humana, (PEREIRA, 1988, p. 21). Nos últimos anos, muitos trabalhos de conservação, restauro foram desenvolvidos nos edifícios monumentais da cidade, que proporcionaram uma nova vida aos monumentos, como referido durante o processo de candidatura da cidade a Património Mundial. Certo, é que apesar dos avanços consideráveis que a Cidade Velha obteve nos últimos tempos, ainda existem muitos pontos a serem melhorados, para o bom funcionamento da mesma.

7.2. Algumas medidas gerais de Salvaguarda e preservação patrimonial

A ideia de preservação patrimonial tem sido sempre frisada ao longo do texto, uma vez que representa um assunto de extrema importância, e que requer uma atenção acrescida.

O património cultural, quer material quer imaterial de Cabo Verde necessita de acções de preservação frequentes, tendo em conta que está frequentemente em risco. Para isso, é necessário um conjunto de medidas preventivas, que começam com uma intervenção maior por parte das autoridades responsáveis, no incentivo à preservação, consciencialização da população no que diz respeito à defesa patrimonial, sensibilização sobre o património e a sua importância, um bem de todos e que deve ser preservada, conservada e usufruída por todos, e pelas gerações vindouras. O reforço da ideia de que é necessário um esforço de todos, e não só dos profissionais ligados ao património, para que não se registem situações que coloquem em risco a salvaguarda patrimonial é essencial. É necessário uma ampla educação patrimonial envolvendo a população nessas iniciativas, porque só com uma boa educação é possível evitar muitos actos reprováveis em relação ao património. Apostar fortemente na defesa do património, defesa essa que tem que estar intimamente ligada ao estudo e investigação do mesmo, para que esta possa ser eficaz. A investigação fornece dados ao conhecimento patrimonial para além de justificar a sua defesa. Relativamente à legislação patrimonial vigente, necessita de ser actualizada e adequada às novas exigências, apostar na sua divulgação para fazer com que se cumpra, penalizando aqueles que a violam.

Concretamente sobre a Arqueologia, o país por não possuir uma tradição arqueológica vinculada, fez com que esse ramo fosse durante muito tempo quase que esquecido, apesar do grande potencial arqueológico que o país apresenta, principalmente para estudos do Período Moderno e Arqueologia da Expansão. Mas para que haja um maior conhecimento

arqueológico, maior dinâmica na gestão destes bens, é necessário a tomada de algumas medidas.

Acções a desenvolver:

- Maior cobertura legislativa em relação ao património arqueológico, que promova dinâmicas de gestão e protecção;
- Aposta na capacitação de técnicos nacionais na área, desenvolvimento de uma equipa séria, eficiente e capacitada para fiscalizar o património cultural, nomeadamente o património arqueológico;
- Incentivar a investigação e estudo arqueológico a nível nacional, o que requer investimentos na formação de técnicos e fornecimento de oportunidades de desenvolvimento de pesquisas ligadas ao património cultural, com vista ao seu melhor conhecimento e enriquecimento;
- Realização de prospecções em busca de novos sítios e melhor conhecimento arqueológico na área;
- Criar condições para estudos e inventários dos artefactos recuperados durante as investigações arqueológicas e incentivos a estudos de carácter científico, bem como divulgação nacional e internacional;
- Sobre a arqueologia subaquática, apostar na criação e formação de uma equipa especializada e capacitada para investigar e fiscalizar o património subaquático;
- O Museu de Arqueologia da Praia, por possuir um riquíssimo espólio, tem que apostar mais na sua divulgação, ser um museu mais dinâmico e interactivo com o público, por exemplo criando um *site*, realizando inventários digitalizados e que possam ser consultados;
- Realização de uma Carta Arqueológica Nacional (um elemento de extrema importância para o património arqueológico, que surge como um instrumento dinâmico no conhecimento, gestão e valorização deste, e que por si só justifica a sua realização). A carta arqueológica representa a inventariação de sítios e monumentos de interesse arqueológico e patrimonial com a respectiva cartografia, possui informações importantes dos sítios (condição cultural, cronologia, trabalhos realizados, conservação, ameaças, medidas preventivas, etc.) sendo assim, necessita de estar em permanente actualização, sugerindo-se esta realização em ambiente digital.
- Promoção e divulgação do património arqueológico, dos trabalhos e resultados das pesquisas (digitalização da informação por exemplo);
- Etc.

Estas representam algumas medidas, que poderão ser tomadas e que serão essenciais para a melhor gestão dos sítios arqueológicos. Os problemas que se registam em relação ao património arqueológico nacional possuem solução, mas, tendo sempre a consciência de que esse é um processo faseado no tempo. Porque é um trabalho árduo que necessita

de vontade, esforços, investimentos e concretização. Mas há que ter em atenção que para proteger, salvaguardar e respeitar é preciso conhecer, para conhecer é necessário divulgar, o que só pode ser realizado a partir de estudos de qualidade, para que a divulgação e o conhecimento também o sejam de qualidade. A investigação para qual esta tese pretende ser um pequeno contributo, criando riqueza económica e consciência identitária, a investigação representa a via principal para um conhecimento e gestão patrimonial eficiente, e consequente divulgação do legado histórico e arqueológico nacional.

8. Bibliografia

História Geral de Cabo Verde. Corpo Documental. Vol. I. (1998). ALBUQUERQUE, L. de; SANTOS, M. E. M. (Eds.). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 323 p.

História Geral de Cabo Verde. Corpo Documental. Vol. II. (1990). ALBUQUERQUE, L. de; SANTOS, M. E. M. (Eds.). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 369 p.

História Geral de Cabo Verde. Vol. I. (1991). ALBURQUERQUE, L. de; SANTOS, M. E. M. (Eds.). Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção Geral do Patrimônio Cultural de Cabo Verde, 478p.

História Geral de Cabo Verde. Vol. II. (1995). SANTOS, M. E. M. (Eds.). Lisboa e Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, 596p.

História Geral de Cabo Verde. Vol. II. (2001). ALBURQUERQUE, L. de.; SANTOS, M. E. M. (Eds.). 2ª Ed. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, 596 p.

História Geral de Cabo Verde. Vol. III. (2002). ALBURQUERQUE, L. de; SANTOS, M. E. M. (Eds.). Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, 525 p.

Álbum cartográfico de Cabo Verde. Comissão de Cartografia (1883/1936) (2009) SANTOS, M. E. M. ; GARCIA, J. C. (Dir.) Lisboa: Sociedade Industrial e Gráfica. Praia: Instituto de Investigação do Património Cultural, 217 p.

ALBUQUERQUE, L. de. (1991) – O descobrimento das ilhas de Cabo Verde. In História Geral de Cabo Verde. Vol. I. (1991). ALBURQUERQUE, L. de; SANTOS, M. E. M. (Eds.). Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção Geral do Patrimônio Cultural de Cabo Verde, p. 23-39.

AMARAL, I. do. (1964) – Santiago de Cabo Verde, A terra e os homens. Lisboa: Memórias da Junta de investigação do ultramar, nº 48 2ª série, (1964), 444 p.

AMARAL, I. (1991) – Cabo Verde: introdução geográfica. In História Geral de Cabo Verde. Vol. I. (1991). ALBURQUERQUE, L. de. ; SANTOS, M. E. M. (Eds.). Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção Geral do Patrimônio Cultural de Cabo Verde, p. 1 – 22.

AMARO, C. (1990) - Missão Arqueológica em Cabo Verde, escavações arqueológicas na Cidade Velha – Sé. Ponto de situação.

AMARO, C. (1990a) - Missão Arqueológica em Cabo Verde, Escavações arqueológicas na Cidade Velha – Sé. Relatório Síntese 1990.

AMARO, C. (1990b) - Escavações Arqueológicas na Cidade Velha. *Oceanos*, nº 5. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 85-87.

AMARO, C. (1991) - Missão Arqueológica em Cabo Verde, Escavações arqueológicas na Cidade velha – Sé, 2ª fase – 23 de junho a 4 de Agosto de 1991.

AMARO, C. (1993) - Missão Arqueológica em Cabo Verde, Sé – Cidade Velha, 3ª Campanha Arqueológica, 7 de julho a 6 de Outubro de 1993.

AMARO, C. ; SANTOS, V. (2002) – Recuperação do Forte da Preguiça, na ilha de S. Nicolau, República de Cabo Verde. *Pedra e Cal*, Nº 15, p. 10-12.

AMARO, C. (2012) – Sé da Cidade Velha, República de Cabo Verde, Resultados da 1ª fase de campanhas arqueológicas. *Velhos e Novos Mundos: Estudos da Arqueologia Moderna*, Vol. I. p. 451 – 464.

Apendice IV: Programa de trabajo de actuación arqueológica (Proyecto de recuperación del patrimonio histórico, desarrollo turístico, y agrícola de Cidade Velha – República de Cabo Verde – AECl), [s/d].

ARES, J. ; CÁCERES, Y. (2000) - Restabelecimento do passado: I. Investigações arqueológicas na Real Fortaleza de São Filipe. In: Cabo Verde, fortaleza, gentes e paisagem (2000), ed. Bilingue Agencia Espanhola Cooperação Internacional, p. 133-163.

ARES, J. ; CÁCERES, Y. (2002) – A história de Cabo Verde através dos seus monumentos emblemáticos. A escavação do Convento de S. Francisco – Cidade Velha, Cabo Verde. IV Colóquio Internacional de estudos sobre África e Ásia. Elche, Alicante: Instituto de cultura Juan Gil-albert, Diputación Provincial de Alicante, concejalia de cultura de Elche, p. 209-229.

ARES, J; CÁCERES, Y. (2005) – Una Fortaleza Filipina en las islas de Cabo Verde. La Fortaleza Real de San Filipe en Ribeira Grande. II Congreso Internacional de castellología Ibérica, 8-11 de Novembro de 2001. Alcala de la Selva (Turuel). Diputación de Turuel, Madrid, p. 765 -778.

Atlas da Lusofonia: Cabo Verde (2006) CARDOSO, P. (concepção e direcção) Lisboa: Prefácio-Edição de Livros e Revistas, cop. 2006. Lousã: Tipografia Lousanense. 99p.

BALENO, I, C. (1991) – Povoamento e formação da sociedade. In História Geral de Cabo Verde. Vol. I. (1991). ALBURQUERQUE, L. de; SANTOS, M. E. M. (Eds.). Lisboa e Praia:

Instituto de Investigação Científica Tropical e Direção Geral do Patrimônio Cultural de Cabo Verde, p. 125 – 176.

BALENO, I. C. (1995) - Pressões Externas. Reações ao Corso e à Pirataria. In História Geral de Cabo Verde. Vol II (1995). SANTOS, M. E. M. (Eds.). Lisboa e Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, p. 125 -188.

BARCELLOS, C. J. de S. (1892) - Roteiro do Archipélago de Cabo Verde. Lisboa: typographia do jornal “As Colónias Portuguezas”, 100 p.

BARCELLOS, C. J. de S. (1899) – Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Tomo I, partes I e II. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias.

BARCELLOS, C. J. de S. (1904) - Alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 108p.

BARCELLOS, C. J. de S. (2003) - Subsídios para a História de Cabo Verde. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003. Anotações e comentários de António Carreira.

BATATA, C. (1998) – Carta Arqueológica do conselho de Sertã. Camara Municipal de Sertã, 96p.

BEBIANO, J. B. (1932) - A geologia do Arquipélago de Cabo Verde. Lisboa: Publicação patrocinada pelo Ministério das Colónias e Govêrno da Colónia de Cabo Verde. Sep. De Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, tomo XVIII, 1932, 275 p.

BRÁSIO, A. (1963) – Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1500 -1569). 2ª Série, Vol. II. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 581p.

BRITO, K-Z. (1999) – Peças antigas sobem à superfície. In Jornal *A Semana*. 17 de Setembro de 1999, ano VIII nº 420, p. 5.

CABO VERDE, fortaleza, gentes e paisagem (2000), ed. Bilingue Agencia Espanhola Cooperação Internacional.

CABRAL, F. A. (1806) - Segunda memória hidrográfica das ilhas de Cabo Verde. Lisboa, 89 p.

CABRAL, I. M. (1995) – Ribeira Grande: Vida Urbana, gente, mercancia, estagnação. In História Geral de Cabo Verde Vol II (1995). SANTOS, M. E. M. (Eds.). Lisboa e Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, p. 225-273.

CABRAL, I. M. (2001) - Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercancia e estagnação. In História Geral de Cabo Verde. Vol. II. 2ª ed. (2001). ALBURQUERQUE, L. de; SANTOS, M. E.

M. (Eds.). Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, p. 225- 274.

CABRAL, I. M. (2015) – A primeira elite colonial atlântica. Dos “Homens Honrados Brancos” de Santiago à “Nobreza da Terra”. Edições Sílabo, 292 p.

CALADO, M. (1993) – Carta arqueológica do Alandroal. Camara Municipal do Alandroal, 175p.

CARREIRA, A. (1982) - Estudos de Economia Caboverdiana. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 342 p.

CARREIRA, A. (1983) – Cabo Verde: Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878). Lisboa: Comissão da Comunidade Europeia, Instituto Caboverdeano do Livro, 549 p.

CARREIRA, A. (1983a) - Panaria Cabo-verdiano-Guineense. Aspectos históricos e económicos. 2ª ed. Praia: Instituto Caboverdiano do livro, 226 p.

CARREIRA, A. (1983b) – Migrações nas ilhas de Cabo Verde. 2ª ed. Lisboa: Instituto Cabo-Verdeano do Livro, 322 p.

CARREIRA, A. (1985) - Notícia corográfica e chronológica do bispado de Cabo Verde desde seu princípio até ao estado presente, com um catálogo dos excelentíssimos Bispos, governadores e ouvidores e os seus sucessos mais memoráveis e verídicos, tirados de livros e papéis antigos. E assim mais algumas insinuações dos meios mais conducentes para o restabelecimento dele, por se achar na última decadência composta pela infatigável diligência de um amante da pátria e leal vassalo de sua majestade fidelíssima 1784. Apresentação, notas e comentários por António Carreira. Lisboa: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 116p.

CARREIRA, A. (1987) - Descrições oitocentistas das ilhas de Cabo Verde. Recolha e anotações de António Carreira. Mem Martins Edição patrocinada pela Presidência da República de Cabo Verde, 275 p.

CARDOSO, J. L. ; SOARES, A. M. M. ; GUERREIRO, A. ; BARRADAS, C. ; REINER, F. ; COSTA, R. ; CARVALHO, C. (2001) - A estação arqueológica de Salamansa (ilha de São Vicente, arquipélago de Cabo Verde): nota preliminar. *Portugália*. Porto. Nova Série, Vol. XXIII, p. 221-231.

CARDOSO, J, L; SOARES, A, M, M. (2010) – A estação arqueológica de Salamansa (ilha de São Vicente, República de Cabo Verde. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2010:13. Lisboa, p. 167-214.

CARVALHO, G. de. [S/D] - Património e arqueologia subaquática - Património Histórico submerso vale menos que o terrestre? [consultado 12 Dezembro de 2014]. Disponível em: www.revistapatmus.org/ojs/index.php/RPM/article/download/8/8.

CARVALHO, T. S. de. ; AMARAL, L. C. P. do. (2011) – Os inventários como instrumentos de preservação: da identificação ao reconhecimento. Brasília. 9º Seminário docomomo Brasil interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do património recente Brasília, [S/P]

Carta arqueológica do Município de Loures (2009). Fragoso, V. (eds.). Câmara Municipal de Loures 284 p.

Catálogo de Exposição “Nós Patrimóniu” Instituto de Investigação do Património Cultural de Cabo Verde, 2005.

Catálogo do Museu de Arqueologia da Praia. Ministério da Cultura - Instituto de Investigação do Património Cultural de Cabo Verde, Praia, 2011.

CHELMICHI, J. C. C. de. (1841) - Corografia cabo-verdiana ou Descrição Geográfico-Histórica da Província das ilhas de Cabo Verde e Guiné. Tomo I. Lisboa: typografia de L. C. da Cunha, 304 p.

CHELMICHI, J. C. C. de. ; VARNHAGEN, F. A. (1843) - Corografia cabo-verdiana ou Descrição Geográfico- Histórica da Província das ilhas de Cabo Verde e Guiné. Tomo II. Lisboa: Typografia de L. C. da Cunha, 511 p.

COHEN, Z. (2001) – Administração das ilhas de Cabo Verde e seu distrito no seu segundo século de colonização (1560-1640). In História Geral de Cabo Verde. Vol. II. (2001). ALBURQUERQUE, L. de; SANTOS, M. E. M. (Eds.). 2ª ed. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, p.189-224.

COSTA, A. F. da. (1939) - Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes 1506 – 1508. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 110p.

COSTA, J. V. B. da. (1882) – A ilha do Sal de Cabo Verde. Boletim da Sociedade de Geografia, nº 11 de 1882.

COSTA, S. F. da. (1917) – Naufrágios na ilha de Boavista (desde 1843 a 1916) registados na respectiva delegação aduaneira. Lisboa: Anais do Clube Militar e Naval. Vol. 48 nº 8 - 9, p. 736-738.

Departamento de Estudos da IPPAR (2003) – Intervenções de consolidação das ruínas da Sé Catedral da Cidade Velha, Cabo Verde. *Património e estudos*, nº 4 p. 228-229.

Desdobrável do conjunto histórico e arqueológico da Trindade (2011-2012). Restauradores Sin Fronteras; Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación – AECID; Instituto de Investigação do Património Cultural de Cabo Verde.

DIAS, A. C. (2000) - Relatório da intervenção arqueológica na Sé da Cidade Velha Cabo Verde – Outubro/Novembro de 1999, 98 p.

DOMINGUES, A. (1991) – Administração e instituições: Transplante, adaptação, funcionamento. In História Geral de Cabo Verde. Vol. I. (1991). ALBURQUERQUE, L. de; SANTOS, M. E. M. (Eds.). Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direção Geral do Patrimônio Cultural de Cabo Verde, p. 41 – 123.

Dossier de Candidatura de Cidade Velha a Património da humanidade, de Janeiro de 2008. [Consultado 12 de Novembro de 2016] Disponível em: <http://curadoriacidadevelha.cv/images/doc/dossier%20candidatura.pdf>

D'OLIVEIRA, E. C. (2005) - Cabo Verde na rota dos naufrágios. Praia, Cabo Verde, Autor e Filho, 193 p.

EVANS, C. ; SORENSEN. M. L. S. ; HILL, J. ; RICHTER, K. (2006) - Cidade Velha, Cape Verde, Archaeological Excavations: The 2006 Season. Unpublished archive report: University of Cambridge, 37 p.

EVANS, C. ; SORENSEN, M. L. S. ; HILL, J. ; RICHTER, K. (2007) - Cidade Velha, Cape Verde, Archaeological Excavations: The 2007 Season. Unpublished archive report: University of Cambridge, 70 p.

EVANS, C. (2009) - Cidade Velha, Cape Verde - Archaeological Fieldwork. Cambridge Archaeological Unit/University of Cambridge, 7 p.

EVANS, C. ; SORENSEN, M. L. (2010) - Cidade Velha, Cape Verde, Archaeological Fieldwork Dec. 2009 - Feb. 2010. Dept. of Archaeology/University of Cambridge, [S/p].

EVANS, C. ; SORENSEN, M. L. S. ; NEWMAN, R. (2012) - Alcatrazes, Santiago, Cape Verde Environs: Archaeological Survey and Investigations. University of Cambridge. 60 p.

EVANS, C. ; NEWMAN, R. ; SORENSEN, M. L. (2012) - The Church of Nossa Senhora da Luz, Alcatrazes: Cape Verde, Archaeological and Architectural Investigations. University of Cambridge, 46p.

EVANS, C. ; SORENSEN, M. L. S. ; NEWMAN, R. ; CASIMIRO, T. (2014) - Cidade Velha, Cape Verde 2014 - Church Excavations. University of Cambridge, 21p.

ÉVORA, J. S. (2002) - O património arqueológico cabo - verdiano: situação actual da questão. *Africana*. Porto: Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde e Universidade Portucalense, p. 49-63.

ÉVORA, J. S. (2015) - O Futuro da Arqueologia em Cabo Verde & Outras reflexões sobre a história e o Património das ilhas. Praia: Arquivo Nacional de Cabo Verde.

FAGUNDES, J. (1990) – Ribeira Grande a Cidade Velha. *Oceanos*, nº5, p. 78-84.

FERNANDES, H. J. [S/D] - O património arqueológico no solo urbano: o caso da Cidade Velha, Patrimônio da Humanidade. Cabo Verde. [Consultado a 12 de Julho de 2016] Disponível em: http://www.iipc.cv/ficheiros/1_artigo_Jair.pdf.

FERNANDES, H. J. (2011) - Da Urbe Quinhentista da Ribeira Grande à Cidade Velha Património da Humanidade. A configuração do Espaço Urbano. *ProÁfrica*. [consultado a 12 de Julho de 2016] Disponível em: <http://pro-africa.org/da-urbe-quinhentista-da-ribeira-grande-a-cidade-velha>.

FILHO, J. L. (1998) - Vozes da Cultura Cabo-verdiana. Lisboa: Ulmeiro, 254 p.

FILHO, J. L. (1989) - Musealização da Ribeira Grande em Santiago de Cabo Verde. *Islenha*, nº4, p.35-42.

FILHO, J. L. (2003) – Introdução à cultura cabo-verdiana. Praia: Instituto Superior de Educação, 336p.

FREIRE, V. dos. R. (1993) - A experiência Cabo Verdiana, no domínio do património. *Africana*. Porto, Universidade Portucalense, nº Especial, 1993, p. 65 -73.

FREIRE, V. dos. R. (1997) - Protecção do património cultural construído. *Cultura*, nº 1, 1997, p. 18 – 24.

FONSECA, A. X. (1953) – A cultura de Cana de açúcar em Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação (publicação da imprensa nacional) nº50, p. 23-24.

FORTES, T. S. (2001) – Exploração dos tesouros subaquáticos de Cabo Verde, O seu a seu dono. In *Jornal A Semana* de 29 de Junho de 2001. Cidade da Praia, Cabo Verde, p.2-3.

FORTES, T. S. (2005) – Forte da Preguiça recebe obras de preservação. *Kriolidade. A Semana* nº746, 16 de Setembro de 2005, p.8.

GRILLO, F. M. (1951) – Cana de açúcar. Boletim de Propaganda e Informação (Publicação da Imprensa Nacional) nº 24, p. 7-10.

GUIMARÃES, G. (2001) - Que Arqueologia para Cabo Verde? *Africana*, nº6 Especial, Universidade Portucalense e Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, p. 127 -139.

HENRIQUES, I. C. (2013) – Lugares de memória de escravatura e tráfico negreiro Angola - Cabo Verde - Guiné-Bissau Moçambique - São Tomé e Príncipe. 2ª ed. Comité Português do Projecto UNESCO - A Rota do Escravo, 47p.

HOCK, M. ; FERNANDES, R. (2000) - Ruínas da Sé da Cidade Velha, ilha de Santiago – trabalhos de topografia 1999, 10 p.

ICOMOS (1964) - Carta de Veneza, sobre a conservação e Restauro de Monumentos e sítios. Veneza. [consultado em Setembro de 2016] disponível em : <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

ICOMOS (1996) - Princípios Para o Registo de Monumentos, Grupos de Edifícios e Sítios. Sofia: ICOMOS. [consultado em Setembro 2016] Disponível em português em http://www.patrimoniosantarem.pt/imagens/3/principios_para_o_registo_de_monumentos_grupos_de_edificios_e_sitios.pdf

KASPER, J. E. (1987) - Ilha da Boa Vista de Cabo Verde – aspectos históricos, sociais, ecológicos e económicos. Tentativas de análise. Instituto caboverdiano do Livro. Estudos e ensaios. Tradução de Luís Filipe da Silva Madeira, 188 pag.

LEE, E. (1990) - A Piggy-Back Approach to Archaeological Resource Inventory. APT Bulletin, Vol. 22, No. 1/2, Cultural Resource Recording, p. 17-20 . [Consultado a 3 de Março de 2016] Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1504268>

LERENO, A. (1952) - Dicionário corográfico de Cabo Verde. Lisboa: Agência Geral das Colónias. Divisão de Publicações e Biblioteca, 568 p.

LEVY, O. (1951) – As salinas do sal. Boletim de Propaganda e Informação (Publicação da Imprensa Nacional) nº 23 1951, p. 26-28.

LIMA, J. J. L. de. (1844) - Ensaios e estatísticas das possessões portuguesas na Africa Occidental e Oriental; na Asia Occidental; na China, e na oceania. Lisboa: Imprensa Nacional, I parte p. 1 – 127, II parte p. 1-81.

LIMA, A. G. (1997) – Boavista: ilha de Capitães (História e Sociedade). Praia: edições Spleen, 283p.

LIMA, A. G; (2002) – Boavista, ilha da morna e do landú. Praia: Instituto Superior de Educação, 339 p.

Linhas Gerais da História de Desenvolvimento Urbano da Cidade do Mindelo (1984). Edição do Fundo de Desenvolvimento Nacional – Ministério da Economia e das Finanças. Publicação do Ministério da Habitação e Obras públicas - República de Cabo Verde. Praia, 188 p.

LOPES, M, C; CARVALHO, P, C; GOMES, S, M. (1997) - Arqueologia do conselho de Serpa. Camara Municipal de Serpa, 176p.

LOPES, V. (2015) - Relatório do projecto de intervenção arqueológica no Forte de S. António, Cidade Velha, Cabo Verde. Al Sud – Escola profissional, 86.p

MATIAS, C. ; CONCEIÇÃO, M. T. da. ; COSTA, A. F. ; CARVALHO, J. M. L. de. ; FERREIRA, T. de. D. ; (2002) – Inventário do património arquitectónico da Cidade Velha (Santiago, Cabo Verde). *Africana*, nº6 Especial, Universidade Portucalense e Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, p. 141-149.

MARTINHO, C. ; LOUREIRO, V. (2001) – Coleção de arqueologia subaquática do Mestre Soares Branco achados arqueológicos exumados na Costa de Cabo Verde. Boletim Cultural da Câmara de Municipal de Mafra, p. 261-282.

MENDES, A. R. (2012) – O que é o Património Cultural. Olhão. Gente Singular Lda. 45p.

MARTINS, A. F. (2011) – Legislação sobre a defesa do património em Cabo Verde (1975 - 2005). Tese de mestrado apresentado à Universidade de Cabo Verde sob a orientação de João Lopes Filho.

MIMOSO, A. B. (2013) - Interpretação e consolidação da Sé Catedral da Cidade Velha. *Revista de Estudos Cabo-verdianos*, p. 1-57. [Consultado em Outubro de 2016] Disponível em: <http://www.revistapatmus.org/ojs/index.php/RPM/article/view/3/5>

OLIVEIRA, E. C. de. (2002) – A experiência da exploração arqueológica subaquática em Cabo Verde. *Africana*, nº24 2002. Porto: Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde e Universidade portucalense, p. 45- 48.

PEREIRA, D. A. (1988) - Marcos Cronológicos da Cidade Velha. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro – Estudos e Ensaios, 152p.

PEREIRA, D. A. (2004) - A Importância histórica da Cidade Velha (Ilha de Santiago, Cabo Verde). Cidade da Praia: IBN, 2004.

PEREIRA, D. A. (2004 a) – Percursos da história das ilhas de Cabo Verde. Praia. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. P. 28-42.

PEREIRA, D. A. (2005) - Estudos da História de Cabo Verde. Praia: Alfa comunicações, 2ª ed. (revista e aumentada) Junho de 2005, 366 p.

PEREIRA, D. A. (2005 a) - Apontamentos históricos sobre a ilha do Fogo. Praia: Alfa Comunicações, 173 p.

PIRES, F. de, J. M. dos, R. (2004) – Da cidade de Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano Séc. XV – Séc. XVIII. Praia. Câmara Municipal da Praia, 221 p.

PIRES, F. de, J. M. dos, R. (2007) - Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde: Análise Histórico-Formal do Espaço urbano séc. XV- séc. XVIII. Praia: Universidade de Cabo Verde, 213 p.

PONTIS (1999) – Carta Arqueológica de Ponte de Sor. Câmara Municipal de Ponte de Sor, 218p.

RAMOS, B. M. (2014) - Damfjord – memórias de um naufrágio da ilha do sal. [consultado a 12 de Janeiro de 2016] Disponível em: <https://www.facebook.com/basilio.ramos.522/posts/10203531951191650>

RESENDE, J. M. T. do, A. (2013) - O Inventário Arqueológico de Cinfães – uma Reflexão: O Inventário como ferramenta de Gestão, Divulgação e Conservação do Património Arqueológico. Dissertação de mestrado em 2º Ciclo de Estudos em História e Património - especialização em Mediação Patrimonial, apresentada a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob a orientação de Dra. Inês Amorim. 289p.

Restauradores Sin Fronteras (2010) – Proyecto de consolidación de la Ermita de Trindade, en la isla de Santiago (Cabo Verde).

Restauradore Sin Fronteras (2010-2011) – Programa de capacitación técnica y sensibilización social en torno a la puesta en valor de la capilla de trindade, Isla de Santiago (Cabo Verde).

RICHTER, K. A. (2011) - A Primeira Igreja Construída nas Latitudes Tropicais. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Diversidades e (Des) Igualdades. Salvador 7 a 10 de Agosto de 2011. Universidade Federal da Baía (UFBA) PAF I e II Campus de Ondina, p. 1 -12.

ROCHA, A. A. (1990) - Subsídios para a história da ilha de Santo Antão (1462/1983). Praia: Edição do Autor, 131 p.

RODRIGUES, M. (2000-2001) – Contribuição para o estudo de estações arqueohistóricas em Cabo Verde, Os concheiros de Salamanca e João D'Évora ilha de São Vicente. *Portugália*, Nova série Vol. XXI-XXII, p. 249 – 280.

RULE, M. (1997) – Rifona reef, Boavista, Cape Verde. Non Intrusive Survey.

SÁENZ, T. A. ; CASTILLO, F. P. (2006) – Inventario Arqueológico: Metodología, procedimientos Y nuevas tecnologías. Logrono. *Barceo*, 151, p. 87-105.

SALTARELLI, A. P. (2003) - Diseño de una base de datos para el inventario de sitios arqueológicos y bienes patrimoniales arqueológicos muebles e inmuebles. Estado Mérida–Venezuela. Mérida. *Boletín Antropológico*. Año 21, Nº 58, Mayo-Agosto 2003, ISSN: 1325-2610. Universidad de Los Andes. Mérida, p. 95 -142.

SERRA, M. C. P. (1972) – A indústria salineira em Cabo Verde. Boletim da Junta Nacional de Fomento das Pescas, nº 11 Dezembro de 1972, p. 23-32.

- SANTOS, M. E. M. ; CABRAL, I. M. (1991) – O Nascer de uma sociedade através do Morador-Armador. In História Geral de Cabo Verde. Vol. I. (1991). ALBURQUERQUE, L. de; SANTOS, M. E. M. (Eds.). Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direção Geral do Patrimônio Cultural de Cabo Verde, p.371 - 409.
- SANTOS, M. E. M. ; SOARES, M. J. (2001) – Igreja, missionação e sociedade. In História Geral de Cabo Verde. Vol. II. 2ª ed. (2001). ALBURQUERQUE, L. de; SANTOS, M. E. M. (Eds.). Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, p. 359-508.
- SILVA, A. L. C. (1991) – Espaço, ecologia e economia interna. In História Geral de Cabo Verde. Vol. I. (1991). ALBURQUERQUE, L. de; SANTOS, M. E. M. (Eds.). Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direção Geral do Patrimônio Cultural de Cabo Verde, p.179 – 236.
- SILVA, A. L. C. e. (1995) – Histórias de um Sahel Insular. Spleen edições, 173 p.
- SILVA, A. L. C. e. (2000) - A construção do Atlântico e as cidades cabo-verdianas. *Oceanos* nº 41 (Jan-Mar. 2000), p. 192-207.
- SILVA, A. L. C. e. (2000) - Nos tempos do Porto Grande do Mindelo. Praia: Centro Cultural Português. Coleção de Documentos para a História de Cabo Verde, 203 p.
- SILVA, A. L. C. e. (2001) – A Sociedade agrária gentes das águas: Senhores Escravos e Foros. In História Geral de Cabo Verde. Vol. II. 2ª ed. (2001). ALBURQUERQUE, L. de; SANTOS, M. E. M. (Eds.). Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, p. 275 - 357.
- SILVA, A. L. C. e. (2002) - Dinâmicas de decomposição e recomposição de espaço e sociedade. In História Geral de Cabo Verde. Vol. 3. (2002). ALBURQUERQUE, L. de; SANTOS, M. E. M. (Eds.). Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, p. 1-60.
- SILVA, R. V. da. (2002) - Governo e Arqueonautas negociam destino do património marítimo. *Jornal A Semana*. Cidade da Praia, Cabo Verde.
- SOARES, A. M. M. ; MARTINS, J. M. ; CARDOSO, J. L. (2011) – Marine reservoir effect of coastal waters off cape verde archipelago. *Radiocarbon*. Arizona. Vol 53, Nr, 2, 2011, p 289 – 296.
- SURYA, L. ; MEDEIROS, M. C. de. (2009) – A importância da educação patrimonial para a preservação do património. Fortaleza. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, 2009, p. 1-9).

TEIXEIRA, A. P. de S. D. (2004) - A ilha de São Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV a XVIII. Teses, Centro de história do além-mar. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 230 p.

TORRÃO, M. M. F. (1991): Subsídios para a história geral de Cabo Verde: O Algodão da ilha do Fogo: uma matéria-prima de produção afro-europeia para uma manufactura africana. *Studia*, nº 50. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, p. 157-176

TORRÃO, M. M. F. (1991) – Actividade comercial externa de Cabo Verde: organização, funcionamento, evolução. In História Geral de Cabo Verde. Vol. I. (1991). ALBURQUERQUE, L. de; SANTOS, M. E. M. (Eds.). Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção Geral do Patrimônio Cultural de Cabo Verde, p. 237 – 345.

TORRÃO, M. M. F. (2013) – Doces grãos e líquido espiritualizante: cana, açúcar e aguardente nas ilhas de Cabo Verde. Ideias feitas e realidades documentais. Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné Bissau: Percursos do saber e da ciência. Lisboa, 21-23 de Junho de 2012. IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical e ISCSP-UTL - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. S/P.

VALDEZ, T. (1864) – Africa Occidental. Notícias e Considerações. Lisboa, Imprensa Nacional, p. 105 – 264.

VAZ, R. S. (2002) – Governo e arqueonautas negociam o destino do património marítimo. In Jornal A Semana de 24 de Maio de 2002, p.4.

UNESCO (2001) – convenção sobre a protecção do património cultural subaquático. Paris. UNESCO. [consultado em Setembro de 2016] Disponível em: http://www.unesco.org/culture/por/heritage/laws/conv_patsubaqu_portu.pdf

WILLIAMS, J. R. (2007) - Survey Report – Rifona Boavista / Cape Verde. Arqueonautas.

Boletins Oficiais de Cabo Verde:

Boletim Oficial de Cabo Verde nº14 de 5 de Abril de 1952

Boletim Oficial de Cabo Verde nº 46 de 15 de Novembro de 1952

Boletim Oficial de Cabo Verde nº6 de 7 de Fevereiro de 1953

Boletim Oficial de Cabo Verde nº 48 de 28 de Novembro de 1953

Boletim Oficial de Cabo Verde nº10 de 5 de Março de 1955

Boletim Oficial de Cabo Verde de 16 de Junho de 1962

Boletim Oficial de Cabo Verde nº 4 de 28 de Janeiro de 1967

Boletim Oficial de Cabo Verde nº 24 de 17 de Junho de 1967

Boletim Oficial de Cabo Verde de 21 de Setembro de 1967

Boletim Oficial da República de Cabo Verde de 10 de Novembro de 1984

Boletim Oficial da República de Cabo Verde nº52, de 31 de Dezembro de 1984
Suplemento ao “Boletim Oficial” de CV nº 52 – 31 de 12 de 1984

Boletim Oficial da Republica de Cabo Verde nº18 de 5 de Maio de 1990

Boletim Oficial da República de Cabo Verde N° 102/III/90 de 29 de Dezembro de 1990

Boletim Oficial da República de Cabo Verde de 13 de Setembro de 1995

Boletim Oficial da República de Cabo Verde N° 4 Iª série de 25 de Janeiro de 2004

Boletim Oficial da República de Cabo Verde N° 11. Iª Série de 16 de Março de 2009

Legislação:

Decreto de 4 de Julho de 1907 “Regulamento para a exploração dos valores abandonados em águas profundas nos mares do arquipélago de CV provenientes de cascos e cargas de navios naufragados”

O Contencioso Aduaneiro (aprovado pelo decreto nº 33.531, de 21 de Fevereiro de 1944).

Lei nº 13/74 de 17 de Dezembro – que cria o Ministério da Educação e Cultura

Decreto-Lei nº 45/75 de 24 de Maio -“Cria a Comissão de Investigação e Divulgação Cultural”, in Boletim Oficial nº 21, de 24 de Maio de 1975, I Série.

Portaria nº45/75 de 7 de Junho -“Atribui Comissão de Investigação e Divulgação Cultural e cria as suas Delegações”, in Boletim Oficial nº 23, de 7 de Junho de 1975, I Série.

Decreto-lei nº 48/II/84,de 31 de Dezembro – declara os achados e os despojos históricos submarinos como propriedade do Estado.

Decreto nº31/90 de 5 de Maio -“Aprova o Protocolo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde para a Recuperação de Cidade Velha de Cabo Verde”, in Boletim Oficial nº 18, de 5 de Maio de 1990, I Série.

Decreto-Lei nº 99-A/90, de 27 de Outubro, -“Cria no âmbito do Ministério da Informação, Cultura e Desportos o Instituto Nacional da Cultura e publica os respectivos Estatutos”, in Suplemento ao Boletim Oficial da República de Cabo Verde nº 43, de 27 de Outubro de 1990, I Série.

Decreto-Lei nº 99-A/90 de 27 de Outubro -“Cria o Instituto Nacional do Cultura (INAC) ”, in Boletim Oficial nº 43, de 27 de Outubro de 1990, I Série.

Lei nº102/III/90 de 29 de Dezembro - “ Define a preservação, defesa e valorização do património cultural cabo-verdiano” (Lei de Bases do Património Cultural de Cabo Verde, in Suplemento ao Boletim Oficial da República de Cabo Verde nº 52, de 29 de Dezembro de 1990, I Série.

Decreto nº 121/90 de 8 de Dezembro – Declara Cidade Velha- Sítio Histórico – Património Nacional de Cabo Verde.

Decreto nº 121/90 de 8 de Dezembro, declara o sítio histórico da Cidade Velha; objecto de intervenções profundas de recuperação, designadamente com o financiamento e assistência técnica da Agência Espanhola de Cooperação.

Decreto nº 11/97 de 21 de Abril – Aprova o protocolo adicional ao acordo cultural entre a Republica de Cabo Verde e a República de Portugal na área do património arquitectónico e recuperação do património histórico.

Resolução N° 5/2009 de 16 de Março – Promulga o ampliamto dos limites da zona de tampão, zona *non aedificandi*, zonas protegidas da Cidade Velha.

Resolução N° 6/2009 de 16 de Março declara os monumentos históricos, religiosos, militares, civis e espaço público que são patrimónios nacionais existentes na Cidade velha.

Resolução N° 14/2009 - declara zona protegida subaquática do Sítio Histórico da Cidade Velha.

Documentos dos arquivos de arqueologia subaquática do Museu de Arqueologia da Praia

Proposta de Trabalho e pedido de exploração subaquática, endereçada ao Ministro de Transportes e Comunicações, por Robert F. Marx e Maria Luísa Blot, a 9 de Junho de 1980.

Acta da Reunião de 11 de Abril de 1984. Reunião de alguns membros do governo de Cabo Verde para analisar os pedidos de vários grupos e firmas em explorar os destroços subaquáticos (11 de Abril de 1984, assinado por Aldora Bastos).

Parecer nº .../84 do gabinete do 1º Ministro, sobre o “*pedido de autorização para pesquisa arqueológica submarina nas águas de Cabo Verde*” (Onde é constituído o Grupo de Trabalho para as pesquisas arqueológicas). Parecer assinado por Renato Cardoso (Conselheiro do 1º Ministro) em Praia a 4 de julho de 1984.

Despacho nº 54/84 do Primeiro-Ministro quanto à constituição do Grupo de Trabalho, a tratar do assunto “*exploração arqueológica nas águas territoriais*”. Assinado pelo Primeiro-Ministro Pedro Pires, a 1 de Novembro de 1984.

Acta de reunião do Grupo de Trabalho para as pesquisas arqueológicas subaquáticas de 6 de Novembro de 1984 e programa do Sub-grupo jurídico de 8 de Novembro de 1984.

Relatório do encontro com representantes da World Wide First. Assinado por Daniel Pereira, Dezembro de 1984.

Relatório de missão à Lisboa do Grupo de Trabalho para as pesquisas arqueológicas subaquáticas. Daniel Pereira, 8 Fevereiro de 1985.

Relatório da missão à Lisboa realizado por Eurico Barros, Fevereiro de 1985.

Apreciação do II relatório do Grupo de Trabalho por parte do Primeiro-ministro (relatório de reunião 26 de Março de 1985), a 28 De março de 1985.

Proposta de contrato-tipo apresentada pelo Grupo de Trabalho em 1985.

Relatório do Grupo de Trabalho sobre as pesquisas arqueológicas subaquáticas (III relatório). Documento assinado por Renato Cardoso, cidade da Praia, Dezembro de 1985.

Parecer da Informação/proposta/ nº15/DGC/05.00.87 – pesquisas arqueológicas subaquáticas.

Comunicação da autorização de exploração subaquática à firma World Wide First, a 10 de Junho de 1987.

Carta da World Wide First ao Presidente da República com atenção da sua excelência Mr. Arnaldo Herculano Spencer Aranje – de 20 de fevereiro de 1987. Assinado por F. Goddio a

informar do envio de 3 exemplares do nº 113 da Revista Histoire e Archeologie de fevereiro de 1987, sobre a totalidade da missão que efectuaram em cooperação com o governo da República das Filipinas, e autoridade do Museu Nacional de Manila. Como exemplo dos trabalhos realizados e que pretendiam realizar o mesmo em Cabo Verde com cooperação do governo.

Carta de Frank Goddio presidente da World Wide First de 22 de Abril de 1988

Projecto de pesquisa relativo ao património arqueológico submarino das ilhas de Cabo Verde. Christian Buchet, 29 de Março de 1991.

Carta de 6 de setembro de 1991 do Dr. Philippe Lafay (conselheiro regional da ilha-de-france, conselheiro de Paris vice-presidente do conselho general), ao Ministro solicitando uma audiência com ele, ou com os seus colaboradores por parte de Christian Buchet, sobre a efectuação das pesquisas arqueológicas submarinas no território de Cabo Verde, durante os dias em que este se encontrar em Cabo Verde de 9 a 12 de setembro de 1991. Carta da embaixada de Senegal em favor de C. Buchet.

Contrato de concessão entre o governo de Cabo Verde e a Afrimar, de 19 de julho de 1993. Assinado por Engenheiro Teófilo Figueiredo Silva, Ministro das Infraestruturas e Transportes e Sr. João das Neves Sousa e pelo Dr. Jorge Luís Fonseca representantes da Afrimar.

Carta dos fiscais contratados pela CAFPAS, ao Secretário do Estado e da Cultura de 16 de Maio de 1996. Chegou à Secretaria do Estado da Cultura a 3 de junho de 1996 (Nº Ref: 085/96).

Contrato de exploração subaquática entre o Governo de Cabo Verde e a Arqueonautas, assinado por Dr. Ulpio Napoleão Fernandes, D. Duarte Pio Duque de Bragança, presidente do Conselho Geral e Nicolaus Graf. V. V. Z. Sandizell. Praia, 28 de Agosto de 1995.

Informação/ proposta nº 29/ INAC/95 de 8 de Maio de 1995 - Autorização para envio de artefactos à africa do sul, para reconstituição e restauração.

Carta de Antúnio Barbosa da Direção Geral da Cultura ao Director Geral das Alfandegas (Gabinete da sr. Ministra do Mar) a 18 de julho de 1996 - pedido de autorização para exportação temporária dos artefactos para Holanda.

Carta com o referido relatório em anexo, enviada da Ministra do mar e Ministro da educação, ciência e cultura ao sr. Secretário de Estado da cultura/ Palácio do Governo /Praia. Através da N/refª: 322/01.00/INAC/97, a 25 de setembro de 1997.

Cartografia:

SCE - SERVIÇO CARTOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1969) - Carta Militar de Portugal (Província de Cabo Verde, ilha de Santiago - Praia), folha, 58; 1/25.000.

SCE - SERVIÇO CARTOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1971) - Carta Militar de Portugal (Província de Cabo Verde – ilha de Santiago – Praia Baixo), folha 56; 1/ 25.000.

SCE - SERVIÇO CARTOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1975) - Carta Militar de Portugal (Província de Cabo Verde – ilha de São Vicente - Mindelo), folha 10; 1/25.000.

SCE - SERVIÇO CARTOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1975) - Carta Militar de Portugal (Província de Cabo Verde – ilha de São Nicolau – Vila de Ribeira Brava), folha 23; 1/25.000.

SCE - SERVIÇO CARTOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1969) - Carta Militar de Portugal (Província de Cabo Verde – ilha de Boavista – Vila de Sal Rei), folha 30; 1/25.000.

9. Webgrafia

Governo de Cabo Verde (Página oficial) - <http://www.governo.cv/>

Instituto de Investigação do Património Cultural (IIPC) <http://www.iipc.cv/>

Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago (Cidade Velha):
<http://www.cmrgs.com/turismo/patrimonio-mundial-da-humanidade/>

Curadoria de Cidade Velha: <http://curadoriacidadevelha.cv/>

Archdiggers – Cape Verde Velha Excavations:
<http://www.archdiggers.co.uk/CapeVerde/DefaultCV.aspx#>

UNESCO - <http://en.unesco.org/>

ICOMOS - <http://www.icomos.org/fr/>

ICOMOS – Comissão Nacional Portuguesa - <http://www.icomos.pt/>

Direcção Geral do Património Cultural (Portugal) - <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/>

Património de Influência Portuguesa (HPIP) - <http://www.hpip.org/Default/pt/Homepage>

Portal do Arqueólogo: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>

Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA) -
http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/Default.aspx

Instituto de Investigação científica tropical (IICT) - <http://www2.iict.pt/>

Fortalezas.org – Fortifications. World: <http://fortalezas.org/>

Centro Português de Actividades Subaquáticas: <http://www.cpas.pt/>

Arqueonautas WorldWide - <http://aww.pt/>

Ristoradores Sin Fronteras - <http://www.a-rsf.org/>

Universidade Jean Piaget de Cabo Verde – <http://www.unipiaget.cv/>